

UNICO



EXEMPLAR



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — Nº 7

CAPITAL FEDERAL

SEGUNDA-FEIRA, 23 DE JANEIRO DE 1967

PARECER

Nº 2, de 1967 (C.N.)

Da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 23, de 1966 (CN), que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

Relator: Deputado Ivan Luz.

O Poder Executivo envia ao Congresso Nacional, nos termos do art. 5º, § 3º, do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, o presente projeto de lei, através do qual pretende sejam fixadas normas legais que regulem a liberdade de manifestação do pensamento e de informação.

Na Exposição de Motivos que acompanha o projeto estão apontados os motivos que induziram o Excelentíssimo Senhor Presidente da República a remetê-lo ao Congresso e, outrossim, indicações suscintamente as principais alterações introduzidas na legislação em vigor.

O projeto se compõe de sessenta e cinco artigos, agrupados em sete capítulos.

O capítulo I trata da Liberdade de Manifestação do Pensamento e de Informação; o capítulo II, do Registro dos Responsáveis pelos Meios de Informação e Divulgação; o capítulo III, dos Abusos no Exercício da Liberdade de Manifestação do Pensamento e de Informação; o capítulo IV, do Direito de Resposta; o capítulo V, da Responsabilidade Penal, e se desdobra em três seções: Seção I, dos Responsáveis; Seção II, da Ação Penal; e Seção III, do Processo Penal; capítulo VI, da Responsabilidade Civil; e o capítulo VII, das Disposições Diversas.

É o relatório.

PARECER

O projeto de lei sob exame em suas linhas mestras, guarda fidelidade aos princípios que tradicionalmente têm informado a legislação brasileira sobre a matéria e não se distancia, por isso mesmo, dos padrões da inspiração democrática que, entre os povos livres, cifram-se paradigmas.

Logo após a Proclamação da Independência do Brasil a primeira Assembleia Constituinte iniciou a elaboração da Lei de Imprensa que deveria substituir o decreto de 18 de junho de 1822, nascido das preocupações do Senado e da Câmara do Rio de Janeiro, com a Portaria do mesmo ano, baixada pelo então Ministro do Reino, José Bonifácio de Andrade e Silva.

Antes que os trabalhos chegassem a bom termo a Constituinte foi dissolvida.

O episódio Pamplona, segundo a crítica histórica, pondo em confronto a Força Armada e a Assembleia, teria ensejado a Dom Pedro a fórmula que

lhe pareceu mais simples para a solução do caso: dissolver a Assembleia.

Todavia, o esforço parlamentar não foi em vão: o Governo, aproveitando-o, baixou o Decreto de 22 de novembro de 1823. Era a nossa primeira Lei de Imprensa.

Fundamentalmente, não admitia a censura a nenhum escrito "nem antes nem depois da impressão"; declarava livre a qualquer pessoa, imprimir, publicar, vender e comprar livros e escritos de toda a qualidade sem responsabilidade alguma, fora os casos declarados nesta lei.

Os considerandos do decreto assinavam que "assim como a liberdade de imprensa é um dos mais firmes sustentáculos dos Governos Constitucionais, também o abuso dela os leva ao abismo da guerra civil e da anarquia, como agora mesmo acaba de mostrar uma tão funesta como dolorosa experiência".

A Constituição de 1824, conforme dispunha o inciso IV do art. 179, garantia a liberdade de comunicação do pensamento por escrito e divulgada pela imprensa.

O dispositivo constitucional seria regulado por lei de 20 de setembro de 1830, porém, logo em dezembro, era sancionado o nosso primeiro Código Criminal. As disposições da lei reguladora foram-lhe incorporadas e este diploma regulou os abusos da liberdade de Imprensa até o advento da República.

Sucederam-lhe providências legislativas de natureza adjetiva até que entrou em vigor, já sob a República, em 1890, o novo Código Penal contendo disposições pertinentes à Imprensa.

A Constituição de 1891, no art. 72, parágrafo segundo, garantia a livre manifestação do pensamento pela imprensa ou pela tribuna, sem dependência de censura, respondendo cada um pelo abuso que cometesse, nos casos e pela forma que a lei determinasse.

Disposições referentes à imprensa foram incluídas no Decreto 4.269, de 1921, que cuidava da repressão ao anarquismo.

Aos 31 de outubro de 1923 foi promulgada a Lei nº 4.743, editando normas referentes aos crimes de imprensa que assim voltaram a ser submetidas a regime jurídico especial.

Solidônio Leite Filho in "Comentários à Lei de Imprensa" informa que ao Partido Republicano de São Paulo se deve a iniciativa desta providência legislativa. Diz o comentarista:

"A 5 de março de 1922, no Palácio dos Campos Elísios, resolviam os membros da bancada

paulista, ali reunidos para combinarem a sua ação na próxima legislatura fosse elaborada "uma lei sobre a imprensa, garantindo, a par da máxima liberdade de crítica, a correspondente e efetiva responsabilidade."

O Senador Adolfo Gordo foi incumbido de redigir o projeto, após largos debates transformado em lei. Esta sofreu, na ocasião, rudes ataques da imprensa diária e Evaristo de Moraes chegou a denominá-la "contra a imprensa" (Darcy Arruda Miranda — Dos abusos da liberdade de Imprensa, pag. 13).

Em 1934, antes que promulgada fosse a Constituição Federal, apressou-se o então Presidente da República a baixar, por meio de Decreto, que tomou o número 24.776, de 14 de julho, e que viria a ser a nossa terceira lei de imprensa e a segunda republicana. O texto legal declarava livre, em todo o assunto, a manifestação de pensamento pela imprensa, sem dependência de censura, respondendo cada um pelo abuso que cometesse, nos casos e pela forma prescrita pelo decreto, compatibilizado, assim, com a Constituição.

O texto maior, em vigor dois dias depois, expressava a garantia da liberdade de manifestação do pensamento, sem dependência de censura, respondendo cada um pelos abusos que cometesse nos casos e na forma que a lei determinasse. Não teve longa vida, sabe-se, a Constituição de 34; dividiu, por igual, o tempo restante da tumultuada década dos 30, com a carta outorgada de 1937.

Do espólio constou a liberdade de imprensa, por isso que dita Carta — Art. 122, nº 15 — facultou à lei estabelecer a censura e prévia vedação que se entende canônica fundamental, para efetiva garantia da liberdade na manifestação do pensamento. Em 1945, derrubada a ditadura, reconstitucionalizado o país, voltou a vigorar o decreto 24.776, de 14 de julho.

A Constituição de 1946, no art. 141, parágrafo 5º, restabeleceu a intermida reiteração da garantia de livre manifestação do pensamento feita ao longo da história do Direito Constitucional Brasileiro e, em 1953, finalmente, foi sancionada a lei 2.083, de 12 de novembro que viria a ser a nossa quarta lei de imprensa, terceira da fase republicana.

Desta última, disse Darcy Arruda Miranda (Op. cit. pag. 15) a quem seguimos nesta memória:

"Esta Lei 2.083, defeituosa na sua redação, falha na sua textura, imprecisa nas suas especificações, canhestra no seu entrosamento precípuo, é, a que

rege atualmente, a matéria de crimes de imprensa entre nós."

Não se poderia afirmar que a veemente crítica do jurista é voz isolada neste País. Veja-se Nelson Hungria nos seus Comentários ao Código Penal, volume VI, pag. 270, como um exemplo a mais, apenas. Melhor que desde logo se diga que o reconhecimento dos defeitos apontados na lei a reclamarem correção, ou as medidas tomadas nesse sentido, possam ser tidas como libelo que remetesse a imprensa brasileira, nesta oportunidade, a um julgamento moral. Aliás, o projeto em tela não é a primeira tentativa em tal direção, e, se contrastado com os precedentes legislativos, não se singulariza a extremos.

O projeto nº 1.943, de 1956 — é útil rememorar para muitos — continha proposições que o atual não se entendeu autorizado a fazer.

Veja-se, por exemplo, o art. 18, parágrafo único, cujos termos mereceram do eminente Ministro Prado Kelly, condenação acérrima.

Em matéria cuja importância desnecessário seria referir, secular e universalmente polêmica, justo porque intimamente ligada à luta dos povos pela Liberdade, é compreensível que se levantem as divergências mais áspers; que se erigem as reações mais agudas e que os incêndios da batalha muitas vezes confundam a visão dos acontecimentos e deslumbrem os observadores.

Nada de anormal, pois, no fato de as críticas endereçadas à proposição tenham, inúmeras vezes, ultrapassado o limite do necessário e a ferido por suposição. A legítima defesa, ainda a putativa, não se acomoda a uma proporcionalidade medida e pesada no uso dos meios, de proteção ao bem juridicamente protegido frente a uma agressão ainda que materialmente inexistente. Que se dirá se este bem é a liberdade, palavra cuja mera enunciação arranca chispas dos olhos dos vivos e parece rancusciar a proclamação dos mortos que por ela tombaram, reditivos de repente, ao longo da História?

O importante, para aqueles que assumiram a responsabilidade de elaborar a Lei é saber distinguir a fronteira aonde se deve deter o legislador na ação disciplinadora do exercício de uma liberdade, inerente à pessoa humana, como seja a da manifestação do pensamento, para não extingui-la, no anseio de preservar respeitabilíssimos direitos que podem ser atingidos pelo abuso em seu exercício. Identificar essas linhas, graduar a responsabilidade dos que a violam, se supõe que mais não devem, senão que apenas tolerá-las, sejam os particulares, sejam os detentores do Poder, é questão tormentosa sobre a qual os homens dificilmente se porão de acordo.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 50,00

Ano Cr\$ 96,00

Exterior

Ano Cr\$ 136,00

FUNCIONARIOS

Capital e Interior

Semestre Cr\$ 39,00

Ano Cr\$ 76,00

Exterior

Ano Cr\$ 108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

efeito, a liberdade implica essencialmente na responsabilidade. Nenhum entrave preventivo imposto à publicação dos jornais. Eles não devem nem podem ser submetidos a um regime de polícia preventiva, mas eles podem e devem ser submetidos a um regime de direito.

Lorde Mansfield, do outro lado da Mancha, dia que "A liberdade de imprensa consiste em imprimir independentemente de licença prévia, sujeitando-se às consequências da Lei" (Hood Phillips — Constitutional Law of Great Britain, 1946).

Tal definição, vejamos, desagradaria aos emigrantes do "May Flower". "É impossível admitir que com as palavras 'liberdade de imprensa', a autora da Emenda (a primeira Emenda) fencionassem subscrever apenas o ponto-de-vista estreito refletido pela Lei inglesa de que tal liberdade consistiria, apenas, na existência da censura prévia (voto do Juiz Sunderland Grospean — V. American Press Co.).

Neste lado do Atlântico amplia-se bem mais o conceito, ampliando-se, em consequência, a área de proteção. O espantinho da censura prévia que muitos agitam freneticamente aos olhos dos ingênuos, dos mal-avisados, do "se vê", poderia servir apenas para encobrir as mais perigosas e ilegítimas pressões exercidas pelos grupos de interesses que proliferam na crescente complexidade das sociedades contemporâneas. O apelo, ainda hoje tão invocado, de Milton é válido como um brado libertário entre as névoas de sua época; só um tanto romântico aos ouvidos da nossa. Viu-se com muita clareza Minow, Presidente da Comissão Federal de Comunicações e advogado, depois de citar o autor de "Paradise Lost" e lembrar a Primeira Emenda e o parágrafo do

Código de Comunicações que prescreve a censura prévia:

"Mesmo como a definimos aqui, há hoje em dia muita censura à radiodifusão. É muita coisa que deve ser examinada, localizada e às vezes depurada como qualquer forma de censura imposta por agência governamental. E, visto que é feita todos os dias, pelas irradiações dos próprios concessionários, ela viola o espírito da Primeira Emenda do Parágrafo 326 do Código, tanto quanto se fôssemos nós próprios que fizéssemos."

Minow relaciona a seguir certas formas de "censura privada" que só a hipocrisia pode negar, mas que o grande público desconhece. Alguns exemplos são pitorescos, como o drama da guerra civil — o julgamento de Andersonville — que foi ao ar como o do Capitão Wistz porque a agência de propaganda não queria melindrar os de Andersonville.

O nome do presidente Lincoln foi censurado porque a Chrysler patrocinou o programa... É a "censura do dólar" a que se refere Clara Booth Luce.

Porém, o Presidente da Comissão Federal, prudentemente, afirma antes: "oponho-me, resolutamente, a censura governamental... A censura atinge a raiz mestra de nossa sociedade livre".

Fazemos nos, as, também, por prudência, estas sábias palavras...

Todavia, pode-se estar certo de que durante muitos anos ainda, lá como aqui, o pavor das leis de Seneca e congêneres — vicissitudes que não escolhem época nem latitude — continuará colocando tão grave problema à margem de qualquer consideração, para fixá-lo, apenas, como um problema de relação entre a liberdade do particular e o poder de polícia da autoridade pública. E os tribunais, aqui

como lá, serão convocados a solucioná-los, construindo uma sem dúvida necessária arquitetura jurídica que contenha o arbítrio e avivente os marcos destruídos pela violência, mas que será, outrossim, um "brise-soleil" a cuja penumbra amena acolher-se-ão os censores privados...

Esta é uma observação que cremos deva ser feita no momento em que discutimos um projeto sobre o assunto para que, em ritmo mais apropriado, o Congresso lhe dê a atenção merecida.

O sentido e a graduação das responsabilidades decorrentes do exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informações, ou dos abusos cometidos, variam, às vezes, surpreendentemente, ainda mesmo em países de organização democrática. É claro que não seria de se esperar uma uniformidade que as peculiaridades de cada um torna impossível, mas será curioso assinalar, ainda que sem propósito de fazer estudo de legislação comparada que as poucas horas a nosso dispor não permitiram, como são tratados alhures alguns dos aspectos do projeto mais atingidos pela crítica para se medir da justiça dos conceitos emitidos.

Vejamo-los, rapidamente.

Quando se pretende possa a autoridade, em casos excepcionais e expressamente indicados, antecipar-se aos resultados potencialmente contidos no fato incriminado, supõe-se, desde logo um delírio de arbítrio.

Ora, não há quem, afeito às lides e às letras jurídicas, desconheça a formulação, por Holmes, da doutrina do "perigo evidente e iminente".

Ninguém nega, adiante-se, que o critério para aferir-se dessa iminência ou dessa evidência seja, necessariamente, um risco.

Mas, por acaso, o exercício da autoridade, num Estado de direito embora, em que todos os seus atos deverão estar a ele condicionados, não presume, em qualquer caso, esse risco? Qual seria, pois, a razão do controle judicial? Holmes afirmou, pronunciando-se na Suprema Corte sobre caso, em que o Tribunal decidia quanto à aplicação da Primeira Emenda:

"Admitindo que em muitos lugares e em condições normais o fato de dizerem os réus o que disseram na circular estaria no seu direito constitucional. Mas o caráter de todo ato depende das circunstâncias em que é praticado... A proteção mais absoluta à liberdade de palavra não poderia proteger quem desse falso alarme de fogo num teatro, causando pânico... A questão em cada caso é saber se as palavras foram usadas em tais circunstâncias e são de tal natureza que estabeleçam um perigo evidente e iminente de males concretos que o Congresso tenha o direito de evitar. É uma questão de proximidade e de grau. Quando uma nação está em guerra, muitas coisas que poderiam ser ditas em tempo de paz constituem tamanho obstáculo à luta que a sua manifestação não deve ser tolerada enquanto há homens em armas e nenhuma tribuna pode considerar as proteções por qualquer direito Constitucional."

A doutrina ficou-se com variantes os seus próprios termos invariavelmente presumiam.

O Juiz Jackson no mesmo caso anteriormente citado, pronunciou-se em termos que merecem ser lidos: "A auto-censura, diz ele, tem o direito de obstaculizar o procedimento ou palavras que afetam a multidão, os Tribunais devem apoiá-lo quando a invocação do perigo à ordem pública não é feita de má-fé a fim de

A responsabilidade, corolário natural da liberdade, que só esta justifica, pode ter o gosto amargo do pómo paradisiaco... Assumi-la todavia, é imperativo do qual seria inútil tentar a fuga, numa sociedade cuja tessitura é feita de direitos, deveres e interesses que entre si disputam, às vezes ferozmente, a hegemonia.

Em um seminário organizado pela "Northwestern University School of Law" para amplos debates entre autoridades do Governo Norte-Americano e representantes do jornalismo e da radiodifusão, Le Roy Collins, Presidente da Associação Nacional de Rádio Difusoras, então Governador da Flórida, teve palavras que "onvem sejam reproduzidas nesta oportunidade: "Nada é mais oportuno, disse ele, do que o tema "Liberdade e Responsabilidade em Radiodifusão", porque vivemos em tempos de prova, não apenas para a radiodifusão como para toda a nação. Nem tampouco coisa alguma seria mais pertinente, porque, em sentido real, liberdade e responsabilidade são inseparáveis. Não atingimos liberdade real sem responsabilidade, assim como essa necessita de solo livre para realizar-se.

"O Grau de liberdade que a radiodifusão norte-americana — na verdade, a própria América — pode gozar, será determinado pela maneira como os radiodifusores e outros norte-americanos avaliarem a prática da responsabilidade."

"Numa sociedade democrática como a nossa, nós, como indivíduos, estamos em liberdade (at liberty) para realizar muitas coisas que, de seus efeitos danosos sobre o restante da Sociedade, podem causar algumas de nossas maiores liberdades (freedoms)."

"Ao agasalhar com as nobres bandeiras de liberdade de expressão e livre empresa os vacilantes ombros daqueles que abusam das liberdades, em benefício de seus egoísticos interesses, nós conseguiremos não proteger, mas colocar em risco o bom nome, o bem-estar e a liberdade de considerável número de radiodifusores, que estão agindo corretamente. ("Liberdade e Responsabilidade em Rádio e TV", pág.)

Parece-nos que aí está um ponto de partida que ninguém recusará e que nos poupa o apelo a fontes capazes de nos conduzir a questões excessivamente especulativas...

Parece-nos, também, que aí se oferece um roteiro para tentar a realização dos objetivos do projeto, isto é, liberdade com responsabilidade.

Também, o Juiz Jackson, da Corte Suprema, dos E.E.UU., em um país permanentemente em guarda contra qualquer tentativa de ataque às liberdades fundamentais de seu povo, e que foi o Promotor americano no julgamento dos criminosos de guerra, em Nuremberg, não temeu as interpretações cavilosas que se poderiam fazer em torno destas seguintes afirmações: "A invocação das liberdades constitucionais, como parte da estratégia para derrubá-las, apresenta um dilema para um povo livre que não pode ser resolvido apenas pela lógica constitucional... Não se trata de escolher entre ordem e a liberdade, e sim liberdade com ordem e anarquia sem ambas (Case Terminiello)."

O vigor das expressões usadas, por quem poderia fazê-lo insuspeitadamente insinua, sem dúvida, um pensamento que vai além dos limites do caso, para projetar-se como regra. Tratava-se de aplicação da primeira Emenda que veda ao Congresso aprovar qualquer lei que restrinja a liberdade de palavra ou de imprensa.

Duguit — Traité de Droit Constitutionnel, Paris, 1925, comentando a lei francesa de 1881, sobre a liberdade de imprensa, assim se exprime:

"Era a liberdade completa da imprensa. Porém, o legislador não poderia ficar nisso. Com

justificar a censura ou a supressão da liberdade da palavra."

E mais: "a punição da palavra, baseada na sua tendência seja a causar a perturbação da ordem, seja a injuriar pessoas ou grupos, só se justifica, na minha opinião, quando a acusação resista ao 'teste' do perigo evidente e atual. Este é o 'standard' mais justo e mais prático até hoje desenvolvido para determinar a criminalidade de palavras cujas tendências injuriosas ou incitadoras de desordens não são demonstradas pelos acontecimentos, mas decorrem de probabilidades..."

O projeto, como é fácil de verificar, não vai tão longe; é bem mais desto na enunciação das hipóteses. As citações poderiam se multiplicar direito americano, sempre lembrando como paradigma.

com Blum, em época de dificuldade para o seu país, circunstância não compromete a tese que sustenta em debate quando Presidente Conselho, referindo-se à divulgação de notícias falsas, acentuava que as podem armar os cidadãos uns tra os outros e fazer correr san-

Em tais casos, dizia, não permitam a intervenção repressiva senão a efetiva perturbação da paz pública... será um verdadeiro escárnio Lei" (Darcy Arruda Miranda — cit. pag. 88 — Roger Pinto — Liberté d'Opinion et d'Informa-

Como se vê, não seria no particular o projeto mereceria a condenação viva como se tem visto e ouo.

Algumas disposições, outrossim, têm mantido dúvidas quanto a seu comprometimento com a regra constitucional do artigo 141, § 30, violando o princípio de que "nenhuma pena passa da pessoa do delinqüente".

Então, tal não se dá. A responsabilidade que o projeto, em alguns s, fixa, é por fato próprio, como hipótese do artigo do Código Pe-

em o projeto inovaria na matéria do subitem que a responsabilidade sucessiva da atual lei — aliás, o elogiada utilmente — admite, o as anteriores semelhantes, a responsabilidade objetiva, responsável em culpa do subsidiário que onde *ex lege* pelo só fato de não o sucedido, idôneo ou não se encaixar no País condições que nada a ver com o "animus", simples ra causalidade material...

Arnelluti, comentando o sistema italiano, diz que, em suma, todos que são chamados à responsabilidade não são punidos pelo fato de em mas pelo *facto proprio* que é corrente com o fato de outrem, ou qualquer modo torna possível o agir-se:

Entendo, diz ele, que seria mais próprio chamar-se de "presunção de culpa" que de "responsabilidade objetiva".

Então, comentando o dispositivo art. 57 do Código Penal Italiano, onde que o artigo "não estabelece responsabilidade objetiva por fato terceiro mas uma responsabilidade por fato próprio omissivo. Tal responsabilidade tem por fundamento a produção de um evento mediante omissão consciente e voluntária de o diretor ou redator responsável o dever de examinar e controlar com a máxima diligência e com o máximo discernimento, os escritos se publicam em seu jornal, razão qual a sua responsabilidade se a sobre a inobservância de tal juridis... De consequência o o 57 não está em conflito com o o 27 da Constituição, que declara pessoa a responsabilidade".

Toulemon não diz coisa diferente:

"O responsável em direito penal é o autor da infração, mas em matéria de delito cometido através da imprensa, qual será? O autor do ato incriminado? Ou o que assegurou a publicação?"

É evidentemente sobre quem escreve é que recai a responsabilidade do delito; mas aquele que lhe empresta a nocividade e sua repercussão é aquele que a publicou; não é o pensamento que a lei pune, mas o ato exterior que provocou uma ofensa à ordem pública ou à reputação de outrem. Em direito deve-se considerar o autor do escrito e quem o publica como co-autor, participando do mesmo delito". (Andre Toulemon, Nouveau Code de la Presse — 1951, página 16).

Os rigores da legislação helênica não foram, por certo, adotados pelo projeto.

O Artigo 14, alínea 4, da Constituição grega estipula que os delitos de imprensa são sempre considerados "em flagrante"... As consequências decorrentes de tal preceito são de fácil entendimento.

Atacar-se outrossim de rijo a redação da *exceptio veritatis* quando fato imputado fosse atribuído ao Presidente da República e demais categorias de pessoas indicadas no artigo 20, I, do projeto.

A escandalizada estranheza cedeu lugar a argumentos menos enfáticos quando se verificou que, afinal, o princípio já era norma inserida no Código Penal e que longe de ser um "privilegio magistral" encontrava ponderáveis razões para sua adoção...

A co-autoria, princípio que o projeto adota, já é norma de direito positivo, inscrita em matéria correlata: o Código de Telecomunicações.

De tudo que foi dito, sob o fustigamento da exiguidade do tempo, mais encurtado ainda pelo agüardo da contribuição valiosa dos senhores congressistas, emerge uma visão mais real do projeto. Ele não agride nem violenta os princípios gerais do direito penal; nem se singulariza estranho e áspero no convívio com os nossos precedentes legislativos, nem deserta o campo lindeirado pela doutrina, e pela jurisprudência, pelas normas positivas de outros povos livres sensíveis a qualquer agressão à liberdade de manifestação do pensamento, mas extremamente exigente no impor uma carga pesada de responsabilidade aos transgressores da disciplina do abuso no seu exercício. Não quer isto dizer que o relator lhe confira um "bil" de indenidade a qualquer crítica e que o tenha por inacessível a estas.

Por mais que se o reconheça não habilidade ao cometimento que lhe foi deferido, de semelhante tolema. Não o acobardariam.

A nossa tarefa outra não será senão de atingir na elaboração da lei a formulação praticável de um texto que sem extinguir a liberdade constitucionalmente garantida, muito ao contrário a garantia, protegendo-a contra o abuso no seu exercício, imprudência fatal que ao longo da história tem pontilhado de cruzes o caminho da humanidade, levantado patibulos e apinhado calabouços.

Se concordamos em que este seja o objetivo comum, estaremos mais próximo da verdade. E a verdade nos libertará.

Damos pois parecer favorável ao projeto com as emendas que entendemos em seguida. Outrossim, o Parecer sobre as emendas dos Senhores Congressistas. Em plenário da Comissão, justificará o relator os pareceres sobre cada uma.

É a única forma de atender à tramitação fixada no calendário.

PARER SOBRE AS EMENDAS
Um pouco mais de prazo obtido com o adiamento da reunião da dou-

ta Comissão Mista permitiu-nos estabelecer um critério e ganhar uma visão de conjunto sobre as quase quatro centenas de emendas propostas.

Percebe-se, com facilidade, que houve uma preocupação muito viva com a dosagem das penas manifestada numa tendência a minorá-las.

Pareceu ao relator que esta não era a raiz do problema: estava o efeito dominando a causa. Importava, isso sim, caracterizar os delitos de maneira nítida e, porque se trata de uma lei especial, identificar o seu núcleo para, sem chegar a tê-la por abrangente, montar um sistema apto a penalizar o abuso e, ao mesmo tempo conter, nos seus limites razoáveis, a repressão.

Neste sentido como regra geral, o componente subjetivo, seja o doloso, seja o culposo, ali onde estivesse duvidosa a sua exigência foi expressamente revelado. A redação proposta pelo relator aos artigos 33 e 24 do projeto constituem um exemplo disso.

Urgia construir uma técnica que atendesse no primeiro caso, a natureza empresarial que tomaram os órgãos de divulgação impondo, quase que intuitivamente, uma gradação de responsabilidade que, sem extingui-la, não chegasse ao extremo de aceitar uma aplicação da teoria da equivalência das causas, irrestritamente, quando pré-figurada a co-autoria, "ex lege", (art. 33 § 2º, letra a e, de certa forma, letra b) ou desembocasse na responsabilidade objetiva "tout court".

No segundo caso, (art. 24, § 2º) ainda que responda o agente por *facto proprio* e não de terceiro, como erroneamente se tem dito, pareceu-nos prudente dar tratamento idêntico ao da hipótese do § 1º do art. 138 do Código Penal, exigindo para a configuração do delito, a infidelidade (elemento objetivo) aos textos divulgados e a má-fé elemento subjetivo, como propõe Florian (citação de Darcy Arruda Miranda, "Dos Abusos de Liberdade de Imprensa", página 348). Eliminar o dispositivo poderia, como nota o citado autor, dar lugar a abusos, acobertados pela imunidade parlamentar ou judiciária.

Estão pois, trocadas as fronteiras de um largo campo onde podem conviver liberdade e responsabilidade, convivência que é o objetivo principal do projeto.

As penas de reclusão foram reservadas para crimes de indiscutível gravidade como os do § 3º do artigo 12 e este mesmo, "caput" e do artigo 15. A incitação prevista no artigo 16 tem a apuração bem dosada.

O dispositivo genérico do § 1º do art. 12 e consequentemente, o § 2º pareceram-nos expungíveis do projeto já que mais não são que referência obliqua a lei também especial. Pensamos suprimi-los. Há emendas neste sentido.

As disposições propostas referentes ao "sursis" e à garantia do sigilo profissional foram aceitas como também maior amplitude na prova testemunhal.

O caráter empresarial que justifica na mais equidista distribuição da responsabilidade penal no que toca principalmente às penas privativas de liberdade, explica, também, uma maior severidade aplicada às penas pecuniárias e à responsabilidade civil pelo dano moral (arts. 4º e 47).

Dai, também, medidas adjetivas que visam a dar celeridade a sua realização.

Quando as emendas diziam respeito a matérias correlatas com as reguladas em outra lei, puderam ser consideradas; não quando visavam adentrar o seu campo específico.

Este é um roteiro sucinto que entendemos útil.

A seguir, relacionamos as emendas com parecer contrário e com parecer favorável.

EMENDAS C/PARECER CONTRÁRIO

1 a 24; 26 a 28; 31 a 35; 37; 39 a 41; 44 a 46; 49 a 52; 54 a 61; 62 a 109; 111 a 166; 169 a 210; 212 a 232; 234; 236 a 242.

EMENDAS C/PARECER CONTRÁRIO

244 a 250; 253 a 268; 270 a 283; 285 a 286; 288; 291 a 303; 305 a 313; 315 a 316; 318 a 329; 332 a 337; 339 a 354; 356 a 363.

EMENDAS C/PARECER FAVORÁVEL

25; 29; 30; 36; 38; 42; 43; 47; 48; 53; 110; 167; 168; 211; 233; 235; 243 (com restrições); 251; 253; 269; 284; 287; 289; 290; 304; 314; 317; 330; 331; 336; 355.

Emendas do Relator

EMENDA Nº 364 (R)

Substitua-se o § 2º e suas letras a e b, do art. 33 e acrescente-se novo parágrafo, renumerando-se os §§ 3º e 4º:

"§ 2º — Ainda que o escrito seja assinado, responderá com o co-autor o redator da seção, o diretor ou redator-chefe que tenha contribuído para o crime:

I — com dolo, caso em que ficará sujeito às penas cominadas para o crime;

II — com culpa caso em que ficará sujeito a um terço das penas cominadas para o crime;

§ 3º O disposto neste artigo se aplica:

a) nas empresas de radiodifusão, ainda que a transmissão tenha indicado seu autor, ao editor ou produtor do programa, ou ao diretor ou redator registrado de acordo com o art. 7º, III, letra b;

c) nas agências noticiosas ainda que o autor da transmissão seja identificado, ao gerente ou proprietário do estabelecimento".

EMENDA Nº 365 (R)

Do art. 33

Acrescente-se o seguinte parágrafo: "§ — Nos casos de responsabilidade por culpa previstos no art. 33, se a pena máxima privativa da liberdade for de 1 (um) ano o juiz poderá aplicar somente a pena pecuniária.

Emendas do Relator

EMENDA Nº 366-R

Redija-se assim o § 1º do art. 33:

"§ 1º — Se o escrito, a transmissão ou a notícia forem divulgados sem a indicação do seu autor, aquele que nos termos do art. 25, §§ 1º e 2º, for considerado como tal, poderá nomeá-lo, juntando o respectivo original e a declaração do autor assumindo a responsabilidade."

EMENDA Nº 367-R

Do art. 35

Acrescente-se o seguinte:

"§ 4º — Aquela que, nos termos do parágrafo anterior, sueder ao responsável ficará sujeita a um terço das penas cominadas para o crime, salvo se provado que agiu dolosamente, caso em que responderá como co-autor na forma do inciso I, § 2º do art. 33."

Ficará, entretanto, isento de pena se provar que não concorreu para o crime com negligência, imperícia ou imprevidência.

EMENDA Nº 368-R

Do § 2º do art. 33:

Suprimam-se as expressões: "provado que expressamente autorizou a publicação ou transmissão".

EMENDA Nº 369 (R)

Do art. 2º, § 2º

Onde se lê: "autorização" Leia-se: "permissão"

EMENDA Nº 370 (R)

Ao art. 7º, III, letra "a"

Onde se lê: "emissão"

Leia-se: "estúdio"

EMENDA Nº 371 (R)

Ao art. 38

Substitua-se: "estação omiscora"

Por: "estúdio"

EMENDA Nº 372 (R)

Ao art. 57

Acrescentar um parágrafo 2º

§ 2º — Só terá livre entrada no País os livros e periódicos escritos em português que forem editados em Portugal".

EMENDA Nº 373 (r)

Ao § 9º do art. 29

Redija-se assim:

§ 9º — A resposta cuja divulgação não houver obedecido ao disposto nesta lei é considerada inexistente.

EMENDA Nº 374 (r)

Ao § 1º do art. 15

Redija-se assim:

§ 1º — Se a notícia cuja publicação, transmissão ou distribuição que se prometeu não fazer ou impedir que se faça, mesmo que representada por desenho, figura, programa ou outras formas capaz de produzir resultado, for desabonadora da honra e da conduta de alguns:

Pena: reclusão de 4 a 10 anos, ou multa de Cr\$ 500.000 a Cr\$ 5.000.000.

EMENDA Nº 375 (r)

Ao § 1º do art. 18

Redija-se assim:

§ 1º — Se a incitação for seguida da prática do crime, as penas serão as mesmas cominadas a este.

EMENDA Nº 376 (r)

Acrescente-se:

Ao art. 58:

§ 6º — No caso de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

EMENDA Nº 377 (R)

Ao Art. 2º:

Acrescente-se o seguinte parágrafo IV:

§ 4º — São empresas jornalísticas para os fins da presente lei aquelas que editarem jornais, revistas ou outros periódicos, explorarem serviços de radiodifusão e televisão e o agenciamento de notícias.

EMENDA Nº 378 (R)

Ao Art. 9º:

"Art. 9º — Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do artigo anterior, ou cujo registro tenha sido feito sem obediência nos termos da lei.

EMENDA Nº 379 (R)

Ao Art. 3º

Onde se lê:

"Caberá"

Leia-se:

"Caberão".

EMENDA Nº 380 (R)

Ao Art. 8º § 1º e 2º:

Onde se lê:

"retificação"

Leia-se:

"alteração".

EMENDA Nº 381 (R)

Ao art. 23, § 1º:

Onde se lê "contas"

Leia-se "custas."

EMENDA Nº 382 (R)

Substituam-se os §§ 1º e 2º do artigo 24 pelo seguinte:

"Parágrafo único. Nos casos dos incisos II a V deste artigo a reprodução ou noticiário que contenha injúria, calúnia ou difamação de caráter de constituir abuso no exercício da liberdade de informação se forem fiéis e feitas de boa-fé."

EMENDA Nº 383 (R)

Acrescente-se ao art. 58, I, as expressões:

"política e social."

EMENDA Nº 384 (R)

Ao art. 17, § 3º.

Suprima-se.

EMENDA Nº 385 (R)

Ao art. 18:

Acrescente-se o seguinte:

"§ 2º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele."

EMENDA Nº 386 (R)

Ao art. 46, § 1º.

Redija-se assim:

"§ 1º Nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 17 e 18 excepcionada no prazo da contestação, excluirá a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro ditz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público."

EMENDA Nº 387 (R)

Suprimam-se as letras "a" e "b" do art. 46.

EMENDA Nº 388 (R)

Substituir os parágrafos do art. 54 pelos seguintes:

"§ 1º A petição inicial será apresentada em duas vias. Com a primeira e os documentos que a acompanhararem será formado processo, e a citação inicial será feita mediante a entrega da segunda via.

§ 2º O Juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas, e o Ofício terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandato de citação.

§ 3º Na contestação, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias o réu exercerá a exceção da verdade, se for o caso, indicará as provas e diligências que julgar necessárias e arrolará as testemunhas. A contestação será acompanhada da prova documental que pretenda produzir.

§ 4º Contestada a ação, o processo terá o rito previsto no art. 685 do Código de Processo Civil.

§ 5º Na ação para haver reparação do dano moral não será admitido reconvenção.

§ 6º Da sentença do Juiz caberá agravo de petição, que somente será admitido mediante comprovação do depósito, pelo agravante, de quantia igual à importação total da condenação. Com a petição de agravo o agravante pedirá a expedição da guiz para o depósito, sendo recurso julgado deserto se no prazo do agravo não for comprovado o depósito."

EMENDA Nº 389 (R)

Substituir o art. 62 pelo seguinte:

"Art. 62. As multas e demais importâncias em moeda previstas na presente lei serão atualizadas anualmente, com base nos índices de correção monetária aplicáveis às Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional."

EMENDA Nº 390 (R)

Substituir o art. 52 pelo seguinte:

"Art. 52. A parte vencida responde pelos honorários do advogado da parte vencedora, desde logo fixados na própria sentença."

EMENDA Nº 391 (R)

1) Substituir o art. 46, § 2º, pelo seguinte:

"§ 2º Se a violação de direito ou o prejuízo ocorre mediante publicação ou transmissão em jornal, periódico, ou serviços de radiodifusão, ou de agência noticiosa, responde pela reparação do dano a pessoal natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação (artigo 47.)

2) Acrescentar o seguinte parágrafo ao art. 46:

"§ 3º Se a violação ocorre mediante publicação de impresso não periódico, responde pela reparação do dano:

a) o autor do escrito, se nele indicado; ou

b) a pessoa natural ou jurídica que explora a oficina impressora, se do impresso não consta o nome do autor."

EMENDA Nº 392 (R)

Substituir o art. 47 e seu parágrafo único, pelo seguinte:

"Art. 47. A empresa que explora o meio de informação ou divulgação terá ação regressiva para haver do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, a indenização que pagar em virtude da responsabilidade prevista nesta lei."

Sala das Comissões, em ... de ... de 1967.

SUBEMENDA A EMENDA Nº 13

Ao Parágrafo 2º do artigo 1º:

Inclua-se:

"agências noticiosas"

Deputado Ivan Luz

SUBEMENDA A EMENDA Nº 8

Inclua-se após a expressão "ordem", as expressões "política e social".

Deputado Ivan Luz

SUBEMENDA A EMENDA Nº 65

Ao art. 12 (caput) e ao art. 12 § 3º, letra b.

Leia-se: Pena: de 1 a 4 anos de detenção.

Em 17 de janeiro de 1967

Senador Mem de Sá

SUBEMENDA A EMENDA Nº 81

Dê-se a seguinte redação ao § 3º do art. 12:

§ 3º — Publicar ou divulgar:

a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do país, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva;

b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional desde que exista igualmente norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva.

Pena: de detenção de 1 a 4 anos.

Deputado Ivan Luz

SUBEMENDA AS EMENDAS Nº 108 E OUTRAS

Redija-se assim o art. 13:

Art. 13 — Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:

I — perturbação da ordem pública ou alarme social;

II — desconfiância no sistema bancário ou abalo de crédito de institui-

ção financeira ou de qualquer empresa;

III — prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município;

IV — sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos mobiliários no mercado financeiro.

Sala das Sessões, em ... de janeiro de 1967.

Dep. Martins Rodrigues — Dep. Mario Piva — Dep. Mario Covas — Dep. Amaral Netto.

SUBEMENDA A EMENDA Nº 148

Inclua-se no art. 17 § 2º:

"Chefes de Estado ou de governo estrangeiro a seus representantes diplomáticos".

Deputado Ivan Luz

SUBEMENDA A EMENDA Nº 143

Acrescente-se ao art. 17, um novo parágrafo do seguinte teor:

§ — Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Deputado Ivan Luz

SUBEMENDA A EMENDA Nº 210

Acrescente-se, no final: da emenda:

— sendo sempre assegurada a respectiva o mínimo de cem linhas.

Senador Mem de Sá

SUBEMENDA A EMENDA Nº 277

Acrescente-se, no final, o seguinte:

"ou mediante portaria do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, aplicando-se neste caso os §§ do art. 60".

Deputado Ivan Luz

10

SUBEMENDA A EMENDA Nº 280

"Estão excluídas do disposto nos 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas".

Deputado Ivan Luz

11

SUBEMENDA A EMENDA Nº 358

Acrescer:

Em qualquer hipótese de processo judicial instaurado por violação dos preceitos desta lei, a responsabilidade do pagamento das custas processuais e honorários de advogado será da empresa.

Sala das Comissões, 19-1-67. — Senador Eurico Rende.

12

SUBEMENDA A EMENDA Nº 371

Substitua-se a parte final da seguinte forma:

Equiparam-se as empresas jornalísticas as que explorem serviços de radiodifusão e televisão, e o agenciamento de notícias.

Senador Mem de Sá

13

SUB-EMENDA A EMENDA Nº 31

(No fim do parágrafo se forem feitas e feitas de modo que não demonstram fé).

Deputado Hamilton Prado,

14

SUBEMENDA A EMENDA Nº 38

Substitua-se o parágrafo 5º emenda nº 388 pelo parágrafo 2º art. 54 do Projeto.

Senador Mem de Sá

SUBEMENDA A EMENDA Nº 390

Inclua-se, no final, a seguinte expressão:

"Bem como pelas custas judiciais."

Deputado Martins Rodrigues

da Comissão Mista, sobre o Projeto de Lei nº 23, de 1966 (C. N.), que "Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação".

PALESTRAS DA COMISSÃO

A Comissão Mista designada para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 23, de 1966 (C. N.), que "Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação", apresenta, em anexo, o substitutivo aprovado.

Sala das Comissões, em 19 de janeiro de 1967. — Bezerra Neto, Presidente — Ivan Luz, Relator — Eucio Rezende — Elias Carmo — Joaquim Parente — Raimundo de Andrade — Domício Gondim — Ovídio de Breu — Guido Mondim — Oswaldo Anello — José Leite — Raul de Góes — Arthur Virgílio — Hamilton Prado — Edmundo Levi — Mario Piva, Vendo — João Abraham — Amaral Neto, sob protesto — Menezes Pimentel — Mario Covas — Martins Rodrigues, encido.

O SEQUINTE O SUBSTITUTIVO APROVADO**Substitutivo**

o Projeto de Lei nº 23, de 1966 (CN), que "Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação".

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I**Da Liberdade de manifestação do pensamento e da informação**

Art. 1.º É livre a manifestação e procura, o recebimento e a difusão de informações ou idéias, por qualquer meio, e sem dependência de censura, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer.

§ 1.º Não será tolerada a propaganda de guerra, de processos de subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe.

§ 2.º O disposto neste artigo não se aplica a espetáculos e diversões públicas, que ficarão sujeitos à censura, na forma da lei, nem na violação do estado de sítio, quando o governo poderá exercer a censura sobre os jornais ou periódicos e empresas de radiodifusão e agências noticiosas nas matérias atinentes aos movimentos que o determinaram, como também em relação aos executores da obra medida.

Art. 2.º É livre a publicação e circulação, no território nacional, de livros e de jornais e outros periódicos, salvo se clandestinos (art. 11) e quando atentem contra a moral e bons costumes.

§ 1.º A exploração dos serviços de radiodifusão depende de permissão ou concessão federal, na forma da lei.

§ 2.º É livre a exploração de empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias, desde que registradas nos termos do art. 8.º

Art. 3.º É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam públicas ou simplesmente noticiosas, a estrangeiros e a sociedade por ações ao portador.

§ 1.º Nem estrangeiros nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser sócios de sociedades proprietárias de empresas jornalísticas, nem exercer sobre elas qualquer tipo de controle direto ou indireto.

§ 2.º A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa das empresas jornalísticas caberão, exclusivamente, a brasileiros natos, sendo rigorosamente vedada qualquer modalidade de contrato de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, que lhes faculte, sob qualquer pretexto ou maneira, ter participação direta, indireta ou sub-reptícia, por intermédio de prepostos ou empregados, na administração e na orientação da empresa jornalística.

§ 3.º A sociedade que explorar empresa jornalística poderá ter forma civil ou comercial, respeitadas as restrições constitucionais e legais relativas à sua propriedade e direção.

§ 4.º São empresas jornalísticas para os fins da presente lei aquelas que editaram jornais, revistas ou outros periódicos. Equiparam-se às empresas jornalísticas para fins de responsabilidade civil e penal as que explorarem serviços de radiodifusão e televisão e o agenciamento de notícias.

Art. 4.º Caberá exclusivamente a brasileiros natos a responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa dos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas, transmitidos pelas empresas de radiodifusão.

§ 1.º É vedado às empresas de radiodifusão manter contratos de assistência técnica com empresas ou organizações estrangeiras, quer a respeito de administração, quer de orientação, sendo rigorosamente proibido que estas, por qualquer forma ou modalidade, pretexto ou expediente, mantenham ou nomeiem servidoras ou técnicos que, de forma direta ou indireta, tenham intervenção ou conhecimento da vida administrativa ou da orientação da empresa de radiodifusão.

§ 2.º A vedação do parágrafo anterior não alcança a parte estritamente técnica ou artística da programação e do aparelhamento da empresa.

Art. 5.º As proibições a que se referem o § 2.º do Art. 3.º e o § 1.º do Art. 4.º não se aplicam aos casos de contrato de assistência técnica, com empresa ou organização estrangeira, não superior a seis meses e exclusivamente referentes à fase de instalação e início de funcionamento de equipamento, máquinas e aparelhamento técnicos.

Art. 6.º Depende de prévia aprovação do CONTEL qualquer contrato que uma empresa de radiodifusão pretenda fazer com empresa ou organização estrangeira, que possa, de qualquer forma, ferir o espírito das disposições dos artigos 3.º e 4.º, sendo também proibidas quaisquer modalidades contratuais que de maneira direta ou indireta assegurem a empresa ou organizações estrangeiras participação nos lucros brutos ou líquidos das empresas jornalísticas ou de radiodifusão.

Art. 7.º No exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação não é permitido o anonimato. Será, no entanto, assegurado o respeito ao sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, rádio-reporter ou comentaristas.

§ 1.º Todo jornal ou periódico é obrigado a estampar, no seu cabeçalho, o nome do diretor ou redator-chefe que deve estar no gozo dos seus direitos civis e políticos, bem como indicar a sede da administração e do estabelecimento gráfico onde é impresso, sob pena de multa diária de, no máximo, um salário mínimo da região, nos termos do art. 10.

§ 2.º Ficará sujeito à apreensão pela autoridade policial todo impresso que, por qualquer meio, circular ou for exibido em público sem estampar o nome do autor e editor, bem como a

indicação da oficina onde foi impresso, sede da mesma e data da impressão.

§ 3.º Os programas de noticiário, reportagens, comentários, debates e entrevistas, nas emissoras de radiodifusão, deverão enunciar, no princípio e ao final de cada um o nome do respectivo diretor ou produtor.

§ 4.º O diretor ou principal responsável do jornal, revista, rádio e televisão manterá em livro próprio, que abrirá e rubricará em todas as folhas, para exibir em juízo, quando para isso for intimado, o registro dos pseudônimos, seguidos da assinatura dos seus utilizantes, cujos trabalhos sejam ali divulgados.

CAPÍTULO II**Do Registro**

Art. 8.º Estão sujeitos a registro no cartório competente do Registro Civil das Pessoas Jurídicas:

I — os jornais e demais publicações periódicas;

II — as oficinas, impressoras de quaisquer naturezas, pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — as empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — as empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Art. 9.º O pedido de registro conterá as informações e será instruído com os documentos seguintes:

I — No caso de jornais ou outras publicações periódicas:

a) título do jornal ou periódico, sede da redação, administração e oficinas impressoras, esclarecendo, quanto a estas, se são próprias ou de terceiros, e indicando, neste caso, os respectivos proprietários;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe;

c) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do proprietário;

d) se propriedade de pessoa jurídica, exemplar do respectivo estatuto ou contrato social e nome, idade, residência e prova da nacionalidade dos diretores, gerentes e sócios da pessoa jurídica proprietária.

II — No caso de oficinas impressoras:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração, lugar, rua e número onde funcionam as oficinas e denominação destas;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pertencentes a pessoa jurídica.

III — No caso de empresas de radiodifusão:

a) designação da emissora, sede da sua administração e local das instalações do estúdio;

b) nome, idade, residência e prova de nacionalidade do diretor ou redator-chefe responsável pelos serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas.

IV — No caso de empresas noticiosas:

a) nome, nacionalidade, idade e residência do gerente e do proprietário, se pessoa natural;

b) sede da administração;

c) exemplar do contrato ou estatuto social, se pessoa jurídica.

Parágrafo único — As alterações em qualquer dessas declarações ou

documentos deverão ser averbadas no registro no prazo de 8 (oito) dias.

Art. 10. A falta de registro das declarações exigidas no artigo anterior, ou de averbação da alteração, será punida com multa administrativa, que terá o valor de meio a dois salários mínimos da região.

§ 1.º A sentença que impuser a multa fixará prazo, não inferior a 20 dias, para registro ou alteração das declarações.

§ 2.º A multa será liminarmente aplicada pela autoridade judiciária, cobrada por processo executivo, mediante ação do Ministério Público, depois que, marcado pelo juiz, não for cumprido o despacho.

§ 3.º Se o registro ou alteração não for efetivado no prazo referido no § 1.º deste artigo, o juiz poderá impor nova multa, agravando-a de 50% (cinquenta por cento) toda vez que seja ultrapassado de dez dias o prazo assinalado na sentença.

Art. 11. Considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrado nos termos do artigo 9.º, ou de cujo registro não conste o nome e qualificação do diretor ou redator e do proprieário.

CAPÍTULO III**Dos abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação**

Art. 12. Aqueles que, através dos meios de informação e divulgação, praticarem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação ficarão sujeitos às penas desta lei e responderão pelos prejuízos que causarem.

Parágrafo único. São meios de informação e divulgação, para os efeitos deste artigo, os jornais e outras publicações periódicas, os serviços de radiodifusão e os serviços noticiosos.

Art. 13. Constituem crimes na exploração ou utilização dos meios de informação e divulgação os previstos nos artigos seguintes.

Art. 14. Fazer propaganda de guerra, de processos para subversão da ordem política e social ou de preconceitos de raça ou classe:

PENA: De 1 a 4 anos de detenção.

Art. 15. Publicar ou divulgar:

a) segredo de Estado, notícia ou informação relativa à preparação da defesa interna ou externa do país, desde que o sigilo seja justificado como necessário, mediante norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva;

b) notícia ou informação sigilosa, de interesse da segurança nacional, desde que exista, igualmente, norma ou recomendação prévia determinando segredo, confidência ou reserva.

PENA: De 1 (um) a 4 (quatro) anos, de detenção.

Art. 16. Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:

I — perturbação da ordem pública ou alarme social;

II — desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica;

III — prejuízo ao crédito da União, do Estado, do Distrito Federal ou do Município;

IV — sensível perturbação na circulação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro.

PENA: De 1 (um) a 3 (três) meses de detenção, quando se tratar do au-

to do escrito ou transmissão incriminada e multa de cinco a dez salários-mínimos regionais.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos I e II, se o crime é culposo:

PENA: Detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos da região.

Art. 17. Ofender a moral pública e os bons costumes.

PENA: Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano e multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Parágrafo único. Divulgar, por qualquer meio e de forma a atingir seus objetivos, anúncio, aviso ou resultado de loteria não autorizada, bem como de jogo proibido, salvo quando a divulgação tiver por objetivo inequívoco comprovar ou criticar a falta de repressão por parte das autoridades responsáveis.

Pena: Detenção de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa de 1 (um) a 5 (cinco) salários-mínimos regionais.

Art. 18. Obter ou procurar obter, para si ou para outrem, favor, dinheiro ou outra vantagem para não fazer ou impedir que se faça publicação, transmissão ou distribuição de notícias.

Pena: Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos da região.

§ 1.º Se a notícia cuja publicação, transmissão ou distribuição se prometeu não fazer ou impedir que se faça, mesmo que expressada por desenho, figura, programa ou outras formas capazes de produzir resultados, for desabonadora da honra e da conduta de alguém.

Pena: Reclusão de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, ou multa de 5 (cinco) a 50 (cinquenta) salários-mínimos da região.

§ 2.º Fazer ou obter que se faça, mediante paga ou recompensa, publicação ou transmissão que importe em crime previsto na lei.

Pena: Reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de 2 (dois) a 30 (trinta) salários-mínimos regionais.

Art. 19. Incitar à prática de qualquer infração às leis penais.

Pena: Um terço da prevista na lei para a infração provocada, até o máximo de 1 (um) ano de detenção, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

§ 1.º Se a incitação for seguida da prática do crime, as penas serão as mesmas, cominadas a este.

§ 2.º Fazer apologia de fato criminoso ou de autor de crime.

Pena: Detenção de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 20 (vinte) salários-mínimos da região.

Art. 20. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime.

Pena: Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos regionais.

§ 1.º Na mesma pena incorre quem, sabendo falsa a imputação, reproduz a publicação ou transmissão caluniosa.

§ 2.º Admite-se a prova da verdade, salvo se do crime imputado, embora de ação pública, o ofendido foi absolvido por sentença irrevogável.

§ 3.º Não se admite a prova da verdade contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, Chefes de Estado ou de Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos.

Art. 21. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação.

Pena: Detenção de 3 (três) meses a 18 (dezoito) e multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários-mínimos regionais.

§ 1.º A exceção da verdade somente se admite:

a) se o crime é cometido contra funcionário público, em razão das funções ou contra órgão ou entidade que exerça funções de autoridade pública;

b) se o ofendido permite a prova.

§ 2.º Constitui crime de difamação a publicação ou transmissão, salvo se motivada por interesse público, de fato delituoso, se o ofendido já tiver cumprido pena a que tenha sido condenado em virtude dele.

Art. 22. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou decôro.

Pena: Detenção de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa de 1 (um) a 10 (dez) salários-mínimos regionais.

Parágrafo único. O juiz pode deixar de aplicar a pena:

a) quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

b) no caso de retorção imediata, que consista em outra injúria.

Art. 23. As penas cominadas dos artigos 20 a 22 aumentar-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

I — contra o Presidente da República, Presidente do Senado, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou seus representantes diplomáticos;

II — contra funcionário público, em razão da suas funções;

III — Contra órgão ou autoridade que exerça função de autoridade pública.

Art. 24. São puníveis, nos termos dos artigos 14 a 22, a calúnia, difamação e injúria contra a memória dos mortos.

Art. 25. Se de referências, alusões ou frases, se inferir calúnia, difamação ou injúria, quem se julgar ofendido poderá notificar judicialmente o responsável para que, no prazo de 48 horas, as explique.

§ 1.º Se neste prazo o notificado não dá explicação, ou, a critério do juiz, essas não são satisfatórias, responde pela ofensa.

§ 2.º A pedido do notificante o juiz pode determinar que as explicações dadas sejam publicadas ou transmitidas, nos termos dos artigos 20 e seguintes.

Art. 26. A retratação ou retificação espontânea, expressão e cabal, feita antes de iniciado o procedimento judicial, excluirá a ação penal contra o responsável pelos crimes previstos nos artigos 20 a 22.

§ 1.º A retratação do ofensor, em juízo, reconhecendo, por termo lavrado nos autos, a falsidade da imputação, o extingue a pena, desde que pague as custas do processo e promova, se assim o desejar o ofendido, dentro de 5 dias e por sua conta, a divulgação da notícia da retratação.

§ 2.º Nos casos deste artigo e do § 1.º a retratação deve ser feita ou divulgada:

a) no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, com os mesmos caracteres e sob a mesma epígrafe; ou

b) na mesma estação emissora e no mesmo programa ou horário.

Art. 27. Não constituem abusos no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e de informação:

I — a opinião desfavorável da crítica literária, artística, científica ou desportiva, salvo quando inequívoca intenção de injuriar ou difamar.

II — a reprodução, integral ou resumida, desde que não constitua matéria reservada ou sigilosa, de rela-

tórios, pareceres, decisões ou atos proferidos pelos órgãos competentes das Casas Legislativas;

III — noticiar ou comentar, resumida ou amplamente, projetos e atos do Poder Legislativo, bem como debates e críticas a seu respeito;

IV — a reprodução integral, parcial ou abreviada, a notícia, crônica ou resenha dos debates, escritos ou orais, perante juízes e tribunais, bem como a divulgação de despachos e sentenças e de tudo quanto for ordenado ou comunicado por autoridades judiciais;

V — a divulgação de articulados, quotas ou alegações produzidas em juízo pelas partes ou seus procuradores;

VI — a divulgação, a discussão e a crítica de atos e decisões do Poder Executivo e seus agentes, desde que não se trate de matéria de natureza reservada ou sigilosa;

VII — a crítica às leis e a demonstração de sua inconveniência ou inoportunidade;

VIII — a crítica inspirada pelo interesse público;

IX — a exposição de doutrina ou idéia.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II a VI deste artigo a reprodução ou noticiário que contenha injúria, calúnia ou difamação deixará de constituir abuso no exercício da liberdade de informação se forem fiéis e feitas de modo que não demonstrem má-fé.

Art. 28. O escrito publicado, em jornais ou periódicos sem indicação de seu autor considera-se redigido:

I — pelo redator da seção em que é publicado, se o jornal ou periódico mantém seções distintas sob a responsabilidade de certos e determinados redatores, cujos nomes nelas figuram permanentemente;

II — pelo diretor ou redator-chefe, se publicado na parte editorial;

III — pelo gerente ou pelo proprietário das oficinas impressoras, se publicado na parte ineditorial.

§ 1.º Nas emissões de radiodifusão, se não há indicação do autor das expressões faladas ou das imagens transmitidas, é tido como seu autor:

a) o editor ou produtor do programa, se declarado na transmissão;

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9.º, inciso III, letra b, no caso de programas de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas;

c) o diretor ou proprietário da estação emissora, em relação aos demais programas.

§ 2.º A notícia transmitida por agência noticiosa presume-se enviada pelo gerente da agência de onde se origina, ou pelo diretor da empresa.

CAPÍTULO IV

Do Direito de Resposta

Art. 29. Toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação.

§ 1.º A resposta ou retificação pode ser formulada:

a) pela própria pessoa ou seu representante legal;

b) pelo cônjuge, ascendente, descendente e irmão, se o atingido está ausente do país, se a divulgação é contra pessoa morta, ou se a pessoa visada faleceu depois da ofensa recebida, mas antes de decorrido o prazo de decadência do direito de resposta.

§ 2.º A resposta, ou retificação, deve ser formulada por escrito, dentro do prazo de 80 (sessenta) dias da data da publicação ou transmissão, sob pena de decadência do direito.

§ 3.º Extingue-se ainda o direito de resposta com o exercício de ação penal ou civil contra o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias, com fundamento na publicação ou transmissão incriminada.

Art. 30. O direito de resposta consiste:

I — na publicação da resposta ou retificação do ofendido, no mesmo jornal ou periódico, no mesmo local, em caracteres tipográficos idênticos ao escrito que lhe deu causa, e em edição e dia normais;

II — na transmissão da resposta ou retificação escrita do ofendido, na mesma emissora e no mesmo programa e horário em que foi divulgada a transmissão que lhe deu causa; ou

III — a transmissão da resposta ou da retificação do ofendido, pela agência de notícias, a todos os meios de informação e divulgação a que foi transmitida a notícia que lhe deu causa.

§ 1.º A resposta ou pedido de retificação deve:

a) no caso de jornal ou periódico ter dimensão igual à do escrito incriminado;

b) no caso de transmissão por radiodifusão, ocupar tempo igual à da transmissão incriminada, podendo durar no mínimo um minuto, ainda que aquela tenha sido menor;

c) no caso de agência de notícias ter dimensão igual à da notícia incriminada.

§ 2.º Os limites referidos no parágrafo anterior prevalecerão para cada resposta ou retificação em separado não podendo ser acumulados.

§ 3.º No caso de jornal, periódico ou agência de notícias, a resposta ou retificação será publicada ou transmitida gratuitamente, cabendo o custo da resposta ao ofensor ou a ofendido, conforme decisão do Poder Judiciário, se o responsável não é diretor ou redator-chefe do jornal e com ele tenha contrato de trabalho ou se não é gerente ou proprietário da agência de notícias nem colabore, igualmente, mantenha relação de emprego.

§ 4.º Nas transmissões por radiodifusão, se o responsável pela transmissão incriminada não é o diretor ou proprietário da empresa permissionária, nem com esta tem contrato de trabalho, de publicidade ou de produção de programa, o custo da resposta cabe ao ofensor ou ao ofendido conforme decisão do Poder Judiciário.

§ 5.º Nos casos previstos nos §§ 1.º e 4.º, as empresas têm ação e recusa para haver o custo de publicação ou transmissão da resposta daquilo que é julgado responsável.

§ 6.º Ainda que a responsabilidade de ofensa seja de terceiro, a empresa perde o direito de reembolso, se ferido no § 5.º, se não transmite resposta nos prazos fixados no art. 29.

§ 7.º Os limites máximos da resposta ou retificação, referido no § 1.º, podem ser ultrapassados, até o dobro, desde que o ofendido pague o preda parte excedente, as tarifas normais cobradas pela empresa que explora meio de informação ou divulgação.

§ 8.º A publicação ou transmissão da resposta ou retificação, juntamente com comentários em caráter de réplica, assegura ao ofendido direito a nova resposta.

Art. 31. O pedido de resposta ou retificação deve ser atendido:

I — dentro de 24 horas, pelo jornal, emissora de radiodifusão ou agência de notícias;

II — no primeiro número impresso, no caso de periódico que não seja diário.

§ 1.º No caso de emissora de radiodifusão, se o programa em que foi feita a transmissão incriminada não é diário, a emissora respeitará a exigência de publicação no mesmo programa, se constar do pedido resposta de retificação, e fará a transmissão no primeiro programa após o recebimento do pedido.

§ 2.º Se, de acordo com o art. 30, §§ 3.º e 4.º, a empresa é a responsável pelo custo da resposta, pode condicionar a publicação ou transmissão à prova de que o ofendido a requerer em juízo, contando-se desta prova os prazos referidos no inciso I e no § 1.º.

Art. 32. Se o pedido de resposta ou retificação não for atendido nos prazos referidos no art. 31, o ofendido poderá reclamar judicialmente a sua publicação ou transmissão.

§ 1.º Para esse fim, apresentará um exemplar do escrito incriminado, se for o caso, ou o escrito de transmissão incriminada, bem como o texto da resposta ou retificação, em duas vias dactilografadas, requerendo ao juiz criminal que ordene ao responsável pelo meio de informação e divulgação a publicação ou transmissão, nos prazos do art. 31.

§ 2.º Tratando-se de emissora de radiodifusão, o ofendido poderá, outrossim, reclamar judicialmente o direito de fazer a retificação ou dar a resposta pessoalmente, dentro de 24 horas contadas da intimação judicial.

§ 3.º Recebido o pedido de resposta ou retificação, o juiz, dentro de 24 horas, mandará citar o responsável pela empresa que explora meio de informação e divulgação para que, em igual prazo, diga das razões por que o publicou ou transmitiu.

§ 4.º Nas 24 horas seguintes o juiz proferirá a sua decisão, tenha o responsável atendido ou não a intimação.

§ 5.º A ordem judicial de publicação ou transmissão será feita sob pena de multa, que poderá ser aumentada pelo juiz até o dobro.

a) de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de atraso na publicação, nos casos de jornal e agências de notícias, e de emissora de radiodifusão se o programa for diário;

b) equivalente a Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) por dia de intervalo entre as edições ou programas, no caso de impresso ou programa não diário.

§ 6.º Tratando-se de emissora de radiodifusão, a sentença do juiz decidirá do responsável pelo custo da transmissão e fixará o preço desta.

§ 7.º Da decisão proferida pelo juiz caberá apelação sem efeito suspensivo.

§ 8.º A recusa ou demora de publicação ou divulgação de resposta, quando couber, constitui crime autônomo e sujeita o responsável ao dobro da pena cominada à infração.

§ 9.º A resposta cuja divulgação não tiver obedecido ao disposto nesta lei é considerada inexistente.

Art. 33. Informada a decisão to-
lizada em instância superior, a empresa que tiver cumprido a ordem judicial de publicação ou transmissão da resposta ou retificação terá ação executiva para haver do autor da resposta o custo de sua publicação, de acordo com a tabela de preços para os seus serviços de divulgação.

Art. 34. Será negada a publicação ou transmissão da resposta ou retificação:

I — quando não tiver relação com os fatos referidos na publicação ou transmissão a que pretende responder;

II — quando contiver expressões caluniosas, difamatórias ou injuriosas sobre o jornal, periódico, emissora ou agência de notícias em que houve a publicação ou transmissão que lhe deu motivos, assim como sobre os seus responsáveis, ou terceiros;

III — quando versar sobre atos ou publicações oficiais, exceto se a retificação partir de autoridade pública;

IV — quando se referir a terceiros, em condições que criem para estes igual direito de resposta.

V — quando tiver por objeto crítica literária, teatral, artística, científica ou desportiva, salvo se esta contiver calúnia, difamação ou injúria.

Art. 35. A publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação não prejudicará as ações do ofendido para promover a responsabilidade penal e civil do autor ou co-autores da publicação ou transmissão incriminada.

Art. 36. A resposta do acusado ou ofendido será também transcrita ou divulgada em pelo menos um dos jornais, periódicos ou veículos de radiodifusão que houverem divulgado a publicação motivadora, preferentemente o de maior circulação ou expressão. Nesta hipótese, a despesa correrá por conta do órgão responsável pela publicação original, cobrável por via executiva.

CAPÍTULO V

Da Responsabilidade Penal

Seção I

Dos Responsáveis

Art. 37. São responsáveis pelos crimes cometidos através da imprensa e das emissoras de radiodifusão, sucessivamente:

I — o autor do escrito ou transmissão incriminada (art. 28 e § 1.º), sendo pessoa idônea e residente no País, salvo tratando-se de reprodução feita sem o seu consentimento, caso em que responderá como seu autor quem a tiver reproduzido;

II — quando o autor estiver ausente do país, ou não tiver idoneidade para responder pelo crime;

a) o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; ou

b) o diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9.º, inciso III, letra b, no caso de programa de notícias, reportagens, comentários, debates ou entrevistas transmitidos por emissoras de radiodifusão;

III — se o responsável, nos termos do inciso anterior, estiver ausente do país ou não tiver idoneidade para responder pelo crime;

a) o gerente ou o proprietário das oficinas impressoras; no caso de jornais ou periódicos; ou

b) o diretor ou o proprietário da estação emissora de serviços de radiodifusão.

IV — os distribuidores ou vendedores da publicação ilícita ou clandestina, ou da qual não constar a indicação do autor, editor, ou oficina onde tiver sido feita a impressão.

§ 1.º Se o escrito, a transmissão ou a notícia forem divulgados sem a indicação do seu autor, aquele que nos termos do art. 28, §§ 1.º e 2.º, for considerado como tal, poderá nomeá-lo, juntando o respectivo original e a declaração do autor assumindo a responsabilidade.

§ 2.º Ainda que o escrito seja assinado, responderá como co-autor o redator da seção, o diretor ou redator-chefe que tenha contribuído para o crime;

I — com dolo, caso em que ficará sujeito às penas cominadas para o crime;

II — com culpa, caso em que ficará sujeito a um terço das penas cominadas para o crime.

§ 37. O disposto neste artigo se aplica:

a) nas empresas de radiodifusão, ainda que a transmissão tenha indicado seu autor, ao editor ou produtor do programa, ou ao diretor ou redator registrado de acordo com o art. 9.º, inciso III, letra b;

b) nas agências noticiosas, ainda que o autor da transmissão seja identificado, ao gerente ou proprietário da agência.

§ 4.º A indicação do autor, nos termos do § 1.º, não prejudica a responsabilidade do redator de seção, diretor ou redator-chefe, ou do editor, produtor ou diretor.

§ 5.º Sempre que o responsável gozar de imunidade, a parte ofendida poderá promover a ação contra o responsável sucessivo, na ordem dos incisos deste artigo.

§ 6.º Nos casos de responsabilidade por culpa previstos no art. 37, se a pena máxima privativa de liberdade for de 1 (um) ano o juiz poderá aplicar somente a pena pecuniária.

Art. 38. São responsáveis pelos crimes cometidos no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação através da agência noticiosa, sucessivamente:

I — o autor da notícia transmitida (art. 28, § 2.º), sendo pessoa idônea e residente no país;

II — o gerente ou proprietário de agência noticiosa, quando o autor estiver ausente do país ou não tiver idoneidade para responder pelo crime.

§ 1.º O gerente ou proprietário da agência noticiosa poderá nomear o autor da transmissão incriminada, juntando a declaração deste, assumindo a responsabilidade pela mesma. Neste caso, a ação proseguirá contra o autor nomeado, salvo se estiver ausente do país ou for declarado inidôneo para responder pelo crime.

§ 2.º Ainda que o autor da transmissão seja identificado, o gerente do estabelecimento da agência noticiosa responderá como co-autor do crime.

§ 3.º A identificação do autor, nos termos do § 1.º, não prejudica a responsabilidade do gerente.

§ 4.º Aplica-se a este artigo o disposto no § 4.º do art. 31.

Art. 39. Caberá ao ofendido, caso o deseje, mediante apresentação de documentos ou testemunhas merecedoras de fé, fazer prova da falta de idoneidade, quer moral, quer financeira, dos responsáveis pelos crimes previstos nesta lei, na ordem e nos casos a que se referem os incisos e parágrafos dos artigos anteriores.

§ 1.º Esta prova, que pode ser conduzida perante qualquer juiz criminal, será feita em processo sumariíssimo, com a intimação dos responsáveis, cuja idoneidade se pretender negar, para em uma audiência, ou no máximo, em três, serem os fatos arguidos, provados e contestados.

§ 2.º O juiz decidirá na audiência em que a prova houver sido concluída e de sua decisão cabe somente o recurso sem efeito suspensivo.

§ 3.º Declarado inidôneo o primeiro responsável, pode o ofendido exercer a ação penal contra o que lhe suceder nessa responsabilidade, na ordem dos incisos dos artigos anteriores, caso a respeito deste novo responsável não se haja alegado ou produzido falta de idoneidade.

§ 4.º Aquêle que, nos termos do parágrafo anterior, suceder ao respon-

sável, ficará sujeito a um terço das penas cominadas para o crime, salvo se provar que agiu dolosamente, caso em que responderá como co-autor na forma do inciso I, § 2.º, do art. 37. Ficará, entretanto, isento o pena se provar que não concorreu para o crime com negligência, imperícia ou imprudência.

Seção II

Da Ação Penal

Art. 40. Ação penal será promovida:

I — nos crimes de que tratam os artigos 20 a 22:

a) pelo Ministério Público, mediante requisição do Ministro da Justiça, no caso do nº 1, do art. 20,

b) pelo Ministério Público, mediante representação do ofendido, nos casos dos ns. II e III, do art. 23;

c) por queixa do ofendido, ou do quem tenha qualidade para representá-lo;

d) se contra a pessoa morta, ou falecida antes da queixa, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão: indistintamente;

II — nos demais crimes por denúncia ao Ministério Público.

§ 1.º — Nos casos do inciso I, alínea c, se o Ministério Público não apresentar denúncia dentro de 10 dias, o ofendido poderá apresentar queixa.

§ 2.º — Sob pena de nulidade, é obrigatória a intervenção do Ministério Público, em todos os processos por abuso de liberdade de imprensa, ainda que privado.

§ 3.º — A queixa pode ser admitida pelo Ministério Público, no prazo de 10 dias.

Art. 41. A prescrição da ação penal nos crimes definidos nesta lei, ocorrerá 2 anos após a data da publicação ou transmissão incriminada, e a condenação no dobro do prazo em que for fixada.

§ 1.º — O direito de queixa ou de representação prescreverá se não for exercido dentro de 3 meses da data de publicação ou transmissão.

§ 2.º — O prazo referido no artigo anterior será ininterrupto:

a) pelo requerimento judicial de publicação de resposta ou pedido de retificação, e até que este seja indeferido ou efetivamente atendido;

b) pelo pedido judicial de declaração de inidoneidade do responsável, até o seu julgamento.

§ 3.º — No caso de periódicos que não indiquem data, o prazo referido neste artigo começará a correr do último dia do mês ou outro período a que corresponder a publicação.

Seção III

Do Processo Penal

Art. 42. Lugar do delito, para a determinação da competência territorial, será aquele em que for impresso o jornal ou periódico, e o do local da estação emissora ou permissionário ou concessionário do serviço de radiodifusão, bem como o da administração principal da agência noticiosa.

Parágrafo único — Aplica-se aos crimes de imprensa o disposto no art. 85 do Código de Processo Penal.

Art. 43. A denúncia ou queixa será instruída com exemplar do jornal ou periódico e obedecerá ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, contendo a indicação das provas que o autor pretenda produzir. Se a infração penal tiver sido praticada através de radiodifusão, a denúncia ou queixa será instruída com a notificação de que trata o art. 51.

§ 1.º — Ao despachar a denúncia ou queixa, o juiz determinará a el-

tação do réu para que apresente defesa prévia no prazo de cinco dias.

§ 2º — Não sendo o réu encontrado, será citado por edital com o prazo de quinze dias. Decorrido esse prazo e o quinquídio para a defesa prévia, sem que o réu haja contestado a denúncia ou queixa, o juiz o declarará revel e lhe nomeará defensor dativo, a quem se dará vista dos autos para oferecer defesa prévia.

§ 3º — Na defesa prévia, devem ser arguidas as preliminares cabíveis, bem como a exceção da verdade, apresentando-se, igualmente, a indicação das provas a serem produzidas.

§ 4º — Nos processos por ação penal privada, será ouvido a seguir o Ministério Público.

Art. 44. O Juiz pode receber ou rejeitar a denúncia ou queixa, após a defesa prévia, e, nos crimes de ação penal privada, em seguida à promoção do Ministério Público.

§ 1º — A denúncia ou queixa será rejeitada quando não houver justa causa para a ação penal, bem como nos casos previstos no art. 43, do Código de Processo Penal.

§ 2º — Contra a decisão que rejeitar a denúncia ou queixa, cabe recurso de apelação e contra a que rejeitá-la, recurso em sentido estrito sem suspensão do curso do processo.

Art. 45. Recebida a denúncia, o juiz designará data para a apresentação do réu em juízo e marcará, desde logo, dia e hora para a audiência de instrução e julgamento, observados os seguintes preceitos:

I — Se o réu não comparecer para a qualificação, o juiz considerá-lo-a revel e lhe nomeará defensor dativo. Se o réu comparecer e não tiver advogado constituído nos autos, o juiz poderá nomear-lhe defensor. Em um e outro caso, bastará a presença do advogado ou defensor do réu, nos autos da instrução.

II — Na audiência serão ouvidas as testemunhas de acusação e, em seguida, as de defesa, marcando-se novas audiências, se necessário, em prazo nunca inferior a oito dias.

III — Poderá o réu requerer ao juiz que seja interrogado, devendo, nesse caso, ser ele ouvido antes de inquiridas as testemunhas.

IV — Encerrada a instrução, autor o réu terá, sucessivamente, o prazo de três dias para oferecerem alegações escritas.

Parágrafo único. Se o réu não tiver apresentado defesa prévia, apenas de citado, o juiz o considerará revel e lhe dará defensor dativo, a quem se abrirá o prazo de cinco dias para contestar a denúncia ou queixa.

Art. 46. Demonstrada a necessidade de certidões de repartições públicas ou autárquicas, e a de quaisquer exames, o juiz requisitará aquelas e determinará estes, mediante fixação de prazos para o cumprimento das respectivas diligências.

§ 1º Se dentro do prazo não for atendida, sem motivo justo, a requisição do juiz, imporá este a multa de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) ao funcionário responsável a suspenderá a marcha do processo, até que em novo prazo seja fornecida a certidão ou se efetue a diligência. Aos responsáveis pela não realização desta última, será aplicada a multa de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros) a Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros). A aplicação das multas acima referidas não exclui a responsabilidade por crime funcional.

§ 2º Esgotados os prazos para apresentação das certidões ou realização dos exames, o juiz considerará provada a alegação que dependia daquelas certidões ou dos exames.

§ 3º A requisição de certidões e a determinação de exames ou diligências serão feitas no despacho de recebimento da denúncia ou queixa.

Art. 47. Caberá apelação, com efeito suspensivo contra a sentença que condenar ou absolver o réu.

Art. 48. Em tudo o que não é regulado por norma especial desta lei o Código Penal e o Código de Processo Penal se aplicam à responsabilidade penal, à ação penal e ao processo e julgamento dos crimes de que trata este capítulo.

CAPÍTULO VI

Da Responsabilidade Civil

Art. 49. Aquêle que, no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, com dolo ou culpa, viola direito, ou causa prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar:

I — Os danos morais e materiais, nos casos previstos no art. 16, números II e IV, no art. 18 e de calúnia, difamação ou injúrias;

II — Os danos materiais, nos demais casos.

§ 1º Nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 20 e 21, exceptuada no prazo da contestação, excluirá a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro, diz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público.

§ 2º Se a violação de direito ou o prejuízo ocorre mediante publicação ou transmissão em jornal, periódico, ou serviço de radiodifusão, ou de agência noticiosa, responde pela reparação do dano a pessoa natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação (art. 50).

§ 3º Se a violação ocorre mediante publicação de impresso não periódico, responde pela reparação do dano;

a) o autor do escrito, se nele indicado; ou

b) a pessoa natural ou jurídica que explora a oficina impressora, se do impresso não consta o nome do autor.

Art. 50. A empresa que explora o meio de informação ou divulgação terá ação regressiva para haver do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, a indenização que pagar em virtude da responsabilidade prevista nesta lei.

Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia:

I — a 2 salários-mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, números II e IV);

II — I salários-mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decoro de alguém;

III — a 10 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de fato ofensivo à reputação de alguém;

IV — a 20 salários-mínimos da região, nos casos de falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1º).

Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos deste artigo:

a) os jornalistas que mantêm relação de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou di-

visão, ou que produz programas de radiodifusão;

b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;

c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; o editor ou produtor de programa, e o diretor referido na letra b, número III, e do art. 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa.

Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposos de algumas das pessoas referidas no artigo 50.

Art. 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral o juiz terá em conta, notadamente:

I — a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;

II — a intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica, e sua condenação anterior em ação criminal ou civil fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

III — a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou civil, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido.

Art. 54. A indenização do dano material tem por finalidade restituir o prejudicado ao estado anterior.

Art. 55. A parte vencida responde pelos honorários do advogado da parte vencedora, desde logo fixados na própria sentença, bem como pelas custas judiciais.

Art. 56. A ação para haver indenização por dano moral poderá ser exercida separadamente da ação para haver reparação do dano material, e sob pena de decadência deverá ser proposta dentro de 3 meses da data da publicação ou transmissão que lhe der causa.

Parágrafo único. O exercício da ação civil independe da ação penal. Intentada esta, se a defesa se baseia na exceção da verdade e se trata de hipótese em que ela é admitida como excludente da responsabilidade civil ou em outro fundamento cuja decisão no juízo criminal faz causa julgada no civil, o juiz determinará a instrução do processo civil até onde possa prosseguir independentemente da decisão na ação penal.

Art. 57. A petição inicial da ação para haver reparação de dano moral deverá ser instruída com o exemplar do jornal ou periódico que tiver publicado o escrito ou notícia, ou com a notificação feita, nos termos do artigo 43, à empresa de radiodifusão, e deverá desde logo indicar as provas e as diligências que o autor julgar necessárias, arrolar testemunhas e ser acompanhada da prova documental em que se fundar o pedido.

§ 1º A petição inicial será apresentada em duas vias. Com a primeira e os documentos que a acompanharem será formado processo, e a citação inicial, será feita mediante a entrega da segunda via.

§ 2º O Juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas, e o Ofício terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandato de citação.

§ 3º Na contestação, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias o réu exer-

cerá a exceção da verdade, se for o caso, indicará as provas e diligências que julgar necessárias e arrolará as testemunhas. A contestação será acompanhada da prova documental que pretende produzir.

§ 4º Contestada a ação, o processo terá o rito previsto no art. 685 do Código de Processo Civil.

§ 5º Na ação para haver reparação de dano moral somente será admitida reconvenção de igual ação.

§ 6º Da sentença do Juiz caberá agravo de petição, que somente será admitido mediante comprovação do depósito, pelo agravante, de quantia igual à importância total da condenação. Com a petição de agravo o agravante pedirá a expedição da guia para o depósito, sendo recurso julgado deserto se no prazo do agravo não for comprovado o depósito.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 58. As empresas permissionárias ou concessionárias de serviços de radiodifusão deverão conservar em seus arquivos, pelo prazo de 60 dias e devidamente autenticados, os textos dos seus programas, inclusive noticiosos.

§ 1º Os programas de debates, entrevistas ou outros que não correspondam a textos previamente escritos, deverão ser gravados e conservados pelo prazo, a contar da data da transmissão, de 20 dias, no caso de permissionária ou concessionária de emissora de até 1 kw, e de 30 dias, nos demais casos.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se às transmissões compulsoriamente estatuidas em lei.

§ 3º Dentro dos prazos referidos neste artigo o Ministério Público ou qualquer interessado poderá notificar a permissionária ou concessionária, judicial ou extrajudicialmente, para não destruir os textos ou gravações do programa que especificar. Neste caso, sua destruição dependerá de prévia autorização do juiz da ação que vier a ser proposta ou, caso esta não seja proposta nos prazos de decadência estabelecidos na lei, pelo juiz criminal a que a permissionária ou concessionária pedir autorização.

Art. 59. As permissionárias e concessionárias de serviços de radiodifusão continuam sujeitas às penalidades previstas na legislação especial sobre a matéria.

Art. 60. Têm livre entrada no Brasil os jornais, periódicos, livros e outros quaisquer impressos que se publicarem no estrangeiro.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos impressos que contiverem algumas das infrações previstas nos arts. 15 e 16, os quais poderão ter a sua entrada proibida no País, por período de até dois anos, mediante portaria do Juiz de Direito.

§ 2º Aquêle que vender, expuser à venda ou distribuir jornais, periódicos, livros ou impressos cuja entrada no País tenha sido proibida na forma do parágrafo anterior, além da perda dos mesmos incorrerá em multa de até Cr\$ 10.000 por exemplar apreendido, a qual será imposta pelo juiz competente, à vista do auto de apreensão. Antes da decisão ouvirá o juiz o acusado, no prazo de 48 horas.

§ 3º Só terão livre entrada no País os livros e periódicos escritos em português que forem editados em Portugal.

§ 4º Estão excluídas do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo as publicações científicas, técnicas, culturais e artísticas.

Art. 61. Estão sujeitos à apreensão os impressos que:

I — contiverem propaganda de guerra ou de preconceitos de raça ou de classe, bem como os que promoverem incitamento à subversão da ordem política e social.

II — ofenderem a moral pública e os bons costumes.

§ 1º A apreensão prevista neste artigo será feita por ordem judicial, a pedido do Ministério Público, que o fundamentará e o instruirá com a representação da autoridade, se houver, e o exemplar do impresso incriminado.

§ 2º O juiz ouvirá, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o responsável pela publicação ou distribuição do impresso, remetendo-lhe cópia do pedido ou representação.

§ 3º Findo esse prazo, com a resposta ou sem ela, serão os autos conclusos e, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o juiz dará a sua decisão.

§ 4º No caso de deferimento do pedido, será expedido um mandado e remetido à autoridade policial competente, para sua execução.

§ 5º Da decisão caberá recursos, sem efeito suspensivo, para o Tribunal competente.

§ 6º Nos casos de impressos que ofendam a moral e os bons costumes, poderão os Juizes de Menores, de ofício ou mediante provocação do Ministério Público, determinar a sua apreensão imediata para impedir sua circulação.

§ 7º Poderá a autoridade judicial competente, dependendo da natureza do exemplar apreendido, determinar a sua destruição.

Art. 62. Nos casos de reincidência da infração prevista no art. 61, inciso II, praticada pelo mesmo jornal ou periódico, pela mesma empresa, ou por periódicos ou empresas diferentes, mas que tenha o mesmo diretor responsável, o Juiz, além da apreensão regulada no art. 61 poderá determinar a suspensão da impressão, circulação ou distribuição do jornal ou periódico.

§ 1º Não sendo cumprida pelo responsável a suspensão determinada pelo Juiz, este adotará as medidas necessárias à observância da ordem, inclusive mediante a apreensão sucessiva das suas edições posteriores consideradas, para efeitos legais, como clandestinas.

§ 2º Se houver recurso e este for provido, será levantada a ordem de suspensão e sustada a aplicação das medidas adotadas para assegurá-la.

§ 3º Transitada em julgado a sentença, serão observadas as seguintes normas:

a) reconhecendo a sentença final a ocorrência dos fatos justificam a suspensão, serão extintos os registros da marca comercial e de denominação da empresa editora e do jornal ou periódico em questão, bem como os registros a que se refere o art. 9º desta lei, mediante mandado de cancelamento expedido pelo juiz da execução;

b) não reconhecendo a sentença final os fatos que justificam a suspensão, a medida será levantada, ficando a União ou o Estado obrigado à reparação das perdas e danos, apurados em ação própria.

Art. 63. Nos casos dos incisos I e II do art. 61, quando a situação reclamar urgência, a apreensão poderá ser determinada, independentemente de mandado judicial, pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

§ 1º No caso deste artigo, dentro do prazo de cinco dias contados da apreensão, o Ministro da Justiça submeterá o seu ato à aprovação do Tribunal Federal de Recursos, justificando a necessidade da medida e a urgência em ser tomada, e ins-

truindo a sua representação com um exemplar do impresso que lhe deu causa.

§ 2º O Ministro relator ouvirá o responsável pelo impresso no prazo de cinco dias, e a seguir submeterá o processo a julgamento na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.

§ 3º Se o Tribunal Federal de Recursos julgar que a apreensão foi ilegal, ou que não ficaram aprovadas a sua necessidade e urgência, ordenará a devolução dos impressos e, sendo possível fixará as perdas e danos que a União deverá pagar em consequência.

§ 4º Se no prazo previsto no § 1º o Ministro da Justiça não submeter o seu ato ao Tribunal Federal de Recursos, o interessado poderá pedir ao Tribunal Federal de Recursos a liberação do impresso e a indenização por perdas e danos. Ouvido o Ministro da Justiça em cinco dias, o processo será julgado na primeira sessão do Tribunal Federal de Recursos.

Art. 64. As empresas estrangeiras, autorizadas a funcionar no País, não poderão distribuir notícias nacionais em qualquer parte do território brasileiro, sob pena de cancelamento da autorização por ato do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 65. O jornalista profissional não poderá ser detido nem recolhido preso antes de sentença transitada em julgado, em qualquer caso, somente em sala decente, arejada e onde encontre todas as comodidades.

Parágrafo único. A pena de prisão de jornalistas será cumprida em estabelecimento distinto dos que são destinados a réus de crime comum e sem sujeição a qualquer regime penitenciário ou carcerário.

Art. 66. A responsabilidade penal e civil não exclui a estabelecida em outras leis, assim como a de natureza administrativa, a que estão sujeitos as empresas de radiodifusão, segundo a legislação própria.

Art. 67. A sentença condenatória nos processos de injúria, calúnia ou difamação será gratuitamente publicada, se a parte o requerer, na mesma seção do jornal ou periódico em que apareceu o escrito de que se originou a ação penal, ou, em se tratando de crime praticado por meio do rádio ou televisão, transmitida, também gratuitamente, no mesmo programa e horário em que se deu a transmissão impugnada.

§ 1º Se o jornal, o periódico ou a estação transmissora não cumprir a determinação judicial, incorrerá na pena de multa de um a dois salários-mínimos por edição ou programa em que se verificar a omissão.

§ 2º No caso de absolvição, o querelante terá o direito de fazer, à custa do querelante, a divulgação da sentença, em jornal ou estação difusora que escolher.

Art. 68. Na interpretação da lei o julgador terá sempre em conta que a intensidade da culpa e do dolo deverão ser aferidos em função das condições através das quais as informações dadas como infringentes da lei foram obtidas.

Art. 69. Os jornais e outros periódicos são obrigados a enviar, no prazo de cinco dias, exemplares de suas edições à Biblioteca Nacional e à oficial dos Estados, Territórios e Distrito Federal. As bibliotecas ficam obrigadas a conservar os exemplares que receberem.

Art. 70. Nenhum jornalista ou radialista, ou, em geral, as pessoas referidas no art. 25, poderão ser compelidos ou coagidos a indicar o nome de seu informante ou a fonte de suas informações, não podendo seu silêncio, a respeito, sofrer qual-

quer sanção, direta ou indireta, nem qualquer espécie de penalidade.

Art. 71. A execução de pena não superior a três anos de detenção pode ser suspensa por dois a quatro anos, desde que:

I — o sentenciado não haja sofrido no Brasil, condenação por outro crime de imprensa;

II — Os antecedentes e a personalidade do sentenciado, os motivos e circunstâncias do crime autorizam a presunção de que não tornará a delinquir.

Art. 72. Verifica-se a reincidência, quando o agente comete novo crime de imprensa, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o

tenha condenado por anterior crime também de imprensa.

Art. 73. A condenação anterior em crime de imprensa não impede a concessão de suspensão da execução da pena, quando praticado crime não de imprensa, e tampouco da causa à reincidência prevista no art. 46, do Código Penal, e no art. 7º, da lei das Contravenções Penais.

Art. 74. Em qualquer hipótese de procedimento judicial instaurado por violação dos preceitos desta lei, a responsabilidade do pagamento das custas processuais e honorários de advogado será da empresa.

Art. 75. Esta lei entrará em vigor a 14 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL

ATA DA 17ª SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1967

6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 5ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES Nogueira da Gama e Vivaldo Lima.

As 10 horas acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugênio Barros
Sebastião Archer
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Dinarte Mariz
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
Pessoa de Queiroz
Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Vasconcelos Torres
Milton Campos
Benedicto Valladares
Lino de Mattos
João Abrahão
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Mello Braga
Irineu Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º-Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º-Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGENS — Do Sr. Presidente da República, referentes a escolha de Juizes e de Juizes Substitutos, como seguem:

MENSAGEM

Nº 4, DE 1967

(Nº 10, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Fernandes Prado Vasconcelos, cujo curriculum vitae segue

anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Sergipe.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ FERNANDES PRADO VASCONCELOS

Data de nascimento: 12 de maio de 1922.

Filiação: Etelvino Prado Vasconcelos, comerciante.

Maria Elvira de Vasconcelos, doméstica.

Estado civil: casado.

Naturalidade: Riachuelo — Sergipe.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

Data da diplomação: 8 de dezembro de 1947.

Profissão exercida: Advocacia, de 8 de dezembro de 1947 a 5 de março de 1963.

Diretor da Diretoria de Cooperativismo do Estado, de 10 de dezembro de 1952 a 24 de março de 1953.

Juiz de Direito da Comarca de Riachuelo de 25 de março de 1953 a 1º de abril de 1966. (Obteve o 1º lugar no concurso.)

Juiz de Direito de 2ª entrância da Comarca de Lagarto a partir de 2 de abril de 1966 até a presente data.

Juiz Eleitoral da 1ª zona, sediada em Riachuelo, a partir de 26 de março de 1953 a 1º de abril de 1966.

Juiz Eleitoral da 10ª zona, sediada em Lagarto, de 2 de abril de 1966 até o presente momento.

Referências pessoais: foi indicado o seu nome em lista triplíce para promoção a desembargador pelo Tribunal de Justiça do Estado pelo critério de merecimento a 2 de março de 1964 como ainda a 9 de dezembro de 1965.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 5, DE 1967

(Nº 11, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Geraldo Barreto Sobral, cujo curriculum vitae segue anexo para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Sergipe.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

GERALDO BARRETO SOBRAL

Filiação: João Dias Sobral e Maria Barreto Sobral.

Data de nascimento: 24 de janeiro de 1937.

Natural de Aracaju — Sergipe.

Estado civil: Solteiro.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe, formado em

oito (8) de dezembro de 1960, exercendo a profissão de Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Sergipe, sob nº 263.

Curso de Psicologia e Curso de Sociologia, patrocinados pelo Centro Acadêmico da Faculdade de Direito de Sergipe.

Nomeado, em 25 de abril de 1948, para exercer o cargo de Escriurário do Ministério da Viação e Obras Públicas no 9º Distrito de Portos, Rios e Canais.

Nomeado, em 18 de abril de 1963, para o cargo de oficial de Administração e Chefe de Secretaria do 11º Distrito de Portos e Vias Navegáveis em Aracaju — Sergipe.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 6, DE 1967

(Nº 12, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Antônio de Seixas Salles Filho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Bahia.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ANTÔNIO DE SEIXAS SALLES FILHO

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, dezembro de 1924 — pela Faculdade de Direito de São Paulo (curso até o 3º ano da Faculdade de Direito de Salvador — Bahia).

No período de 1925 a 1928 — exerceu a advocacia em Salvador, bem como as funções de Promotor interino e Advogado interino da Auditoria da 6ª Região Militar; sendo que esse último cargo — de acordo com a "Portaria" de 7-6-1926, assinada pelo então Presidente do Supremo Tribunal Militar — Marechal João Caetano de Faria, enquanto fossem necessários os serviços do Advogado nomeado — consoante assinou a mesma "Portaria" e por unanimidade do Conselho de Justiça da referida Auditoria.

Em abril de 1928 — Adjunto de Promotor Público da Comarca de Salvador — Bahia e em julho do mesmo ano Juiz Substituto da 1ª Vara Crime da referida Comarca.

Removido, a pedido, para o cargo de Juiz Preparador da Vara dos Feitos Comerciais (denominação que passaram a ter os Juizes Substitutos, embora — com a função de julgamento).

Com a Reforma Judiciária do ano de 1944 — foi supressa a Vara dos Feitos Comerciais, criando-se, em sua substituição, a 4ª Vara Cível, para a qual foi removido. Em data de 2 de julho de 1949 — restabelecida a Vara Comercial e supressa a 4ª Vara Cível, a Vara da Provedoria e Casamentos foi desdobrada em duas Varas de Família e Sucessões, foi removido para a 2ª Vara de Família e Sucessões, foi removido para a 2ª Vara de Família e Sucessões, em cujo exercício se encontra há 17 anos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 7, DE 1967

(Nº 13, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio

de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Artur Barbosa Maciel, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Pernambuco.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ARTUR BARBOSA MACIEL

Filiação: Francisco Barbosa Maciel e Adalgisa Mendes Maciel.

Local do Nascimento: Belo Jardim — Pernambuco.

Data do Nascimento: 3 de junho de 1930.

Estado Civil: Casado.

Curso Superior:

Curso: Bacharelado.

Período: 1950-55.

Estabelecimento: Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Atividades Profissionais:

Advogado civil, trabalhista e criminal desde 1956;

Juiz de Direito da Comarca de Parnamirim (PE) — 1957 — concursado e nomeado, tendo, porém, renunciado o cargo;

Procurador do "Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado", Delegacia de Pernambuco; Delegado de Ordem Econômica, da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco;

Delegado de Menores, da Secretaria de Interior e Justiça de Pernambuco;

Promotor Público concursado — efetivo da Comarca de Buíque — atualmente com exercício na Comarca de Pesqueira;

Em 1964, professor da cadeira de "Organização Política e Social Brasileira", do Colégio Estadual "Carlos Rios", de Arcoverde (PE);

Em 1965, Diretor e Professor da cadeira de Português, do "Colégio Rio Branco", de Arcoverde;

Em maio de 1964, por ato do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, na qualidade de Promotor Público, posto à disposição da Secretaria de Segurança Pública e designado para presidir a 10ª Comissão de Inquéritos, criada em virtude do Ato Institucional nº 1;

Assistente Jurídico do IPM do Café, mandado instaurar pelo Excelentíssimo Senhor Marechal Taurino de Rezende, com jurisdição nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

Trabalho a publicar. (Em elaboração):

"O Direito de Greve."

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 8, DE 1967

(Nº 15, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Alberto José Tavares Vieira da Silva, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Maranhão.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ALBERTO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA

Nascido em São Luís do Maranhão, aos 2 de março de 1939.

Filho legítimo de Deusdit Cortez Vieira da Silva e Cleonice Tavares Cortez Vieira da Silva.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Ceará, no ano de 1961.

Oficial da Reserva pelo CPOR de Fortaleza, Ceará, no ano de 1960, Arma de Infantaria, obtendo a primeira classificação na aludida Arma e primeiro lugar geral — Armas e Serviços. Estágio de instrução e serviço no 24º Batalhão de Caçadores, anos de 1962-1963.

Interventor junto à Delegacia Regional do Trabalho do Maranhão, em abril de 1964.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, sob o nº 455.

Promotor Público por concurso realizado em 1965, no Maranhão, obtendo o primeiro lugar, com média 92,83.

Exercício do Ministério Público estadual nas Comarcas de Passagem Franca — 1ª entrância — Intapecuru-Mirim — 2ª entrância — Ribamar — 2ª entrância — Pindaré-Mirim — 1ª entrância.

Secretário de Estado para Assuntos do Governo, na atual administração estatal, respondendo, cumulativamente, pela Secretaria de Segurança até a investidura do titular desta Pasta.

Participante do concurso Oliveira Viana, da Universidade do Ceará, com o trabalho "Salário e as Doutrinas Econômicas".

Outros trabalhos jurídicos: "Do Homicídio em Sentido Jurídico e em Sentido Ontológico"; "Dos Elementos Incorpóreos do Fundo do Comércio."

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 9, DE 1967

(Nº 19, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Alberto Madeira, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Maranhão.

Brasília, 11 de janeiro de 1967.

H. CASTELLO BRANCO

"CURRICULUM VITAE"

Carlos Alberto Madeira

Nascido em São Luís do Maranhão em 16 de março de 1920.

Filho de José Francisco Madeira e Juliana da Conceição Madeira (falecidos).

Técnico em Contabilidade, diplomado pela Escola Técnica de Comércio Centro Caixa, de São Luís do Maranhão, em 1950.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito de São Luís, em 1955.

Inscrito provisoriamente na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Maranhão, em 1956 exercendo advocacia no foro de São Luís.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Guanabara, em março de 1957, sob o número 7.913, com escritório de advocacia na Avenida Rio Branco nº 165, Grupo 926.

Inscrito secundariamente na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Rio de Janeiro, sob o número 1.732.

Extranumerário-mensalista da Estrada de Ferro São Luís-Teresina, de janeiro de 1937 a junho de 1943;

Extranumerário-mensalista do Departamento dos Correios e Telégrafos — Diretoria do Maranhão — de junho de 1943 a janeiro de 1944.

Funcionário da Panair do Brasil S.A. desde 15 de dezembro de 1943 a 5 de fevereiro de 1965.

Eleito membro do Conselho Consultivo da Fábrica Nacional de Motores S.A., em abril de 1961, exercendo o seu mandato até abril de 1963;

Atualmente exerce o cargo efetivo de Auditor Substituto da Justiça Militar do Estado do Maranhão.

Crítico literário do Suplemento de Literatura e Artes de "O Imparcial", de São Luís do Maranhão.

Redator da revista "Atenas", de São Luís do Maranhão, no período de 1939 a 1941.

Redator da Revista "A Ilha", de São Luís do Maranhão, em 1948.

Secretário-Adjunto do Segundo Caderno do "Jornal do Brasil", Rio — 1958.

Colaborador dos suplentes de Letras e Artes do "Diário de Pernambuco", de Recife e de "A União", de João Pessoa, Paraíba.

Orador da sua turma de Bacharel, da Faculdade de Direito de São Luís.

Além de ensaios literários publicados em São Luís e em diversos jornais e revistas do País, escreveu: "Elogio de Paul Valéry", "Problemática da Poesia Contemporânea", "Thomas Mann e o Homem Faustico" e "Rilke e o Vegetalismo Poético".

Trabalhos Jurídicos:

"Conversão dos Atos Jurídicos" — Tese de Direito Civil.

"Eficácia Mandatal da Sentença" — ensaio de Processo Civil.

"Efeitos da Falência nos Contratos de Trabalho".

"A Cláusula Escalar e a Segurança dos Contratos".

"Ensaio Sobre a Cominação".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 10, DE 1967

(Nº 19, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Hamilton Bittencourt Leal, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 11 de janeiro de 1967.

H. CASTELLO BRANCO

"CURRICULUM VITAE"

Hamilton Bittencourt Leal

Data de nascimento: 12 de janeiro de 1901.

Local de nascimento: Cidade de Nazareth, Estado da Bahia.

Filiação: Aurelino de Araújo Leal e Maria Amélia Bittencourt Leal.

Estado civil: casado.

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais — Cidade do Rio de Janeiro, 1ª, 2ª e 3ª série — 1919, 1923, 1921.

Faculdade de Direito — Universidade do Rio de Janeiro — 4ª e 5ª séries — 1922 e 1923.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais — Diplomado pela Universidade do Rio de Janeiro, em 16 de dezembro de 1923.

Advogado nos auditórios da Corte Federal — (Rio de Janeiro) e no Estado do Rio de Janeiro — De 1924 a 1932.

Advogado inscrito na "Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado da Guanabara", em 7 de março de 1932, sob inscrição número 379, Carteira número 251.

Adido à Secretaria do Estado do Ministério do Fomento, nomeado por Portaria de 12 de novembro de 1918.

Exonerado a pedido em janeiro de 1920.

Secretário da Presidência do Estado do Rio de Janeiro. Nomeado por decreto de 11 de janeiro de 1923 e exonerado a pedido por decreto de 22 de dezembro de 1923.

Fiscal-Bacharel da Secretaria de Agricultura e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, nomeado por Portaria de setembro de 1927 e exonerado a pedido em 30 de junho de 1927.

Fiscal da Companhia Brasileira de Energia Elétrica S.A. (Concessionária de Serviços Públicos de eletricidade do Rio de Janeiro) de 1924 a 1929. Esta companhia, atualmente, pertence à Eletrobrás S.A.

Advogado da Companhia Auxiliar Empresas Elétricas S.A. de 1929 a 1933. (Esta companhia atualmente pertence à Eletrobrás S.A.)

Chefe do Departamento Legal da Companhia Brasileira de Energia Elétrica S.A. — De 1932 a 1936. (Esta companhia pertence, atualmente, à Eletrobrás S.A.)

Assistente Jurídico do Ministério de Relações Exteriores — De 1932 a 1933.

Doutor Jurídico do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De janeiro de 1934 a 7 de outubro de 1938.

Procurador de 1ª Categoria do Conselho Nacional de Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por apostila de 7 de outubro de 1938.

Procurador responsável pela Contabilidade Jurídica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 1937-1938.

Professor de Direito Constitucional, Direito Administrativo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De 1945 a 1959.

Membro titular da Sociedade Brasileira de Direito Administrativo.

Intervenção Federal (Art. 17 da Constituição Federal de 1934). Missão apresentada ao Instituto dos Advogados do Brasil em 1925.

Revista de Direito, volume 79, fascículo 11.

Uma missão de fiscalização fiscal — ano — 1930 — Passos & Cia.

Ofício Técnico — (Bases para sua organização no Distrito Federal) — 1931 — Revista de Direito, volume fascículo 1.

Personalidade Jurídica — Ensino 1932 — Passos & Cia.

Artigo em um periódico republicano Campos Sales — 1942 — "Jornal Comércio".

Alexander Hamilton — (O Conselho dos Estados Unidos da América) — Ensaio biográfico — 1943 — "Imagem Nacional".

Ortodoxo Constituinte do Estado da Guanabara — Estado — "Jornal do Sul" — 1959.

História das Instituições Políticas Brasileiras — "Jornal da Nação" — 1959.

A Comissão de Constituição e Justiça.

CURRICULUM VITAE

JOAO PEREIRA DE TOLEDO

Filiação: Faustino de Toledo e Marianna Pereira de Toledo.

Naturalidade: Ubatuba — Minas Gerais.

Nascimento: 5 de maio de 1917.

Estado Civil: Casado.

Benefício de 1935 a 1943.

Colou grau em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, no dia 23 de novembro de 1923.

Exerceu a advocacia e a Promotoria Pública em Entre-Rios de Minas no período de 1941 a 1945. Fixou-se, posteriormente, na cidade de Campo Belo (MG), onde exerceu a advocacia nos anos de 1946 a 1957.

Foi professor de Prática Jurídica na Escola de Comércio "Don Cadoral" de Campo Belo em 1951 e 1952.

Presidente da 17ª Subseção da Ordem dos Advogados, com sede em Lavras, no biênio de 1949-1950.

Transferiu-se para Belo Horizonte em 1957, onde vem exercendo, com exclusividade, a profissão de advogado, inscrito na O.A.B. sob nº 2.157.

Na Revolução de 31 de março, por nomeação do General Carlos Luz Guedes, então Comandante da 104ª de Belo Horizonte, foi Interventor na Inspeção Seccional do Distrito Secundário de Minas Gerais, abrangendo os diversos IPM's.

Conta, atualmente, 25 (vinte e cinco) anos de advocacia permanente.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 12, DE 1967

(Nº 21 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Américo Luz, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Américo Luz

Data do nascimento: 21-2-1928.

Filiação: Augusto Coimbra da Luz e Dulce Carneiro Luz.

Natural de São Sebastião do Paraíso — Estado de Minas Gerais.

Iniciou o Curso de Direito na Faculdade da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, transferindo-se para o Rio de Janeiro onde concluiu em 1951, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica.

Ainda estudante, em Belo Horizonte, serviu no Tribunal Superior Eleitoral e no Cartório do 2º Ofício Criminal.

No Rio de Janeiro mudou a seção de Federais e Escrituras do First National Bank of Boston.

Advogado militante no Povo do Estado da Guanabara desde a fundação até a presente data.

Substituto do 4º Inventariante Judicial, de 16 de julho de 1957 a 16 de março de 1965, quando assumiu o cargo de Assistente do Secretário de Estado de Administração do Estado da Guanabara.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 13, DE 1967

(Nº 22, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Evandro Gueiros Leite, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Evandro Gueiros Leite

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Advogado militante na cidade do Recife, de 1947 a 1952; e na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, de 1952 a esta data.

Professor Catedrático de Direito Judiciário Civil da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, em exercício no 4º Ano.

Professor de Direito Privado Comparado (1º Ano) do Curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara.

Doutor-Livre da Cátedra de Direito Judiciário Civil da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara.

Ex-Professor Catedrático Intermédio de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara.

Ex-Professor de Direito Público Especializado do Curso de Doutorado (2º Ano) da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara.

Ex-Professor de Prática Forense (4º e 5º Ano) da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas.

Membro da Ordem do Mérito Judiciário Militar.

Membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e representante da sua 1ª Câmara Regional.

Membro do Instituto dos Advogados do Brasil.

Membro da Associação de Ministros do Poder Judiciário.

Substituto de Promotor Militar Intervindo para o Conselho de Segurança Nacional como assessor jurídico.

Membro da Comissão de Administração do Anteprojeto do Código de Processo Civil à Lei nº 4.215, de 1963.

Organizado especial do Instituto Brasileiro de Direito Judiciário Civil da Faculdade de São Paulo a apresentar sugestões, emendas ou modificações parciais ao Anteprojeto do Código de Processo Civil elaborado pelo Prof. A. Buzaid, relativamente aos seus arts. 172 e 291.

Colaborador do "Repertório de Legislação de Direito Brasileiro".

Diretor e colaborador da revista "Direito (Quarta Época) Bastos".

Autores de livro "Conflitos Interseccionais de Processo — Prevalência das Normas Processuais Genéricas". Rio de Janeiro, 1963.

Autor do trabalho jurídico-científico "Batalha da Delinquência Infantil na Cidade do Recife — Recife, 1942".

Autor do trabalho jurídico-científico "A Lei Judiciária no Tempo". Recife, 1942.

Autor do trabalho — científico — "Aumento de Cargos Técnicos e de Magistério". Rio, 1953.

Autor de estudo jurídico sobre "Proposta — Rio 1965".

Autor de programas de ensino para cursos diversos, e votos e acórdãos em causa de competência da 1ª Câmara do Conselho Federal da OAB sobre matéria de Invenção, Invenção e Invenções e Invenções dos Invenções.

Autor de muitos trabalhos jurídicos-forenses resultantes das suas atividades, como advogado militar.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 14, DE 1967

(Nº 23, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Francisco Dias Trindade, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Bahia.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Francisco Dias Trindade

Nascido a 17 de novembro de 1924, na Vila de Patrocínio do Collé, hoje cidade de Patipiranga, do Estado da Bahia.

Faculdade de Direito da Bahia, depois Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, com nome de Bacharel em Direito a 5 de novembro de 1949.

Em 1948 participou do Curso Prático de Direito Processual do Faculdade, promovido pelo "Instituto Brasileiro de Direito do Trabalho" com a coordenação do Prof. Orlando Gomes então regente da Cátedra.

Interesse Profissional e Cursos.

Em 1948 no 4º Ano do Curso Jurídico, obteve Carta de Solicitador, inscrita no 1º na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Bahia, quando iniciou a atividade de Alvoado, esta profissão exerce até o presente sendo, em certo, originariamente na Seção da Bahia e posteriormente, na Seção de Seguros da Ordem dos Advogados do Brasil.

Em dezembro de 1954 foi eleito Prefeito Municipal de Patipiranga, no município de Patipiranga, no Estado da Bahia, cargo que exerceu até 19 de abril de 1955, sendo substituído o seu mandato a 7 de abril de 1955, durante o qual esteve licenciado por quatro períodos de seis meses, cada um.

Assessor Jurídico da Secretaria de Vendas e Obras Públicas da Prefeitura Municipal do Salvador durante dois anos — 1957-1959.

Delegado de Acidentes de Vítimas da Secretaria de Segurança do Estado da Bahia, exercendo até 19 de junho de 1959.

A 21 de junho de 1959, Delegado Auxiliar do Estado da Bahia, exercendo até 5 de julho de 1963.

Delegado Adjunto efetivo do quadro da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia em setembro de 1959.

A 6 de julho de 1962, assumiu o exercício do cargo de Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia, para que fora nomeado, exercendo até 7 de abril de 1963.

Assistente Jurídico da Secretaria de Saúde Pública e Assistência Social do Estado da Bahia, assumindo o exercício a 5 de fevereiro de 1963. Por força da Lei nº 2.320, de 4 de abril de 1966 teve o seu cargo transformado no de Procurador do Estado, que exerce.

Membro do Conselho Regional de Trânsito do Estado da Bahia durante dois meses, no ano de 1959.

Integrou Grupo de Trabalho criado pelo Secretário de Saúde do Estado da Bahia para estruturar e propor medidas para o funcionamento do Hospital de Servidor do Estado da Bahia.

Assistente Jurídico da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, desde 19 de abril de 1963, cargo que exerce.

transformado no de Advogado desde janeiro de 1965.

Magistério

Ex-regente da cadeira "Prática Jurídica Cível e Comercial" da Escola Técnica de Comércio "Nossa Senhora de Lourdes".

Ex-professor da 2ª cadeira de Português nos Cursos Técnicos Industriais da "Escola de Engenharia Mecânica da Bahia".

Professor Fundador da Cadeira de "Direito Administrativo e Legislação de Terras" do Curso Superior de Agrimensura da "Escola de Engenharia Elétrica Mecânica da Bahia", lecionando-a desde 1964.

Ex-professor da cadeira "Direito Judiciário Penal" da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado da Bahia durante os anos letivos 1962 e 1963.

Ex-professor da cadeira "Direito Judiciário Penal" do Curso de Comissários da "Escola de Polícia Civil Nelson Pinto", da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 15, DE 1967

(Nº 25, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Antonio Fernando Pinheiro, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Minas Gerais.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Antonio Fernando Pinheiro

Brasileiro, casado, advogado, natural de Ponte Nova, de Minas Gerais, onde nasceu em 12 de junho de 1912, filho de Pedro Nunes Pinheiro e Arminda Saralva Pinheiro, já falecidos.

Jurídico, de 1933 a 1937 na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Atividades:

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, desde 1938, exerceu sua profissão em Ponte Nova, até outubro desse ano, transferindo-se, então, para a Comarca de Alvinópolis também de Minas, ali permanecendo até dezembro de 1942, quando se transferiu para Belo Horizonte, onde continua militante, nos Juízos Cível e da Fazenda Pública.

Cargos Ocupados:

Chefe da Divisão de Administração do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI, do Departamento Regional de Minas, de 1942 até o ano de 1948, havendo colaborado na organização e instalação do mesmo;

Posto à disposição do Serviço Social da Indústria — SESI criado pelo Decreto-Lei 9.403, de 1946, colaborou na organização do Departamento Regional de Minas, passando, em seguida, a Assistente da Divisão de Assistência e Serviço Social;

Advogado do Serviço de Assistência Jurídica do Serviço Social da Indústria, de 1950 a 1957;

Procurador do Serviço Social da Indústria, Departamento Regional de Minas de 1957 até o presente;

Assessor Jurídico do Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais, autarquia federal, criada pela Lei 3.268, de 1957, funções que exerce desde 1960;

Conselheiro da Associação "Mendes Pimentel", entidade civil, de direito privado, de assistência ao preso, ao

egresso e às suas famílias, desde há 10 anos passados;

Delegado Municipal do Recenseamento, em 1940, em Alvinópolis, função cujo exercício lhe deu, segundo lei da época, que nunca invocou preferência para o ingresso no serviço público.

Advogado credenciado do I.A.P.I. desde 1953 até o presente.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 16, DE 1967

(Nº 17 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Aderson Pereira Dutra, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Amazonas.

Brasília, em 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Aderson Pereira Dutra

Brasileiro, casado, advogado, nascido na cidade de Parintins, Estado do Amazonas, aos 27 de janeiro de 1922.

Vida Funcional:

1 — Ingressou no serviço público federal em abril de 1941, mediante prova de habilitação, como Auxiliar de Escriturário, lotado na Delegacia Regional do Imposto de Renda no Amazonas, função em que permaneceu até maio de 1944;

2 — Em junho de 1944 foi empossado em cargo de classe inicial da carreira de "Escriturário", para o qual foi nomeado mediante concurso, permanecendo lotado na Delegacia Regional do Imposto de Renda no Amazonas;

3 — Após promoções regulares na carreira de "Escriturário", foi nomeado para exercer cargo de classe inicial da carreira de "Oficial Administrativo", tendo sido empossado em abril de 1953, continuando na Delegacia Regional do Imposto de Renda no Amazonas;

4 — A partir de abril de 1959 passou a integrar a carreira de Agente Fiscal do Imposto de Renda *ex vi* do art. 52 da Lei nº 3.470, de 28.11.58;

5 — Em maio de 1949 foi nomeado para exercer, internamente, como substituto, o cargo de Procurador da Fazenda Nacional no Estado do Amazonas, no qual permaneceu até julho de 1953, quando se afastou para exercer, por indicação do Governo Federal, a função de Diretor-Presidente da Companhia de Eletricidade de Manaus, sociedade anônima de economia mista, controlada pela União, função em que ainda se encontra, reeleito que foi em 1962.

6 — Em 1957 submeteu-se a concurso para provimento da cátedra de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, tendo sido aprovado e nomeado por Decreto de 13.6.58, achando-se em exercício;

7 — Em julho de 1959 foi nomeado para exercer, pela categoria de juristas, o cargo de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, onde permaneceu pelo espaço de dois (2) anos;

8 — E' Vice-Reitor da Universidade do Amazonas, eleito em junho de 1965.

Títulos:

1 — Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Amazonas, Turma de 1947;

2 — Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio "Solon

de Lucena", de Manaus, Turma de 1948;

3 — Doutor em Direito, mediante defesa de tese perante a Congregação da Faculdade de Direito do Amazonas, em outubro de 1957;

4 — Vice-Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil;

5 — Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros, Seção do Amazonas.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 17, DE 1967

(Nº 27, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Américo de Souza, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

JOSE AMÉRICO DE SOUZA

Bacharel em Direito em 1936, em abril de 1937 foi nomeado pelo Governo de Minas para os cargos de Tabelião e Escrivão do 1º Ofício e Oficial do Registro de Imóveis de Nova Rezenda, Comarca de Muzambinho, tendo exercido as funções até 1945, quando se exonerou em favor de seu irmão.

Em abril de 1946, inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas, sob o nº 2.785, exercendo a profissão nas Comarcas de Muzambinho, Guaxupé e adjacências, até 1948, quando se mudou para Santos.

Em novembro de 1948, foi nomeado Advogado, e, em 1950, Consultor Jurídico da Associação Comercial de Santos, tujas funções exerceu até abril de 1962, quando se retirou para outras atividades.

Sem prejuízo do cargo de Consultor Jurídico, requereu a transferência de sua inscrição na Ordem, da Seção de Minas para a de São Paulo, onde tomou o nº 6.069, militando ativamente nos pretórios de Santos, São Paulo e tribunais superiores.

Ainda sem prejuízo de funções de Consultor Jurídico, foi nomeado pelo Governo de São Paulo para o cargo de Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas como substituto do Dr. Ruy Barboza Nogueira, em maio de 1951; em setembro do mesmo ano, para substituir o Professor Luiz Antônio da Gama e Silva; e em agosto de 1952 para substituir o Dr. Martim Afonso Xavier da Silveira.

Em 6 de fevereiro de 1953, foi nomeado Juiz efetivo do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo para um mandato de quatro anos.

Atualmente é advogado de diversas empresas cafezeiras de Santos, entre elas: Levy Mercantil, Agrícola e Industrial; J. Levy & Cia.; Companhia Cafeeira de Armazéns Gerais; Mercantil Atlântica; Companhia Aliança de Armazéns Gerais e outras.

Obras:

7 volumes de pareceres sobre assuntos relacionados com a Fazenda Nacional, Fazenda de São Paulo e Prefeitura, sobretudo no âmbito fiscal e tributário.

7 volumes de defesas na esfera administrativa perante os órgãos julgadores da Fazenda Nacional, da Fazenda de São Paulo e das Prefeituras de Santos e Interior.

8 volumes de votos proferidos no Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo, perante as 2ª, 4ª, 6ª, 7ª e 8ª Câmaras.

Arquivo sobre Direito em geral, organizado no decorrer de vinte anos de advocacia junto às pretórias de Santos, São Paulo e Tribunais Superiores.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 18, DE 1967

(Nº 28, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Gutenberg Lima Rodrigues, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Distrito Federal.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

GUTENBERG LIMA RODRIGUES

Nascimento: 4 de dezembro de 1906 em Grajaú, Estado do Maranhão. Estado civil: Solteiro.

Cursos realizados:

Direito: Iniciado na Faculdade de Direito de São Luís, de São Luís, Maranhão. Concluído na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, Guanabara Superior de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Guanabara.

Concursos feitos:

Aprovado em concurso público para Escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Aprovado em concurso público para Oficial de Administração do Instituto de Aposentadoria e Pensões Comerciantes.

Aprovado em concurso público para Oficial de Administração do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Aprovado em concurso público para bolsista do Curso Superior de Administração Pública Fundação Getúlio Vargas.

Funções e cargos exercidos:

Auxiliar da Prefeitura Municipal Barra do Corda, no Maranhão.

Auxiliar de Escritório, referência IV, da Secretaria de Finanças do Maranhão, em São Luís, Maranhão.

Oficial de Administração, nível do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, Maranhão, na Guanabara e em Ilhéus.

Membro da Comissão Especial, signada pelo Presidente do IPAP para emitir parecer sobre a conveniência e viabilidade da alienação de imóveis dessa instituição existente em Brasília.

Chefe do Escritório de Representação do Governo do Estado do Maranhão, em Brasília.

Assistente do Primeiro Subprocurador-Geral da República na defesa da União Federal, junto ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos, por força de requisição do Procurador-Geral da República.

Atividade didática:

Ex-Professor de História do Brasil na Escola Técnica de Comércio Maranhão, em São Luís, Maranhão.

Assistente do Professor Abelardo Silva Gomes, titular extraordinário do Instituto Central de Ciências Humanas e responsável pela cadeira "Instituições de Direito Público".

Palestras, na Universidade de Brasília, sobre "Administração Descentralizada" e "Segurança Nacional".

Outras atividades:

Presidente da União Maranhense dos Estudantes, órgão de representação dos universitários do Estado do Maranhão.

Vice-Governador do Lions.

Membro da Comissão de Inquérito, na Delegacia do IPASE em Brasília.

Membro da Comissão de Inquérito, no Departamento do Tesouro do Maranhão.

Situação atual:

Procurador de Terceira Categoria do IPASE, efetivo, lotado na sede da Nona Procuradoria Regional, em Brasília.

Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, em Brasília.

Professor de Direito Internacional Público da Fundação Universidade de Brasília.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 19, DE 1967

(Nº 29 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Jarbas dos Santos Nobre, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

JARBAS DOS SANTOS NOBRE

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — 1943.

Inscrito na C.A.B., Seção de São Paulo.

Oficial de Administração, por concurso, lotado na Delegacia de Rendas Internas em São Paulo.

Ex-Delegado Fiscal do Tesouro Nacional em São Paulo.

Ex-Substituto do Procurador da Fazenda Nacional em São Paulo.

Especialista em Direito Tributário, de que é autor de vários trabalhos esparsos, conferencista e professor em cursos avulsos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 20, DE 1967

(Nº 30, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Júlio Mario Stamato, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Júlio Mario Stamato

Natural de Bebedouro — Estado de São Paulo.

Data: 18 de julho de 1965.

Filiação: Miguel Stamato e Fanny Stamato.

Cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1934 a 1938.)

Atividade Profissional

1935 a 1938 — Auxiliar da Assistência Judiciária da Caixa Beneficente da Guarda Civil de São Paulo.

1937 — Solicitador militante — Fóro de São Paulo.

1938 a 1944 — Advogado da Caixa Beneficente da Guarda Civil de São Paulo.

1938 a 1965 — Advogado militante — Fóro de São Paulo.

Funções e Cargos

1946 a 1947 — Assistente da Cadeira Política da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo.

1947 a 1949 — Assistente Técnico da Reitoria da Universidade de São Paulo.

1949 a 1951 — Advogado da Reitoria da Universidade de São Paulo — Chefe da Seção de Legislação e Ensino.

1951 a 1955 — Secretário-Geral Substituto da Universidade de São Paulo.

1955 a 1965 — Secretário-Geral efetivo da Universidade de São Paulo. Nota: O cargo, por lei, é de exclusiva confiança do Conselho Universitário.

Secretário do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

1951 — Secretário do I Fórum de Reitores das Universidades Brasileiras e de Diretores de Escolas Isoladas, realizado em São Paulo.

1951 a 1955 — Secretário Executivo da Comissão de Pesquisa e de Extensão Universitária da Universidade de São Paulo.

1964 — Membro da Comissão designada para a elaboração do Regimento Interno da Reitoria da Universidade de São Paulo.

1965 — Membro da Comissão incumbida da elaboração do Regimento Interno do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo.

Titulos Honoríficos

1961 — Grã Oficial da Ordem "Vasco Nunes Balboa", da República do Panamá.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 21, DE 1967

(Nº 31, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Pereira Gomes Filho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

José Pereira Gomes Filho

Brasileiro, nascido na Capital do Estado de São Paulo aos 21 de junho de 1915.

Filho de José Pereira Gomes e Alzira da Silveira Gomes.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde colou grau de Bacharel em Direito e Ciências Jurídicas e Sociais aos 5 de janeiro de 1942.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo sob nº 4.067 — Inscrição 4.206 em 4 de março de 1942.

Exerceu o cargo de Professor do então Instituto Mackenzie, onde lecionou as Cadeiras que abrangiam o estudo do Direito Comercial, Civil, Fiscal, Penal e Trabalhista durante cinco anos, tendo sido escolhido para Pararinho por duas vezes.

Iniciador da Faculdade de Direito da Universidade do Mackenzie

Exerceu a Consultoria Jurídica do já mencionado Instituto Mackenzie.

Exerceu a Consultoria Jurídica da Coordenação da Mobilização Econômica durante a Guerra e Comissão de Compras dos Estados Unidos da América do Norte.

Foi ainda, no decurso de suas atividades profissionais: Conselheiro do Instituto dos Advogados de São Paulo, e: Consultor Jurídico da General Elétrico S. A., Philips do Brasil, Cia. Costeira de Navegação, L. Figueiredo S. A., Scandinavian Airlines System (S.A.S.), Fábrica de Bicicletas Monark, Radelsa S. A., Ibelsa S. A., Diretor Jurídico de Indústrias Babilis S. A., Orbach S. A., Companhia Brasileira de Mica.

Arregimentador do comparecimento da Indústria Nacional à IIª Feira Internacional do Pacífico em Lima, Peru.

Organizador na referida Feira do Pavilhão do Brasil

Um dos Fundadores da Câmara de Comércio Peru-Brasil, no Peru, quando da realização da mencionada Feira.

Um dos Fundadores da Câmara de Comércio Brasil-Peru em São Paulo exerce a Assessoria de Novo Mundo, Comércio, Importação e Exportação S. A., uma das Empresas das Organizações Novo Mundo — Vemag.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

Nº 22, DE 1967

(Nº 32, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Hélio Kerr Nogueira, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Hélio Kerr Nogueira

Brasileiro, reservista, advogado militante, com 44 anos de idade (7.8.921 — Araraquara — São Paulo).

Durante 2 anos (1945-46) Escrevente em Cartório Forense em São Paulo (9º Ofício da Família, no Fórum Civil).

Durante dezoito anos, vem exercendo a atividade profissional ininterrupta, como advogado militante no fóro da capital de São Paulo, não exercendo outro mister.

Advogado do Sesi — Serviço Social da Indústria — em São Paulo, logo elevado a Advogado-Encarregado do Escritório Central (Serviço Jurídico), no Viaduto D. Paulina, 33, durante quase oito anos (de 1959 a 1957).

Advogado, Assistente-Jurídico da Associação dos Servidores do Sesi — "ASESSI" — 1962-1963, quase dois anos.

Procurador do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de São Paulo, de 1956 para cá (nove anos).

Advocacia Civil e Comercial (ações possessórias em geral).

Inquilinato, locação, renovatórias, ações de despejo; ações de indenização, ato ilícito, responsabilidade civil; desapropriações.

Intensa advocacia orfanológica (inventários, partilhas, testamentos, desquites, anulações de casamento, interdições e tutelas etc.); transmissão da propriedade em geral, "c. mortis" e "inter-vivos" com problemas fiscais correlatos.

Advocacia Trabalhista, reclamações de maior porte (salário adicional-m-

salubridade no contrato de trabalho, — tem em preparação uma obra, sobre esse tema, no qual tem se especializado; despedida indireta; equiparação salarial; estabilidade, — como teses principais, fora temas menores. Prevenção de litígios empregador empregados.

No Departamento Jurídico da Municipalidade de São Paulo (há nove anos), tem cuidado de desapropriações, ações ordinárias em geral, culpa contratual e extra-contratual; ato ilícito, responsabilidade civil.

Direito fiscal, executivos fiscais, tributos em geral, principalmente imobiliários; mandados de segurança em geral.

Na Associação dos Servidores do Sesi — "ASESSI" (1962-63) traçou, no terreno previdenciário e trabalhista sobretudo, da prevenção de litígios entre empregadores e empregados.

Na Companhia Construtora Alfredo Mathias S. A. desta Capital (breve período experimental), como seu Diretor Legal e Administrativo, traçou de sociedade anônimas, sociedades em geral, "holding", contratos em geral, problemas fiscais correlatos.

Diploma de Bacharel em Direito (Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, Turma de 1947), e diplomas que o antecedem (ginásio, primário oficial etc.); diploma de Taquígrafo-profissional (Associação Taquígrafa Paulistana), de datilógrafo etc.

Vários pequenos cursos de extensão universitária no Seminário de Educação Social do "SESI" (SP. — 1950-1955).

Curso de Legislação Tributária (1965) — promovido pela Federação e Centro das Indústrias, S. P. (FIESP-CIESP), tendo sido orador da turma (diploma).

Curso de História da Música Universal, promovido pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Sociologia (1955). (Etc. etc.).

Guia da Lei do Inquilinato, dez 1953, edição Saraiva, S. P. (Comentários à Lei 1.302, do Inquilinato; "Guia da Lei do Inquilinato" — separata — setembro 1957. Edição Saraiva S. A., S. P. (Comentários Lei 3.035 e 2.699, do Inquilinato); do Patrio Poder, estudo, monografia; da Inimidade Fiscal das Autarquias, estudo (razões) como Procurador da Prefeitura Municipal, Departamento Fiscal, 1952-63; "Do Adicional — Insalubridade no Salário do Trabalhador", longo arrazoado doutrinário-jurisprudencial, em preparação para publicação de extensa monografia.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 23, DE 1967

(Nº 33, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Hélio Barreto Matheus, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Dr. Hélio Barreto Matheus

Nasceu em 3 de junho de 1918, em Atibaia, Estado de São Paulo.

Filho do Professor Domingos Matheus e da Dona Messina Barreto Matheus.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, turma de 1940, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

CPOR de São Paulo, turma de 1938, arma de Infantaria — declarado As-

plante a Oficial em 9.10.1938, 2º Tenente a contar de 28.9.40; 1º Tenente, de 7.8.42 e Capitão, de 31-7, de 1947.

Cesare de Beccaria — A sempre atualidade da sua teoria — 1939. Isenções para Veteranos de 32 e Pracinhas da FEB — 1952. Presença e Decadência — Art. 30 do ADCT — 1956.

Institutos Canônicos e Reflexos na Responsabilidade Contratual — 1956. Honrarias de Advogado em Inventário — 1957. Os Benefícios do Art. 30 Assegurados pelo Judiciário — 1957.

O Tercero de Boa Fé e a Restituição da "Res Furtiva" — 1957. Aplicação Analógica do Instituto Canônico de "Matrimonium Ratum non Consumatum" — 1963.

Inúmeros outros de pesquisa jurídica, não publicados, e artigos vários.

Advogado inscrito em 1941, sob nº 4.016, na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo.

Desde sua inscrição até hoje, sempre exerceu ativamente a profissão.

Em 1944, as Unidades do Exército onde serviu, sempre foi designado pela sua notória capacidade jurídica para integrar Conselhos de Justiça, insaurir IPMs, Sindicâncias e outras comissões correlatas, destacando-se sua atuação como escrivão do Inquérito procedido na Itália, relativo aos brasileiros aprisionados na II Guerra Mundial.

Estagiário do Ministério Público, junto à Vara do Júri da Capital, em 1939-1940.

Em 1941, foi nomeado Delegado de Polícia, não chegando a exercer o cargo, por ter sido convocado para o serviço ativo do Exército Nacional.

De 1942 a 1946, serviu no Exército Nacional, exercendo funções próprias do posto de Tenente, Comando de Companhias, Adjúncia de Batalhão e de Regimento, Secretário de Regimento e outras.

Membro e Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal de São Paulo, nomeado por decreto do Presidente da República, de 16.6.1964.

Conselheiro da Associação dos Advogados de São Paulo, em 1957.

Membro das Diretorias do Centro Acadêmico XI de Agosto, em 1938 e 1940.

Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil — Seção de São Paulo, nos exercícios de 1953 e 1954.

Vice-Presidente do Conselho Nacional da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, em 1954.

Membro do Conselho Deliberativo e Vice-Presidente da Diretoria da Associação de Pais e Mestres do Colégio Santa Inês — 1963-1966.

Membro da Comissão de Revisão da Lei Orgânica das Caixas Econômicas Federais nomeado pelo Ministro da Fazenda, por Portaria de 28.2. de 1966.

Ingressou na Força Expedicionária Brasileira, como componente do 11º Regimento de Infantaria, participando das operações durante todo o período da Campanha da Itália.

Medalha de Campanha, por participação efetiva nas operações de guerra.

Cruz de Combate de 1ª Classe, por ato de bravura pessoal.

Medalha de Guerra, por relevantes serviços prestados ao esforço de guerra do Brasil.

Em 28.6.1945, foi indicado para ser condecorado com a medalha americana "Bronze Star".

Várias outras condecorações honoríficas.

Durante o tempo em que esteve convocado, para o serviço ativo do Exército, mereceu vinte e seis elogios individuais e dez coletivos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 24, DE 1967

(Nº 34, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Francisco Solano Borges, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Francisco Solano Lopes

Brasileiro, casado, advogado, atualmente exercendo o mandato de deputado estadual, filho de Feliciano Gonçalves Borges e de Izabel Albertina Kopf Borges, nascido no dia 11 de outubro de 1915, em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio Grande do Sul em 28 de dezembro de 1939.

Exerceu a advocacia na comarca de Jaguarí e municípios vizinhos, de janeiro de 1940 a dezembro de 1950, quando transferiu-se para Porto Alegre.

Eleito deputado estadual em 3 de outubro de 1950, foi reconduzido mais três vezes consecutivas à Assembleia Legislativa do Estado, onde ainda se encontra no desempenho do mandato popular.

Durante as quatro legislaturas em que exerceu a função de deputado, sempre integrou a Comissão de Constituição e Justiça.

Participou de inúmeras Comissões Especiais e de Inquérito. Em 1963, esteve em Montevideu, como observador do Legislativo Estadual junto à ALALC.

Foi presidente da Comissão Especial que elaborou, em 1957, o Código de Organização Judiciária do Estado, obra pioneira sobre muitos aspectos e que mereceu o elogio de juristas consagrados.

Duas vezes Vice-Presidente da Assembleia — em 1954 e 1957 — foi eleito Presidente em 1964, quando exerceu também, por disposição constitucional, a função de Governador, nos impedimentos deste.

Em fevereiro de 1965, pouco antes de terminar o período de Presidente, foi nomeado Secretário do Interior e Justiça, posto que ocupou até o mês de outubro daquele ano.

Em 27 de janeiro do ano, em curso, foi conduzido à presidência da Aliança Renovadora Nacional, seção do Rio Grande do Sul.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 25, DE 1967

(Nº 18 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Ariosto de Resende Rocha, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Amazonas.

Brasília, em 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

DR. ARIOSTO DE REZENDE ROCHA

Nascido em 8 de fevereiro de 1920, em Manaus, Estado do Amazonas.

Filho de D. Pergentina de Rezende Rocha e Prof. Dr. Aristides Rocha (falecidos).

Curso Superior: Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil. Colou grau em 12 de dezembro de 1942.

Doutor em Direito, pela Faculdade de Direito do Amazonas. (Diploma de 8-10-1959).

Ingressou na Faculdade de Direito do Amazonas, como professor contratado, em 10 de dezembro de 1943, permanecendo até 30 de novembro de 1949, quando a Escola foi federalizada.

Nomeado, interinamente, para o cargo de Professor, por decreto de 10 de abril de 1950, do Exmo. Sr. Presidente da República (D. O. da União, de 11-4-1950).

Nomeado, em virtude de concurso de provas e títulos, Professor Catedrático, por Decreto de 16 de fevereiro de 1955 (D. O. da União, da mesma data).

Exerceu a função de Diretor da Faculdade de Direito do Amazonas, de 10 de abril de 1961 a dezembro do mesmo ano.

Foi membro do Conselho Técnico Administrativo, da Faculdade de Direito do Amazonas, de 1950 a 1964 (abril). Portaria nº 140, de 17 de abril de 1958, do Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura.

Exerceu a função de Inspetor Federal, junto à Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas, por designação do Senhor Diretor da Divisão do Ensino Superior, do M.E.C., sem ônus para o mesmo.

Em 21 de agosto de 1945, foi nomeado Primeiro Suplente de Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca da Capital (Justiça do Estado do Amazonas).

Posteriormente nomeado Juiz Substituto da 2ª Vara pelo Decreto de 21 de janeiro de 1948, de acordo com o artigo 18, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado do Amazonas, de 14 de julho de 1947. Solicitou exoneração em dezembro de 1948.

Nomeado Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETC), pela Portaria nº 12.500, de 29 de novembro de 1948, do Senhor Presidente do IAPETC (Processo N. M. 356-P.12.222-48).

Lotado na Delegacia Regional de Manaus, pela O. S. nº 12.873, de 29 de novembro de 1948.

Tomou posse em 16 de dezembro de 1948.

Nomeado, em caráter efetivo, pela Portaria nº 16.857, de 1º de setembro de 1949, Procurador, Classe I, do Quadro Permanente, do IAPETC. (Concurso de títulos).

Pela O. S. nº 15.245, de 4 de novembro de 1949, foi efetivado, como Procurador, pela Portaria nº 22.161, de 20-1-1951.

Promovido à Classe K, de carreira de Procurador, pela Portaria nº 28.179, de 31-12-1952.

Nomeado Procurador de Terceira Categoria, pela Portaria nº 31.593, de 24-12-1953.

Promovido, por antiguidade, à Segunda Categoria, da carreira de Procurador, do IAPETC, pela Portaria nº 54.493, de 2 de outubro de 1962.

Designado para exercer a Chefia da Procuradoria junto à Delegacia Estadual do Amazonas, pela Portaria nº 55.061, de 23 de julho de 1962. (N. M. 783-P.48.149-61).

Designado para compor Comissão Examinadora, dos candidatos inscritos ao concurso para provimento de cargos de Promotor de Justiça, vários, em diversas Comarcas. (D. O.

do Estado de 28 de março de 1951). Examinou, em concurso para provimento de cargos de Livre-Docente e Professor Catedrático, da Universidade do Pará, em 1961 e 1963. (junho e outubro, respectivamente).

Membro da Comissão Examinadora de concurso para provimento de cargos de Juiz de Direito de 1ª Entrância, da Justiça do Estado do Amazonas. (Direito Administrativo e Direito Constitucional). Abril de 1962.

Convidado para examinar em 1959 e 1963, nas Faculdades de Direito do Maranhão e Goiás, não pôde comparecer.

Convidado, em 11 de novembro de 1957, para dar curso sobre Direito Financeiro, a funcionários da Polícia Civil. (Of. nº 1.229, de 11 de novembro de 1957, do Senhor Chefe de Polícia do Estado).

Membro da Comissão Examinadora do concurso para provimento de cargos de Juiz de Direito de 1ª Entrância, da Justiça do Estado do Amazonas, em 1960, 1962 e 1966.

Examinou, nos concursos para provimento das cátedras de Direito Constitucional, Direito Penal e Direito Romano, na Faculdade de Direito do Amazonas.

Membro do Conselho Seccional dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Amazonas, desde 27 de outubro de 1950 (Ofício nº 39-50, daquela data).

Foi 2º Secretário e 1º Secretário do Conselho.

Foi Vice-Presidente do Conselho, no biênio de 1963-1965.

Presidente do Conselho no biênio 1965-1967.

Compareceu, como representante do Estado, ao II Congresso Penal e Penitenciário Hispano-Luso-Americano e Filipino, de 19 a 25 de janeiro de 1965, em São Paulo.

Oteve o 5º lugar no concurso realizado em todo o país, para provimento do cargo de Assistente Jurídico do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio. (Diário Oficial da União de 23 de outubro de 1953).

Matriculado em curso de Estatística (não concluído), na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (dezembro de 1940).

Recebeu a Medalha Cultural Ernesto Chaves, da Faculdade de Direito da Universidade do Pará. (Ofício nº 804-62, de 18 de setembro de 1962, do Sr. Diretor da Faculdade).

Recebeu, em 1 de março de 1962, a Comenda de São Francisco, (Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo).

Obras publicadas: "Rendas Gravadas", tese do concurso à cátedra de Ciências das Finanças, na Faculdade de Direito do Amazonas; "Direito Financeiro e Finanças" (1º volume), edição do Governo do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 26, DE 1967

(Nº 36 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Nelson Virgílio do Nascimento, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Nelson Virgílio do Nascimento

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da

Universidade de São Paulo (Turma de 1938).

Em 1942 foi contratado pela Secretaria da Fazenda de São Paulo para, como advogado, cobrar a dívida ativa no interior do Estado.

Nomeado em 1951 e convocado em 1955 Procurador do Trabalho Adjunto, substituiu o Procurador de 2.ª Categoria desde 1963 na Procuradoria Regional em São Paulo.

Capitão R/2 de Cavalaria -- C.P. O.R. -- de São Paulo -- Turma de 1937, esteve convocado no 1.º, 2.º e 3.º de 19 de julho de 1944 a 3 de fevereiro de 1945.

Em agosto de 1955 foi aprovado em concurso para provimento do cargo de Juiz do Trabalho Substituto e declinou da nomeação optando pela Procuradoria.

Em 1956 tomou parte no curso de extensão Universitária sobre "Problemas Fundamentais do Brasil" patrocinado pela Universidade de São Paulo e realizado com a cooperação da Escola Superior de Guerra (20 de setembro a 13 de agosto de 1956 na Faculdade de Direito).

Em 29 de julho de 1963, por Portaria do Delegado Regional do Trabalho em São Paulo que cumpriu determinação do Sr. Ministro do Trabalho, presidiu comissão constituída para apurar "atos contra a Segurança Nacional, regime democrático e a probidade funcional", praticados por funcionários em exercício na D.R.T.

De 1955 a 1965 funcionou em 4.930 processos, dando igual número de pareceres, além de tomar parte em audiências de instrução de dissídios coletivos. (Alguns pareceres foram publicados no jornal "O Estado de São Paulo").

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 27, de 1967

(Nº 37, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1.º do Artigo 74 da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Athos Gusmão Carneiro cujo curriculum vitae segue anexo, no Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

Athos Gusmão Carneiro

Local e data de nascimento: 11 de dezembro de 1925, em São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

1950 — Consultor Jurídico da Municipalidade de Santiago-RGS
1950-1951 — Advogado na cidade do Rio de Janeiro.

1952, -- Concurso para o cargo de Juiz de Direito no Rio Grande do Sul. Aprovado em 1.ª colocação. Nomeado para a comarca de São Francisco de Assis, de 1.ª entrância.

1955 — Promovido, pelo critério do merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de 2.ª entrância, e classificado na comarca de Ijuí.

1960 — Promovido, pelo critério da antiguidade, ao cargo de Juiz de Direito da 3.ª entrância, e classificado na comarca de Uruguaiana.

1965 — Promovido, pelo critério do merecimento, ao cargo de Juiz de Direito de 4.ª entrância, e classificado em Porto Alegre, 3.ª Vara Cível. Optou posteriormente a 4.ª Vara Cível. Membro da Diretoria da AJURIS, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul.

Atividades no Magistério:
Professor contratado de Direito Processual Civil na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Faculdade de Direito.

Assistente convidado do Prof. Galeno Lacerda no curso de Doutorado em Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Antigo Professor das cadeiras de Geografia e de Organização Política e Social do Brasil no Ginásio Saigado Filho, em São Francisco de Assis; no Colégio Evangélico Augusto Pestana, em Ijuí e no Colégio Estadual Dom Hermeto, em Uruguaiana.

Artigos Publicados:

Prazo prescricional em crimes falimentar — Revista Jurídica, v. 34, pag. 30 e seguintes;

Venda de avô a neto — e o disposto no artigo 1.132 do Código Civil — Rev. Jurídica, v. 50 páginas 30-34.

Matrimônio celebrado em território estrangeiro, em fraude à Lei Nacional, e sua eficácia perante o Direito Brasileiro, Rev. Jurídica, v. 53 páginas 40-45.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 28, DE 1967

(Nº 38, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1.º do Artigo 74 da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Hermilto Galant, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

Hermilto Galant

Natural de Alegrete, Estado do Rio Grande do Sul, onde nasceu a 13 de janeiro de 1913. Filho de João Galant e Maria Schamaun Galant.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul onde colou grau a 27 de dezembro de 1939.

Diretor-Geral da Secretaria da Corte de Apelação da Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, cargo em que se empossou em fevereiro de 1966.

Secretário da Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, no período de março de 1939 a janeiro de 1946.

Vereador à Câmara Municipal de Venâncio Aires, pelo Partido Libertador, único em que militou, até sua extinção, exercendo a vereança nos anos 1956, 1957, 1958 e 1959.

Advogado militante nas comarcas de Venâncio Aires, Santa Cruz do Sul, Rio Pardo e Lajedo, desde 1939.

Presidente do Rotary Club de Venâncio Aires, em dois períodos.

Presidente do Gabinete-Executivo da Comissão Diretora Municipal de Venâncio Aires, da Aliança Renovadora Nacional — ARENA — eleito em maio do corrente ano.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 29, DE 1967

(Nº 39, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1.º do Artigo 74 da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel João Cesar Leitão Krieger, cujo curriculum vitae segue anexo, o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

João Cesar Leitão Krieger

Bacharelou-se em Direito, em 1938, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul.

Advogado militante desde então, no foro de Porto Alegre.

Professor de Direito Administrativo nos Cursos de Administração do Conselho de Serviço Público.

Promotor substituto, por diversas vezes, desde 1943, da Justiça Militar de União.

Nomeado, em 1954, Procurador, em substituição, da Justiça Militar.

Nomeado, em 1958, técnico de administração do Conselho de Serviço Público do Rio Grande do Sul.

Auxiliar de ensino do Professor Francisco José Simch Júnior, cate-drático de Direito Processual Penal, na Faculdade de Direito de Porto Alegre, da Universidade do Rio Grande do Sul.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 30, DE 1967

(Nº 40, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1.º do Artigo 74 da Lei 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Arnaldo Reinert, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Sul.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

Arnaldo Reinert

Curso Superior

Na Faculdade de Direito de Porto Alegre (Universidade do Rio Grande do Sul), 1933-1938.

Advocacia

Cursando o 4.º Ano de Direito, inscreve-se como Solicitor na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Sul, mediante Carta de Provisão da Corte de Apelação do Estado.

Formado em 1938, em ciências jurídicas e sociais, inscreve-se como Advogado (Carteira nº 942, da O.A.B. — RGS).

Em 1948 é admitido como Consultor Jurídico da Associação Comercial de Porto Alegre e, como tal, da Federação das Associações Comerciais do Estado do Rio Grande do Sul. Demite-se em 1955.

Em 1952 é aceito, por unanimidade, no Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul.

De 1955 a 1959 desenvolve, em seu escritório, a assistência jurídico-fiscal mediante contrato, com empresas da Capital e do interior do Rio Grande do Sul e do de Santa Catarina.

De 1960 a meados de 1963 advoga perante o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Federal de Recursos, em Brasília, DF.

Em junho de 1962, admitido na Prefeitura do Distrito Federal, passa a dedicar-se exclusivamente ao Serviço Público.

Atividades Oficiais:

Em 1935 submete-se a concurso público de provas, em Porto Alegre, para o cargo de Técnico do Ministério da Fazenda.

É nomeado, no mesmo ano, para o cargo de 10 primeiros classificados, para a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional em Porto Alegre.

Em junho de 1938 é nomeado, em comissão, Auxiliar da Superintendência do Serviço da Repressão do Con-

trabando (em Santo Maria, RGS), de que pede exoneração, em outubro do mesmo ano.

Em 1939, formado em Direito, pede demissão de seu cargo na Delegacia Fiscal, sendo exonerado.

Em 1951, é nomeado, pelo Governador do Estado, para integrar por ocasião, como representante da Federação das Associações Comerciais do RGS, o Conselho Estadual de Contribuintes, que passou, mais tarde, a denominar-se Tribunal de Recursos Fiscais.

Em 1962, é convidado pelo Prefeito de Brasília, Ministro José Sette Câmara, para integrar a Comissão que elaborara o Anteprojeto de Código Tributário do Distrito Federal, que veio a transformar-se na Lei nº 4.191-62.

Em junho desse ano vem a ser admitido no quadro de servidores da PDF e designado Assessor do Superintendente Geral da Fazenda (Secretaria de Finanças).

Como Procurador, é atualmente um dos quatro Subprocuradores-Gerais da PDF (Procurador-Chefe da 4.ª Subprocuradoria-Geral).

Em 1962 substituiu o Superintendente-Geral da Fazenda (Secretaria de Finanças), o Diretor do Departamento de Administração da Secretaria-Geral de Administração e foi Assessor nesta Secretaria.

Em 1964 foi nomeado membro da Junta de Recursos Fiscais criada pela Lei 4.191-62), da qual foi eleito Presidente.

Em 1965 presidiu a Comissão de Sindicância sobre o material importado pela NOVACAP para a Fundação Hospitalar de Brasília, na qual foram instaurados vários processos, alguns dos quais foram requisitados pelo Conselho Nacional de Segurança.

Magistério — Palestras:

Em 1936 leciona português na Escola Técnica, da Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre.

Faz palestras e ministra aulas avulsas, a convite de sindicatos de contabilidade, associações comerciais, Associação Cristã de Moços e Dr. Guilherme Moisés, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Católica de Porto Alegre.

Outras Vivências:

Em 1940 passa a integrar, como representante da Associação Comercial de Santo Angelo, o Conselho de Delegados da Federação das Associações Comerciais do RGS, órgão que debate os mais variados temas de interesse da economia da região.

Em 1949 compõe a delegação do Rio Grande do Sul à Conferência das Causas Produtoras, realizada em Araxá, MG, aí apresentando tese sobre Imposto de Renda, bem recebida e aprovada.

Obras Publicadas:

1 — Repressão ao Contrabando — Bagagem de Passageiros. 1939.

2 — Imposto Sobre Vendas e Contribuições. 1940.

3 — Imposto de Renda. 1942.

4 — Nova Lei do Selo Federal, com Valter José Dichi.

5 — O Pão Nosso — 1943.

6 — Lucros Extraordinários — 1944

7 — Imposto de Renda e Lucros — 1946.

8 — Imposto de Renda (Pasta número 5) — 1946, 1949 (3 edições).

9 — Coleção de Legislação Fiscal do Estado do Rio Grande do Sul, com Gerardo da Luz, obra patrocinada pela Assembleia Legislativa do Estado do RGS). 1953.

10 — Imposto de Renda e Adicional 1956.

11 — Tara (novela) — 1957.

12 — Um Velho Gaúcho (novela) — 1960.

13 — Folhas Soltas (poemas). 1967.

Tem uma obra (autobiografia) premiada no Concurso Literário patrocinado por Porto de Livraria, de

"O Globo", em 1965, e vários outros livros inéditos.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 31, DE 1967

(Nº 41, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Américo Lourenço Masset Lacombe, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Américo Lourenço Masset Lacombe

Nascido em 4 de agosto de 1936. Concluiu curso secundário no Colégio Santo Inácio em 1955.

Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 1960.

Assistente de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1962.

Consultor Jurídico do Fundo Universitário de São Paulo, em 1962.

Responsável pela Seção Tributária do Escritório Davides & Freire — São Paulo, em 1962-1966.

Curso de Especialização na Faculdade de Direito de São Paulo, em Teoria do Estado e Direito Administrativo, em 1965.

Trabalhos Publicados:

O Conflito Sino-Soviético, Rio — 1966.

Concepção de Filial e Subsidiária — Revista da Fundação Getúlio Vargas — volume 16.

Conceito e natureza das Sociedades de Economia Mista, 1966.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 32, DE 1967

(Nº 42, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Nasser Bussamra, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Nasser Bussamra

Brasileiro, nascido em Três Lagoas, Estado de Mato Grosso, a 6 de maio de 1919. Filho de Naim Bussamra e de D. Zauia Neme Bussamra (falecida). Solteiro.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo — onde ingressou em 1940, formando-se na Turma de 1944 — tendo colado grau em 10 de janeiro de 1945.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção de São Paulo — em 4 de julho de 1945, sob nº 4.964.

Desde a sua inscrição na O.A.B. — SP. — tem advogado intensa e ininterruptamente, em todos os ramos do Direito.

É advogado do Banco do Brasil de São Paulo S. A. (Sede e Matriz na Capital do Estado de São Paulo — rua 15 de Novembro, 306-318) desde

maio de 1955 — de cujo Departamento Jurídico é, atualmente, chefe.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 33, DE 1967

(Nº 43, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Paulo Laitano Távora, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Distrito Federal.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Paulo Laitano Távora

Natural de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Idade: 39 anos (1º de outubro de 1926).

Filho de Guilherme de Almeida Távora e de D. Josefina Laitano Távora.

Casado com D. Marília Távora. Dois filhos.

Oficial da Reserva do Exército (R-2).

Solicitador, inscrito na Ordem dos Advogados de Porto Alegre.

Aprovado no concurso do DASP para "Inspetor de Ensino", do Ministério da Educação.

Aprovado no exame vestibular para o Curso de Linguas Neolatinas, da Faculdade de Filosofia; frequência ao primeiro ano e as cadeiras isoladas de Alemão e Inglês, do Curso de Linguas Anglo-saxônicas.

1950 a 1957 — Advogado no foro de Porto Alegre. Inscrição nº 1.518.

Advogado do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem do Estado do Rio Grande do Sul.

Responsável pelo Setor de Expropriações e Aquisição de Imóveis da Procuradoria Judicial do Departamento.

Assessor Técnico da Diretoria Geral do Departamento.

Procurador Assistente do Departamento.

Preletor no curso de extensão para engenheiros rodoviários na seção de "Aspectos Legais na Contratação e Execução de Obras Públicas", na Escola de Engenharia de Porto Alegre.

1958 a 1961 — Advogado no foro da cidade do Rio de Janeiro. Inscrição secundária nº 605.

Advogado contratado do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Chefe do Setor de Interpretação e Cumprimento Contratual do Departamento Jurídico do BNDE.

1962 a 1966 — Advogado no foro de Brasília. Inscrição principal número 96.

Advogado do BNDE em Brasília. Representante do BNDE no Distrito Federal.

Procederes e Trabalhos Forenses Prescritos Quinquenal nos Direitos Reais.

Reajustamento nas Empreitadas de Obras Públicas.

Lei material e lei formal.

As garantias reais do prazo de utilização no contrato de abertura de crédito.

Garantias reais sobre motores de aeronaves, de linha internacional.

Assunção de cumprimento.

Declaração de utilidade pública de ações de companhia, vinculada ao desenvolvimento econômico-social, para efeito de desapropriação.

O poder regimental dos Tribunais e a impugnabilidade dos despachos do relator em liminar de mandatos de segurança originário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 34, DE 1967

(Nº 44 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Nelson Pecegheiro do Amaral, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 12 de janeiro de 1967

H. CASTELLO BRANCO

CURRICULUM VITAE

NELSON PECEGUEIRO DO AMARAL

Filiação: Raymundo Nonato Pecegheiro do Amaral e Elisar Silva Pecegheiro do Amaral.

Data do Nascimento: 7 de outubro de 1922.

Naturalidade: São Paulo — SP.

Cursos:

Curso a Pontifícia Universidade Católica (PUC), Faculdade de Direito. Bacharelou-se em 1945, com distinção em todas as cadeiras. Orador da turma.

Possui o curso de Agente Social do Departamento Nacional do Trabalho.

Possui o curso de Extensão Universitária de Direito Canônico e Civil. Comparados, da Pontifícia Universidade Católica (PUC).

Funções atuais:

Assessor Jurídico da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança, desde 17 de setembro de 1954.

Colocado à disposição do Procurador-Geral da República, a partir de 30 de abril de 1966, em virtude de ter sido requisitado.

Funções exercidas:

Ingressou no Ministério Público do então Distrito Federal, em 1951, como Defensor Público, por concurso de títulos e provas.

Promovido a 7º Promotor Substituto, em 19 de abril de 1960, por merecimento.

Promovido a 3º Promotor Público, em 31 de janeiro de 1962, por merecimento.

Promovido a 4º Curador de Família, em 17 de novembro de 1965, por merecimento.

Assistente do Procurador-Geral da Justiça do Estado da Guanabara, de 1963 a 1965.

Após a Revolução de 31 de março colaborou na Escola do Estado-Maior em sindicâncias para efeito de cassações.

Requisitado para a C.G.I. (Comissão-Geral de Investigações), pelo Marechal Tourinho de Rezende, sendo devolvido à repartição de origem com ofício elogiando ao alto espírito público, eficiência e dedicação ao serviço.

Assessor Jurídico na sindicância e I.P.M. promovido ao Instituto de Resseguros do Brasil (I.R.B.), sob a direção do Tenente-Coronel Jorge de Pinho.

Atividades didáticas:

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis, interino (1963).

Professor de Direito Civil, titular dessa cadeira na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Petrópolis.

Professor contratado de Direito civil na Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro (1964).

Professor de Doutrina do Estado do Centro de Realismo Social "Pro Deo" ligado à Universidade "Pro Deo" de Roma, Itália.

Professor de Filosofia Política, no mesmo Centro de Realismo Social "Pro Deo" (1964 e 1965).

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 35, DE 1967

(Nº 45, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Luiz Carlos Florentino, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Paraíba.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

LUIZ CARLOS FLORENTINO

38 anos de idade.

Filiação:

José Florentino Júnior e Antônia Gomes Florentino.

Naturalidade:

Riachuelo — Sergipe. Bacharel em Direito de 1955, pela Faculdade de Direito de Recife.

Funcionário público estadual de 1946 a 1952.

Funcionário do Banco do Brasil (escriturário) de 1952 até esta data.

Professor da cadeira de Análise Macro Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba de 1962 até esta data.

Secretário de Estado de Administração de 1963 a 1964.

Secretário Chefe da Casa Civil do Governador de fevereiro do corrente ano a esta data.

Advogado militante no foro local, quando não impedido.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 36, DE 1967

(Nº 46, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Gilberto de Oliveira Lomônaco, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Minas Gerais.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

GILBERTO DE OLIVEIRA LOMONACO

Filiação: José Antônio Lomônaco e de Dª Ana de Oliveira Lomônaco.

Data do nascimento: 36 anos de idade.

Naturalidade: Uberlândia, no Estado de Minas Gerais.

Estado Civil: Casado.

Formação Universitária: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais — 1956.

Conclusão do Curso de Doutorado, III Sec — Criminologia — pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Concluindo o Curso de Filosofia (atualmente no 4º ano), na Faculdade de Filosofia Imaculada Conceição, agregada à Universidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Aprovações em concurso:

1. Para provimento do cargo de Delegado de Polícia em Minas Gerais;
2. Para provimento do cargo de Promotor de Justiça no Estado de São Paulo;
3. Para provimento do cargo de Juiz Substituto e Juiz-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, em Belo Horizonte (MG);
4. Para provimento do cargo de Auditor da Justiça Militar Federal, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Atividades profissionais:

1. Auditor de 1ª Entrância da Justiça Militar Federal, desde 1960, com exercício na 3ª Auditoria da 3ª Região Militar, em Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul;
2. Promovido, por merecimento, a Auditor de 2ª Entrância da mesma Auditoria Militar;
3. Exercendo, desde outubro de 1966, o cargo de Auditor na 1ª Auditoria de Marinha.

Magistério:

1. Professor de Direito Penal, na Faculdade de Direito de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul;
2. Professor titular da Cadeira de Direito Judiciário Penal na mesma Faculdade, com exercício durante o ano de 1964;
3. Professor de Instituições de Direito Público na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Universidade de Santa Maria, com exercício durante os anos de 1960 e 1961 (parciais);
4. Professor titular da Cadeira de Direito do Trabalho na Faculdade de Direito de Uberlândia, Minas Gerais, sem exercício da Cadeira.

Condecorações: Ordem de Mérito Jurídico Militar.

Outros serviços públicos:

1. 1955-1960 — Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, no Estado de Minas Gerais;

Nomeado, por concurso, para o cargo de Oficial de Administração, "H", do Quadro de Pessoal do referido Instituto;

Comissionado nas funções de Fiscal e em seguida predestinado Advogado do mesmo Instituto;

- 2 — Exonerado, a pedido, do I.A.P.C., em virtude de aceitar investidura na Magistratura.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 37, DE 1967

(Nº 47, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Virgílio Gaudie Fleury, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Goiás.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — V. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

VIRGILIO GAUDIE FLEURY

Naturalidade: Goiás — Estado de Goiás.

- 2 — Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1935.
- 3 — Promotor adjunto do Distrito Federal, em 1936.

- 4 — Assistente do Diretor do Ginásio Nogueira da Gama de Guanabara em 1937.

- 5 — Advogado no Fôro de Novo-Horizonte, Estado de São Paulo, de 1938 a 1945.

- 6 — Advogado no Fôro de Mirassol, Estado de São Paulo, de 1946 a 1966.

- 7 — Procurador Jurídico da Prefeitura de Mirassol desde 1958 até a data presente.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 38, DE 1967

(Nº 48, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Pereira de Paiva, cujo *curriculum vitae* se anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Minas Gerais.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

José Pereira de Paiva

Filiação: Olinto Ferreira de Paiva e Ana Pereira de Paiva.

Data do nascimento: 28 de fevereiro de 1913.

Naturalidade: Abre Campo, no Estado de Minas Gerais.

Estado Civil: Casado.

Formação Universitária: Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, de 1935 a 1940.

Atividade funcional e profissional:

1. Engajou-se na então Força Pública do Estado de Minas Gerais, em 1935. Excluído, a pedido, em 1936;

2. Nomeado encarregado do serviço de lançamentos de impostos na cidade de Abre Campo; efetivado por concurso;

3. Colocado à disposição da 4ª Delegacia do Recenseamento, em São João del-Rei (1940-1941);

4. Designado para orientar o serviço de lançamento de impostos na região norte-nordeste do Estado de Minas Gerais, exonerando-se, a pedido, em 1943;

5. Exerceu advocacia em Belo Horizonte e cidades vizinhas, de 1943 a 1946;

6. Nomeado Prefeito Municipal de Abre Campo (MG), a fim de presidir eleições presidenciais (1947);

7. Aprovado em concurso para o cargo de Juiz Substituto de Minas Gerais e nomeado para a Comarca de Capelinha;

8. Nas mesmas funções, foi removido de Capelinha para Nova Resende (MG) e dali par Teófilo Otoni, no mesmo Estado;

9. Exerceu a judicatura em Teófilo Otoni, de 1947 a 1951;

10. Indicado em lista triplíce, para as Comarcas de Guapé, Carlos Chagas, Santa Maria do Suassui e Ipanema, por merecimento.

1. Em dezembro de 1951 foi removido, a pedido, para a 2ª Vara Criminal de Belo Horizonte;

12. Em 1954 foi removido para a 2ª Vara Municipal da Fazenda Pública, por disposição expressa do artigo 7º das Disposições Transitórias;

13. Juiz de Direito de 1ª Entrância, com exercício na 2ª Vara de Fazenda Pública;

14. Classificado em concurso de provas e de títulos, organizado pelo Superior Tribunal Militar, em 1959, para o cargo de Auditor Militar;

15. Nomeado para a 7ª Auditoria de Recife;

16. Exerce, atualmente, o cargo de Juiz Eleitoral da 28ª Zona Eleito-

ral da Capital do Estado de Minas Gerais;

17. E' diplomado pelo Curso Especialização da Administração Pública do Estado de Minas Gerais;

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 39, DE 1967

(Nº 49, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José de Jesus Filho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Goiás.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

José de Jesus Filho

Filiação: Jose de Jesus e Floripes Gonçalves de Jesus.

Data do nascimento: 18 de dezembro de 1927.

Naturalidade: Araquari, no Estado de Minas Gerais.

Estado civil: Casado

Formação Universitária: Formado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás (1957).

Atividade funcional e profissional:

1. Advogado e Professor Universitário;

2. Presidente e Vice-Presidente do Centro Acadêmico "XI de Maio" da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás;

3. Assistente do escritório profissional do Professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, atual Reitor da Universidade Federal de Goiás;

4. Advogado da Rede Ferroviária Federal S.A.;

5. Chefe do Serviço de Relações Públicas da Estrada de Ferro Goiás;

6. Advogado-Chefe da Assessoria Jurídica da mesma Ferrovia;

7. Professor Assistente da Cadeira de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade de Goiás;

8. Titular da Cadeira de Direito Constitucional, da mesma Faculdade;

9. Regente da Cadeira de Dento-logia Jurídica; Vice-Diretor da mesma Faculdade; Regente da Cadeira de Direito Judiciário Civil;

10. Professor, por concurso, da Cadeira de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás;

11. Membro do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 40, DE 1967

(Nº 50, DE 1967, NA ORIGEM)

Exmo. Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Renato Amaral Machado, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Renato Amaral Machado

Filiação: Joaquim Machado e Francisca de Amaral Machado.
Data do nascimento: 5 de maio de 1921.

Naturalidade: Rio de Janeiro.

Formação Universitária: Advogado pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (1939-1943);

Curso de extensão universitária pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil;

Curso de pós-graduação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Atividades profissionais:

1. 1941-1945 — Procurador de Martins do Amaral Comércio e Indústria S.A. e de Lamart S.A.;

2. 1944-1946 — Advogado nos auditórios do então Distrito Federal.

3. 1958 — Curso de direito processual e prática forense (professor convidado) aos formandos da Escola de Direito da Faculdade Cândido Mendes;

4. 1963-1966 — Cargos em comissão no Governo do Estado da Guanabara e na administração federal descentralizada (Banco Nacional de Habitação), conforme relação abaixo.

Atividades culturais e jornalismo:

1. Trabalhos sobre história do R.O. de Janeiro;

2. Crítica literária;

3. Crítica de gravações de música erudita (1952-1962).

Funções Públicas:

- I — Chefe de Gabinete da Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara (1963-1965);

- II — Superintendente do Sistema Penitenciário (1964);

- III — Diretor do Presídio do Estado da Guanabara (1964);

- IV — Responsável pela direção da Penitenciária Professor Lemos de Brito e suas dependências: Serviço Agro-Industrial (atual Instituto Receducacional), Penitenciária de Mulheres, Sanatório Penal e Anexo do Sanatório Penal (estabelecimento penal de emergência criado e organizado na gestão referida);

- V — Representante da Secretaria de Justiça no Conselho de Treinamento (Secretaria de Administração) do Estado da Guanabara;

- VI — Agente de orçamento da Secretaria de Justiça junto à Coordenação de Planos e Orçamentos da Secretaria de Governo do Estado da Guanabara;

- VII — Coordenador da organização administrativa da Secretaria de Justiça no Grupo de Trabalho para a reforma administrativa no Estado da Guanabara;

- VIII — Membro de comissões de revisão e elaboração de normas legislativas e regimentais, acentuadamente em matéria referente à organização judiciária do Estado da Guanabara e reformulação de serviços transferidos da União Federal por força da Lei nº 3.752;

- IX — Membro de comissões de estudos e projetos de novos estabelecimentos penais e do Palácio da Justiça;

- X — Membro de comissões de reforma e ampliação do sistema penitenciário do Estado da Guanabara;

- XI — Procurador Geral do Banco Nacional de Habitação (1965-1966);

- XII — Membro de comissões de elaboração e reforma legislativa para implantação de Sistema Nacional de Habitação e regulamentação das Letras Imobiliárias;

- XIII — Membro de comissões para regulamentação das vendas dos imóveis dos Institutos de Aposentadoria e Pensões e do Fundo Rotativo Habitacional de Brasília (artigos 61 a 65 da Lei nº 3.480);

XIV — Membro da Comissão Julgadora do Concurso de Obras Jurídicas (Prêmio Engenheiro Antônio Reis) instituído pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (1960);

XV — Secretário da Comissão designada pelo Governador do Estado da Guanabara para aplicação do Ato Institucional nº 1, no Estado;

XVI — Membro da Comissão Interventora nomeada pela RD, nº 9, do Banco Nacional da Habitação para a Cooperativa Habitacional da Guanabara na forma da Instrução nº 1.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 41, DE 1967

(Nº 51, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1.º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Elmar Wilson de Aguiar Campos, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Elmar Wilson de Aguiar Campos

Filiação: Eleazar Soares Campos e Maria Rita de Siqueira Campos.

Data do Nascimento: 28 de maio de 1912.

Naturalidade: Estado do Maranhão. Formação Universitária: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade do Brasil, turma de 1933.

Atividades funcionais e profissionais

1. Advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Guanabara, inscrição nº 1.576;

2. Exerceu, em comissão, os cargos de 2.º Delegado de Polícia e de Promotor Público da Capital do Estado do Maranhão (1935);

3. Serviu como Procurador-Adjunto do Departamento Nacional do Trabalho (1938-1941); nomeado, posteriormente, como Procurador-Adjunto ao Conselho Regional do Trabalho da 3.ª Região, em Belo Horizonte;

4. Fez a direção do Governo do Maranhão, ocupou o cargo de Secretário-Geral do Estado (1945);

5. É atualmente, Procurador de Primeira Categoria do Ministério Público da União junto à Justiça do Trabalho, atuando como Assessor Jurídico do Conselho Regional do Trabalho Marítimo, já tendo exercido o cargo de Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, em comissão.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 42, DE 1967

(Nº 32 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1.º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Alvaro Pecanha Martins, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Bahia.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Alvaro Pecanha Martins

Filiação: Francisco Martins Junior e Mariana Pecanha Martins

Data do Nascimento: 6 de março de 1912.

Naturalidade: Salvador, no Estado da Bahia.

Formação Universitária: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade da Bahia (1936).

Cargos, funções ou atividades que exerceu

1. Advogado: Ordem dos Advogados do Brasil (1940);

2. Secretário e Presidente do Centro Acadêmico Ruy Barbosa, da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia;

3. Auxiliar Fiscal do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1934-1935);

4. Membro do Conselho Seccional da Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil, a partir de 1946;

5. Membro da Banca examinadora do Concurso para Juiz de Direito, realizado pelo Tribunal de Justiça da Bahia, em 1950;

6. Assistente Jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, desde 1956;

7. Deputado à Assembleia Legislativa da Bahia (1955-1959);

8. Presidente da Comissão de Educação e Cultura e membro da de Serviço Público, da Assembleia Legislativa da Bahia;

9. Mordomo do Contencioso da Santa Casa de Misericórdia da Bahia;

10. Presidente da Ordem dos Advogados, Seção da Bahia, a partir de 1964;

11. Orador na "Semana de Ruy Barbosa", em 1946, por indicação do Conselho Seccional da Bahia da Ordem dos Advogados do Brasil;

12. Conferencista da "Festa Judiciária", em 1950;

13. Orador da Sessão Solene que comemorou o centenário do jurista consulto e professor Felinto Bastos;

14. É membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1939).

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 43, DE 1967

(Nº 24, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1.º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Márcio Djalma Cavalcanti Marinho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Rio Grande do Norte.

Brasília, 11 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Márcio Djalma Cavalcanti Marinho

Data do Nascimento: 9 de janeiro de 1935.

Naturalidade: Natal — Rio Grande do Norte.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Natal, da Universidade do Rio Grande do Norte — turma de 1961.

Oficial de Gabinete do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Membro efetivo da "Comissão de Constituição e Justiça" da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, durante todo o mandato.

Chefe da Seção de Comunicações do Tribunal Regional Eleitoral de Brasília — Distrito Federal.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio Grande do Norte, sob o nº 300.

Tese apresentada e defendida "Da imprecisão do parágrafo primeiro do

artigo vinte e quatro do Código Penal Brasileiro", e a primeira serana da cultura, promovida pela União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Norte.

Diretor do Departamento de Cultura da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Norte.

Prêmio de obra da Secretaria do Estado de Educação e Cultura do Governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Orador oficial da "Aula da Saudade" no encerramento do curso jurídico.

Advogado militante.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 44, DE 1967

(Nº 54, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1.º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Heraldo Vidal Correia, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Paraná.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Heraldo Vidal Correia

Brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na cidade de Curitiba, nascido em 8 de abril de 1917, na cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, filho de Dolarício Correia e de Maria Cândida Vidal Correia, já falecidos.

Bacharelou-se, em 1943, pela Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro.

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob o nº 601, em 1944.

Funcionário, por concurso, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, na Administração Central do Rio de Janeiro.

Secretário do 1.º concurso de médicos do I. A. P. I.

Designado para exercer as funções de Agente do Instituto de Aposentadoria e Pensões em Ponta Grossa, no Estado do Paraná, em 1941, exonerando-se em 1943.

Ex-secretário-geral da Associação Comercial, Industrial e Rural de Ponta Grossa.

Membro do Centro Cultural "Euclides da Cunha".

Membro do Instituto Brasileiro de Direito Financeiro, filiado à Internacional Fiscal Law Association, com sede em Genebra.

Ex-vereador à Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Ex-2.º suplente de Deputado Federal pelo Estado do Paraná, sob a legenda do extinto Partido Republicano (PR), no período 1954-1958.

Ex-Diretor de várias empresas comerciais e industriais.

Consultor Jurídico de empresas, na especialidade de Direito Tributário.

Ex-Diretor Administrativo da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, em 1956.

Ex-Presidente da Fundação Paranaense de Imigração e Colonização 1961-1965.

Membro do Grupo Executivo para as terras do Sudoeste do Paraná — GETSOP, órgão misto União Federal — Estado do Paraná, subordinado diretamente ao Gabinete Militar da Presidência da República 1964-1965.

Membro do Conselho de Desapropriação e Colonização do Governo do Estado do Paraná.

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL.

Membro da Comissão de Sindicâncias na Caixa Econômica Federal do Paraná, na gestão do Presidente João Quadros — 1961, designado por Decreto Presidencial com a concessão de serviços relevantes prestações à Nação.

Assessor Jurídico do Tenente-Coronel Encarregado do I.P.M. na Caixa Econômica Federal do Paraná, em 1963.

Membro e Secretário Executivo da Comissão Especial de Investigação Somaria constituída por Decreto Governamental do Estado do Paraná, para a aplicação do Ato Institucional em relação aos servidores públicos estaduais.

Representante do Governo do Estado do Paraná, como estagiário da Escola Superior de Guerra, turma de 1962.

Membro da Associação dos Ex-diplomados pela Escola Superior de Guerra — ADESG.

Participou de vários congressos e conferências tratando assuntos jurídicos, econômicos e sociais, como representante de entidades profissionais. Autor de diversos trabalhos de divulgação cultural publicados em jornais e revistas locais.

Cavaleiro da Ordem da Arvore

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 45, DE 1967

(Nº 55, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1.º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Jacy Garcia Vieira, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Jacy Garcia Vieira

Filiação: José Garcia Rosa e Jordana Vieira Garcia.

Data de nascimento: 4 de outubro de 1933.

Natural de Goiânia — Estado de Goiás.

Estado civil: Casado.

Bacharel em Direito pela Faculdade Mineira de Direito da Universidade Católica de Belo Horizonte, onde se diplomou em 1960.

Leccionou várias cadeiras, inclusive matemática, português e latim em Uberlândia e Belo Horizonte, de nível médio.

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, sob o nº 7.000.

Exerceu advocacia ininterruptamente de 1960 até esta data, na Comarca de Boa Esperança, Sul de Minas, funcionando em mais de 1.600 processos de toda natureza.

Especializou-se em matéria de desapropriação, funcionando em mais de cem causas da maior complexidade, quando da construção da Barragem de Furnas, em Minas Gerais, e acompanhou referidos feitos tanto na primeira instância como, em algumas delas, junto ao Tribunal Federal de Recursos.

Ingressou em concurso, no ano de 1966, para Juiz de Direito no Estado de Minas Gerais, tendo sido aprovado e devidamente classificado.

Sua prática forense inclui o direito civil e comercial como também o direito penal, quer perante o Juiz singular, quer perante o Tribunal do Juri, em que tem funcionado com frequência tanto na defesa como na

acusação, na qualidade de Assistente do Ministério Público.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 46, DE 1967

(Nº 16, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Afonso da Silva, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

CURRICULUM VITAE

José Afonso da Silva

Filiação: Nereu Afonso da Silva e Augusta Maria de Lacerda

Data do nascimento: 30 de abril de 1925

Naturalidade: Município de Pompeu, Estado de Minas Gerais

Estado civil: Solteiro

Curso Superior: Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde colou grau a 3 de janeiro de 1958. Cursos de extensão universitária de direito tributário e de ciência penitenciária e criminologia, ambos na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Atividades Profissionais: Advocacia no foro de São Paulo, primeiro como solicitador acadêmico no Departamento Jurídico do Centro Acadêmico XI de agosto (1956-1957); segundo como advogado.

Advogado do Departamento Jurídico do Estado de São Paulo, desde 1962, como exercício na Consultoria da Secretaria da Justiça deste Estado.

Atividades docentes: Exerceu, durante oito anos, o magistério secundário como professor de Português no Curso Comercial Básico e Técnico, com Registro no Ministério da Educação e Cultura, obido através do C.A.E.C.

Exerceu o magistério superior, durante três meses, no ano passado, como Livre Docente de Direito Constitucional, na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Títulos: Livre Docente de Direito Constitucional na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Participação no Congresso do Direito Processual, em Campos do Jordão, como relator da parte referente aos recursos do Anteprojeto de Código de Processo Civil, elaborado pelo Prof. Alfredo Euzend.

Obras: "Do Recurso Extraordinário no Direito Processual Brasileiro", edição da Revista dos Tribunais, 1953. "Princípios do Processo de Formação das Leis no Direito Constitucional", tese de concurso, editada pela Revista dos Tribunais, 1964.

Parecer publicado no vol. 341 da Revista dos Tribunais, páginas 48 a 87, sob o título "Oficiais de Justiça".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 47, DE 1967

(Nº 48 DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel João Batista Alvarenga, cujo

curriculum vitae segue anexo, para para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

CURRICULUM VITAE

João Batista Alvarenga

Filiação: Antônio Alvarenga (falecido) e Ana Alves de Alvarenga

Data do nascimento: 15 de dezembro de 1912

Natural de Lavras — Minas Gerais

Estado civil: Casado

Curso Superior: Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, na qual ingressou em 1932, colando grau, em ciências jurídicas e sociais em 7 de setembro de 1936.

Promotor de Justiça da Comarca de Muzambinho, Minas Gerais, em junho de 1937, ali serviu até maio de 1944, sendo exonerado nessa ocasião a pedido.

Colabora no jornal "Folha de São Paulo", mantendo duas colunas semanais sobre assuntos jurídicos: "A Vida nos Tribunais" e "O Automobilista Perante a Lei".

Tem escritório de advocacia em companhia do Doutor Jacinto Angelami (ex-advogado chefe do Contentioso do Banco do Brasil em São Paulo) e do professor Roberto Bove (ex-advogado chefe do IPESP).

Como advogado da liquidação extrajudicial do Banco Nacional Interamericano S. A., de 1954 a 1964 (liquidante Petrólio de Medeiros Guimarães, inspetor de Bancos), teve oportunidade de prestar serviços profissionais na defesa dos interesses da SUMOC e da CAMOB.

Eleito para o Conselho Diretor da Associação dos Advogados de São Paulo para o triênio 1963-1965 e reeleito para o triênio 66-68. Além de Conselheiro, é Diretor 1º Secretário da referida Associação desde 1954, e responsável atualmente pelo Boletim editado por essa entidade.

Diretor-Secretário da Associação de Estudos de Trânsito, com sede em São Paulo, presidida pelo Engenheiro Mario Savelli (vice-presidente deputado Nicolau Tuma), entidade fundada após a realização do II Congresso de Trânsito da Cidade de São Paulo, do qual participou ativamente como presidente da Comissão Técnica de Policiamento e Educação. Já ministrou legislação de trânsito em curso patrocinado pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias.

Membro da Sociedade dos Amigos da Cidade de São Paulo.

Representou a Associação dos Advogados nas reuniões realizadas em São Paulo para se estudar a organização da Justiça Federal, colaborando nos debates e escrevendo artigos sobre o assunto na "Folha de São Paulo".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 48, DE 1967

(Nº 58, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Cid Flaquer Scartezini, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

CURRICULUM VITAE

Cid Flaquer Scartezini.

Filiação: Professor Carmelino Scartezini e de D. Haydée Jandira Flaquer Scartezini.

Data do nascimento: 23 de fevereiro de 1929.

Naturalidade: São Paulo, Estado de São Paulo.

Estado civil: Casado.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, onde colou grau em 27 de janeiro de 1953.

Atividades profissionais: — Milita no foro da Comarca da Capital, desde princípios de 1952 até fins de 1953, na qualidade de solicitador, e de janeiro a abril como advogado.

Oficial do Registro de Imóveis e Anexos, interno, da Comarca de São Paulo, até fevereiro de 1955, onde instalou sua banca, militando e hoje, no foro civil, na Justiça do Trabalho e especialmente no foro Criminal.

Professor de Direito Usual, Legislação Aplicada e Economia Política, exercendo o magistério desde 1948.

Lecciona atualmente as mencionadas matérias no Colégio Comercial Senador Flaquer, daquela cidade.

Advogado do Sindicato dos Empregados em Empresas Metalúrgicas de São Paulo desde setembro de 1954.

Consultor-Jurídico do Clube dos Jogistas de São Paulo.

Assessor Técnico-Legislativo da Prefeitura Municipal de São Paulo, desde setembro de 1965.

Advogado credenciado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas para as Comarcas de São Paulo, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, desde 1955.

Atividades extra-profissionais: — Vereador à Câmara Municipal de São Paulo nos anos de 1957 a 1961.

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça nos anos de 1958, 1960, 1962 e 1963.

Em 1961, foi eleito, por unanimidade, Presidente do Órgão Legislativo Municipal.

Durante os anos de 1950 e 1951 foi Presidente eleito do Conselho da Associação dos Advogados de São Paulo.

Em 1962 foi reeleito Conselheiro da mencionada Associação.

Em 1952 foi eleito Presidente da Diretoria, por unanimidade. Em dezembro de 1965 foi reeleito, por maioria absoluta, para o mesmo cargo, para o período de 1966-67.

Em novembro de 1964, em pleito realizado em todas as comarcas do Estado, foi eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo, para o biênio 1965-66, cargo esse que desempenha nos dias atuais, pertencendo à Comissão de Seleção.

Representou a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção São Paulo no Congresso Nacional, realizado em Campos do Jordão, sobre o anteprojeto do Código do Processo Civil.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 49, DE 1967

(Nº 66, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Luiz Rondon Teixeira de Magalhães, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em São Paulo.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Luiz Rondon Teixeira de Magalhães.

Filiação: Athos Aquino de Magalhães e de Leura Teixeira de Magalhães.

Natural de Juá, Estado de São Paulo.

Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Inscrito na Ordem dos Advogados da Seção de São Paulo, em 5-10-53.

Inscrito, secundariamente, no Exato do Distrito Federal.

Curso de aperfeiçoamento na Faculdade de Direito da Universidade de Paris, em 1947, 48 e 49.

Secretário do Grupo de Trabalho de Lei da Criação do Arquivo Nacional, 1948.

Chefe do Gabinete do Ministro da Justiça, na gestão do Ministro Cavalcanti.

Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça, na gestão do Ministro Milton Campos.

Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça, na gestão do Ministro Vianna Filho.

Subchefe do Gabinete do Ministro da Justiça, na gestão do Ministro Juacy Magalhães.

Membro honorário do Conselho Interministerial do Distrito Federal.

Membro da Comissão instaurada pelo Sr. Ministro da Justiça para organizar as comemorações do dia 1º de maio de ação de graças.

Journalista acreditado junto à sessão da ONU — Nações Unidas.

Redator e locutor da Rádio Nacional Francesa para os programas dirigidos ao Brasil.

Redator e locutor de "Notícias Francesas".

Advogado militante em São Paulo e Brasília e com escritório nas duas capitais.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 50, DE 1967

(Nº 61, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do Art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Jesus Costa Lima, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Ceará.

Brasília, 12 de janeiro de 1967. — H. CASTELLO BRANCO.

"CURRICULUM VITAE"

Jesus Costa Lima.

Filiação: João Barbosa Lima e Maria Costa Lima.

Bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Ceará.

Ingressou na magistratura cearense, em virtude de concurso, por ato de 7 de junho de 1956, quando foi nomeado para a Comarca de Santana do Acaraú (primeira entrância).

Promovido, por merecimento, para a Comarca de Cedro (segunda entrância) a 25 de maio de 1951.

Promovido a Juiz Auxiliar de Fortaleza (terceira entrância), a 10 de março de 1964.

Eleito Corregedor-Geral a 17 de abril de 1964.

Promovido, por merecimento, para a segunda vara da Comarca de Crato (quarta entrância) a 15 de abril de 1966, permanecendo na comissão de Corregedor-Geral até esta data.

Promotor Público na Comarca de Itapagé.

Autor do "Manual de Consulta Eleitoral".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM Nº 51, DE 1967

(Nº 62, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Mário Figueiredo Ferreira Mendes, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Mato Grosso.

Brasília, em 12 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

MÁRIO FIGUEIREDO FERREIRA MENDES

Filiação: Francisco Alexandre Ferreira Mendes e Da. Isabel Figueiredo Ferreira Mendes.

Data do nascimento: 2) de abril de 1926.

Naturalidade: Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, expedido pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1950.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso, sob o nº 168, desde março de 1951.

Professor de Prática Jurídico Geral e Comercial da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá.

Professor de Economia Política da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá.

Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito de Cuiabá.

Consultor Jurídico da Comissão de Estradas de Rodagem do Estado do Mato Grosso.

Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal de Rosário Oeste, no Estado do Mato Grosso.

Procurador da República, no Estado do Mato Grosso, desde janeiro de 1963.

Professor de Direito Internacional Público, da Faculdade de Direito de Cuiabá, por nomeação do Governo Federal.

Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Mato Grosso, desde o ano de 1953, até março de 1963, quando exerceu as funções de Membro da Comissão de Sindicâncias.

Membro da Comissão de Disciplina, Secretário e Tesoureiro.

Procurador Regional Eleitoral, no Estado de Mato Grosso.

Membro do Conselho Penitenciário do Estado de Mato Grosso, onde exerce as funções de Presidente.

Membro da Associação de Imprensa Matogrossense.

Membro da Associação do Ministério Público do Brasil, Seção do Estado de Mato Grosso, do qual é Vice-Presidente, em exercício da Presidência.

Ex-Membro do Tribunal de Justiça Desportiva da Federação Matogrossense de Desportos, do qual foi por dois anos Vice-Presidente.

Submeteu-se a concurso de provas e títulos, perante o Tribunal de Justiça do Estado, para ingresso na Magistratura Vitalícia do Estado, havendo sido aprovado e classificado em primeiro lugar.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 52, DE 1967

(Nº 63, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Ilmar Nascimento Galvão, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Acre.

Brasília, 12 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ILMAR NASCIMENTO GALVÃO

Data do nascimento: 2 de maio de 1933.

Naturalidade: Jaguaquara, Estado da Bahia.

Técnico em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Jequi, Estado da Bahia.

Funcionário do Banco do Brasil S.A., por concurso realizado, em novembro de 1954, classificando-se em 1º lugar.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, turma de 1963.

Estagiário junto à 4ª Vara Criminal do Estado da Guanabara, de 1º de julho de 1962 a 31 de janeiro de 1964.

Integrante da Comissão de Levantamento Contábil encarregada da apuração das contas do Governador do Estado do Acre, que renunciou em abril de 1964, conforme portaria do Exmo. Sr. Governador do Estado, datada de 1-6-1964.

Diretor de Planejamento e Controle da Assessoria de Planejamento do Estado do Acre, de novembro de 1961 a agosto de 1965.

Diretor da Carteira de Crédito Geral do Banco de Produção e Fomento do Estado do Acre S.A., de agosto de 1965 até a presente data.

Primeiro Secretário da Diretoria Regional da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado do Acre.

Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito do Estado do Acre.

Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Acre.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 53, DE 1967

(Nº 78, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Wilson de Andrade Brandão, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Piauí.

Brasília, 13 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

WILSON DE ANDRADE BRANDÃO

Filiação: Alvaro Brandão e Maria Amélia de Andrade Brandão.

Data do nascimento: 14 de outubro de 1922.

Naturalidade: Pedro Segundo, no Estado do Piauí.

1. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Piauí;

2. Advogado nos foros da Capital e do interior do Estado do Piauí, desde 1947 (Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Piauí, inscrição número 189, de 1947);

3. Ex-Professor Catedrático de Francês do Colégio Estadual do Piauí (1945 a 1954);

4. Ex-Diretor do Colégio Estadual do Piauí (1951);

5. Ex-Chefe de Polícia do Piauí (1951);

6. Professor Catedrático Interino de Direito Civil, na Faculdade de Direito do Piauí (1954-1957);

7. Professor Catedrático (por concurso) de Direito Civil, na Faculdade de Direito do Piauí, em exercício desde 1957;

8. Ex-Professor de Língua e Literatura Francesa, na Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (em Teresina) (1957-1960);

9. Professor Catedrático (por concurso) de Sociologia, na Escola Normal "Antonino Freire" (Estabelecimento oficial de ensino), em exercício;

10. Membro do Instituto dos Advogados (Piauí);

11. Membro do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, Estado do Piauí;

12. Oficial da Reserva do Exército (N.P.O.R. de Teresina — Piauí);

13. Membro do Conselho Estadual de Educação (Piauí);

14. Membro do Conselho Penitenciário do Estado do Piauí;

15. Ex-Diretor da Faculdade de Direito do Piauí (1952-1955);

16. Membro da Academia Piauiense de Letras.

Trabalhos Publicados:

1. Caráter Latino da Língua Francesa, Teresina, 1945, tese;

2. O Estado e a Educação, Teresina, 1951, tese;

3. Liberdade e Contrato no Direito Brasileiro do Trabalho, tese;

4. Direito Civil de Hoje in Rev. da Faculdade de Direito do Piauí;

5. A Lesão no Direito Positivo Brasileiro, Teresina, tese;

6. A Família e suas Transformações, Teresina, 1959;

7. Conhecimento e Experiência ou Uma Introdução à Epistemologia Moderna, Teresina, 1959;

8. Lesão e Contrato no Direito Brasileiro, 1964, Ed. Freitas Bastos, Rio de Janeiro;

9. Doutrina e Prática da Lei do Despejo (Lei nº 4.864), de 1965, artigos 17 e 18), 1966, Teresina.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 54, DE 1967

(Nº 35, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Aristides Porto de Medeiros, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Pará.

Brasília, 12 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ARISTIDES PORTO DE MEDEIROS

Filiação: Antônio de Souza Medeiros e Maria Silva Porto Medeiros.

Data do Nascimento: 7 de setembro de 1933.

Naturalidade: Belém, Estado do Pará.

Estado Civil: Casado.

Formação universitária: Bacharel em Direito pela Universidade do Pará;

Extensão universitária: Psicotologia Rorense, pela Faculdade de Medicina da Universidade do Pará;

Parlamentarismo e Presidencialismo, pela Faculdade de Direito da Universidade do Pará;

Direito Romano, Faculdade de Direito da Universidade do Pará;

Direito Civil e Legislação Comparada, pela Faculdade de Direito da Universidade do Pará.

Concurso Público, de provas e títulos;

Para o cargo de Juiz de Direito da 1ª Entrância, perante a Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará — Aprovado em 2º lugar entre 19 candidatos aprovados;

Aprovado em concurso público de provas para a carreira de Oficial de Administração.

Cursos por correspondência: Noções Gerais de Direito, Certificado nº 14.420, expedido em 19-7-58, pelo D.A.S.P.;

Noções de Serviço Social e Psicologia, expedido em junho de 1956 pelo Serviço Social da Indústria (SESI);

Português e Redação Oficial, certificado nº 15241, expedido em 17-1-62, pelo D.A.S.P.;

Administração e Legislação do Pessoal, certificado nº 15.280, expedido em 17-1-62, pelo D.A.S.P.

Atividades profissionais e funcionais:

Funcionário do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Delegacia do Pará, Escriturário AF-202.10-B, lotado na Procuradoria Estadual; admitido em 1954 está em atividade ininterrupta até a presente data;

Advogado constituído do I.A.P.T., na forma de despacho de 18 de maio de 1965, do Procurador Geral da Autarquia;

Sócio efetivo da Sociedade Brasileira de Direito Criminal, São Paulo, expedido o diploma em 1956;

Advogado militante, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Pará e no Instituto dos Advogados do Pará.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 55, DE 1967

(Nº 26, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Roberto de Queiroz, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Ceará.

Brasília, 12 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

ROBERTO DE QUEIROZ

Filiação: Daniel de Queiroz Lima e Clotilde Franklin de Queiroz Lima.

Naturalidade: Estado do Ceará.

Estado civil: casado.

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Ingressou na magistratura cearense como Juiz Municipal do Termo de Baixo, a 20 de dezembro de 1946

Nomeado Juiz de Direito da comarca de Pacatuba, em virtude de aprovação em concurso, por ato de 12 de outubro de 1949.

Promovido, por merecimento, para a comarca de São Gonçalo do Amarante (segunda entrância) por ato de 7 de abril de 1956.

Promovido, por merecimento, para a comarca de Lavras da Mangabeira (terceira entrância) por ato de 17 de maio de 1958.

Promovido, por merecimento, para a comarca de Fortaleza (quarta entrância) por ato de 17 de fevereiro de 1946.

Exerce, cumulativamente, desde 2 de janeiro de 1965, até a presente data, o cargo de vice-diretor do Fórum Clávis Beviláqua.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 56, DE 1967

(Nº 75, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Paraná.

Brasília, 13 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITÆ

MANOEL DE OLIVEIRA FRANCO SOBRINHO

Filiação: Theodomiro de Oliveira Franco e Maria Olímpia de Oliveira Franco.

Idade: 50 anos.

Principais cargos e funções exercidas:

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 19 de dezembro de 1936.

Ofício de Escrivão do Primeiro Cartório de Órfãos, Ausentes e Mais Ape-
xos da Comarca de Curitiba, em 1936.

Docente Livre de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1938.

Professor Fundador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná em 1939.

Professor de Sociologia, no Colégio Estadual do Paraná, em 1939.

Redator da Revista "Direito" sob a direção de Clóvis Bevilacqua e Eduardo Espinola, em 1940.

Presidente e fundador do "Centro Acadêmico de Estudos Americanos", na Universidade do Paraná, em 1940.

Presidente da Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de Curitiba, em 1940.

Presidente do Instituto Nacional de Ciência Política, Seção do Paraná, em 1941.

Membro eleito do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, em 1941.

Membro eleito do Instituto de Direito Social de São Paulo, em 1941.

Diretor da Empresa "A Noite", no Paraná, em 1941.

Diretor do jornal "O Dia", de Curitiba, em 1942.

Membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Paraná, em 1943.

Diretor do jornal "Gazeta do Povo", de Curitiba, em 1943.

Professor Catedrático de Direito Administrativo na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1943.

Conselheiro eleito da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em 1944.

Procurador Geral do Estado e Procurador Regional da Justiça Eleitoral no Paraná, em 1946.

Presidente eleito de Honra do Aéreo Clube do Paraná, em 1947.

Presidente e Diretor da Caixa Econômica Federal do Paraná, de 1950 a 1954.

Deputado Federal, representante do Paraná, nas legislaturas de 1955-59, 1959-63 e 1966.

Presidente da Comissão de Redação e Membros das Comissões de Justiça e de Relações Exteriores, nas legislaturas de 1955-59 e 1959-63, na Câmara Federal.

Secretário de Estado para os Negócios do Governo, no Paraná, em 1955-66.

Representante do Brasil na IV Reunião Interamericana de Jurisconsultos, reunida em Santiago do Chile, em 1959.

Observador Parlamentar na X Assembleia Mundial de Saúde, reunida em Genebra, em 1960.

Secretário do Interior e Justiça, no Paraná, em 1960.

Observador Parlamentar na XIII Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris, em 1960.

Delegado do Brasil na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas com assento na V Comissão (Orçamento), em 1961.

Presidente do Instituto Nacional do Mate, no Governo do Marechal Castello Branco, 1961.

Delegado por convocação do Itamarati, na ALALC, em Montevideo, para assuntos econômicos, em 1965.

Membro eleito para a Academia Paranaense de Letras (Cadeira nº 13), em 1966.

Medalha do Mérito Jornalístico, Ca-per Libero, em 1940.

Medalha Marechal Castano de Faria, do Ministério da Guerra, 1955.

Membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade Federal de Direito da Universidade do Paraná, 1965.

Medalha Clóvis Bevilacqua, do Ministério da Justiça, em 1960.

Medalha do Mérito Naval, do Ministério da Marinha, em 1961.

Membro do Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade Federal de Direito da Universidade do Paraná, 1965.

Membro Suplente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná.

Obras Espectatizadas e Principais Trabalhos

"O Sentido da Obra de Jacques Maritain" — Conferência — A Ordem — Rio, 1935.

"Concessão de Serviços Públicos em Direito Administrativo" — Tese — Prefácio Conselheiro Filinto Bastos — Curitiba, 1936.

"Da Capacidade Política do Estado e do fenômeno autarquia" — A Ordem — Rio, 1937.

"Do Conceito do Contrato Administrativo" — Tese — Curitiba, 1937.

"Tendências Jurídicas do Pensamento Jurídico Moderno" — Conferência — Curitiba, 1937.

"Noção Social de Autarquia" — Ensaio — Revista dos Tribunais — São Paulo, 1938.

"Noção Jurídica de Autarquia" — Ensaio — Boletim MTIC — Rio, 1938.

"Conceito de Autarquia Administrativa" — Revista dos Tribunais — São Paulo, 1938.

"Do Conceito Jurídico ao Servidor do Estado" — Monitor Comercial — Curitiba, 1938.

"Autarquias Administrativas" — Monografia — Prefácio de Clóvis Bevilacqua — São Paulo, 1939.

"Da Desapropriação". Um Aspecto da Intervenção do Estado" — Conferência — A Gazeta — São Paulo, 1940.

"Imperativos da Hora Presente" — Conferência — Universidade do Paraná — Curitiba, 1940.

"Os Serviços de Utilidade Pública" — Monografia — Curitiba, 1940.

"Do Contrato Administrativo, Noção e Fundamentos" — Ensaio — Arquivo Judiciário — Rio, 1941.

"O Direito Social, Sua Posição e Divisão no Quadro Geral do Direito" — Conferência — São Paulo, 1941.

"Caxias e o Destino do Brasil" — Conferência — Curitiba, 1942.

"Desapropriação por Utilidade Pública" — Monografia, Curitiba, 1942.

"Avaliação de Bens Capital para Efeito de Desapropriação" — Ensaio — Direito — Rio, 1942.

"No Limiar do Futuro" — Conferência — Curitiba, 1942.

"O Problema da Municipalização dos Serviços Públicos" — Tese — Curitiba, 1943.

"O Conceito de Administração na Filosofia Jurídica" — Ensaio — Rev. da Fac. de Direito — Bahia — Salvador, 1943.

"O Problema da Municipalização dos Serviços Públicos" — 2ª edição — Curitiba, 1943.

"Paravra aos Mocos" — Discurso Parainfo — Curitiba, 1944.

"A Ilegalidade do Ato Administrativo nas Desapropriações" — Razões de Recurso — Curitiba, 1944.

"Competência do Judiciário para Conhecer da Ilegalidade do Ato Desapropriativo" — Razões de Recurso — Curitiba, 1945.

"Subsídios para a Futura Constituição do Estado" — Estudos — Curitiba, 1946.

"Rumos do Pensamento Jurídico" — Conferência — Arquivo Judiciário, — Rio, 1947.

"O Homem Rui Barbosa" — Conferência — Curitiba, 1947.

"Os Erros Fundamentais da Formação Econômica Brasileira" — Jornal do Comércio — Rio, 1950.

"Municipalização dos Serviços Públicos", Centralização ou Descentralização" — Arquivo Judiciário — Rio, 1951.

"Concessão de Terras" — Direito — Rio, 1952.

"Organização e Sistema do Processo Administrativo" — CEFP — Curitiba, 1952.

"Direito, Administração, Estado" — Ensaio — Curitiba, 1953.

"Definição Sociológica do Paraná" — Conferência — Jornal do Comércio — Rio, 1954.

"Processo e Direito Administrativo" — Rev. Fac. — Direito — Curitiba, 1954.

"Classificação de Cargos e Plano de Pagamento" — Imprensa Oficial — Curitiba, 1955.

"Afirmacões na Prática do Direito Internacional" — Estudos — DASP — Rio, 1960.

"Lei Orgânica dos Municípios" — Coletânea — Curitiba, 1961.

"Pareceres" — Imprensa Oficial — Curitiba, 1961.

"Reflexões Sobre o Direito Internacional Político" — Imprensa Universitária — Curitiba, 1963.

"O Homem na Comunidade Política Internacional" — Curitiba, 1964.

"Ação do Estado e Administração" — Ensaio — Jurídica — Rio, 1965.

"A Erva-Mate como Fonte de Divisas" — Conferência — IPES — Rio, 1965.

"Ensaio Sobre a Mecânica Política do Estado" — Ministério da Justiça (SD) — Rio, 1965.

"Município e Municipalização" — Ensaio — DESP — Rio, 1966.

"Estudos de Direito Público" — Ministério da Justiça (SD) — Rio, 1965.

"A Justiça Federal" — Estudos — Jornal do Comércio — Rio, 1966.

"A Dança Sobre a Verdade" — No prelo — Imprensa Universitária — Curitiba.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 57, DE 1967

(Nº 76, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Roberto Barcellos Magalhães, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITÆ

ROBERTO BARCELLOS DE MAGALHÃES

Data do Nascimento: 13 de abril de 1924.

Filiação: Firmo Matos de Magalhães e Izabel Barcellos de Magalhães. Naturalidade: Niterói — Rio de Janeiro.

Estado Civil: Casado.

Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em novembro de 1948, depois de já estar exercendo a advocacia como provisionado-solicitador.

No início de sua carreira, foi Assessor do Ministro Bento de Faria, antigo Presidente do Supremo Tribunal Federal. Nomeado para a magistratura militar por Decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra, a seguir designado para servir como Auditor Substituto na 2ª Auditoria da Marinha, nomeado advogado do Banco do Brasil, onde serviu, durante cerca de 13 anos, na sua Direção-Geral, Departamento do Contencioso.

Nesse estabelecimento oficial de crédito, exerceu as seguintes funções de relevância: Assistente Jurídico da Agência de Montevideo, República Oriental do Uruguai, em missão considerada relevante aos interesses do Banco e do país; Advogado da Carteira de Redempções; Assessor Jurídico do Diretor da antiga Carteira de Empréstimos e Importação; Advogado Adjunto do Conselho Jurídico da antiga Caixa de Mobilização Bancária.

Comissões exercidas fora do Banco do Brasil:

Membro da Comissão de Sindicância instituída para o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS).

Membro da Comissão de Sindicância instituída para a Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

Assessor Jurídico do Grupo de Trabalho constituído na Escola de Estado-Maior do Exército, após a Revolução, no Conselho de Segurança Nacional, para o preparo e instrução dos processos de cassação de direitos políticos.

Assessor da Comissão Geral de Investigações, sob a presidência do Almirante Paulo Bosício.

Assessor Jurídico e Relator da Comissão de Alto Nível instituída pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, Marechal Juarez de Oliveira, sob a Presidência do General de Brigada Manoel Gomes, para apurar a responsabilidade de administradores favorecidos com foro especial.

Títulos: Membro efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros, já tendo integrado sua Diretoria.

Membro da União Brasileira de Direito Criminal.

Seminarista de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

Livros publicados:

"Sistema Constitucional Brasileiro" (2 volumes)

"Comentários à Constituição do Estado da Guanabara"

"Regime Fiscal das Sociedades"

"Constituição das Sociedades Comerciais"

"Da Defesa na Execução Criminal"

"Prática do Processo Penal"

"Prática do Processo das Causas dadas"

"A Lei de Valências Imobiliárias"

"Normas Consolidadas do Processo Civil"

"A Nova Lei do Inquilinato Consolidada"

"Teoria e Prática do Condomínio"

No prelo:

"Direção Contemporânea e Prática do Direito Judiciário Brasileiro"

Outros trabalhos:

"Imunidade de Jurisdição Civil dos Agentes Diplomáticos"

"Reforma Judiciária e Simplificação do Processo" (Tese apresentada ao Instituto dos Advogados de S. Paulo).
"Responsabilidade Civil dos Bancos pelo Pagamento de Cheques Falsos"

"O Caso da Última Hora e o Banco do Brasil (Memorial forense)."

"Esbôço de Constituição para o Estado da Guanabara".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 58, DE 1967

(Nº 77, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Milton Luiz Pereira, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Paraná.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

MILTON LUIZ PEREIRA

Filiação: José Benedito Pereira e Júlia Pinto Pereira.

Nascimento: 9 de dezembro de 1932.

Naturalidade: Itatinga, Estado de São Paulo.

Estado Civil: Casado.

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob nº 1.835.

Atualmente está exercendo o mandato de Prefeito Municipal de Campo Mourão, Estado do Paraná, eleito pela legenda do Partido Democrata Cristão, período de 5-12-63 a 5-12-1967.

Cursos:

Comercial — Escola Técnica de Comércio Remington do Paraná (Ex-Faculdade de Comércio do Paraná), de 1950-1953, diploma registrado junto ao Ministério da Educação e Cultura, sob nº 182.892.

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, turma de 1958, diploma, registrado junto ao Ministério da Educação e Cultura, sob o nº 25.902.

De imediato, passou ao exercício profissional na sede da Comarca de Campo Mourão, Estado do Paraná, onde militou na advocacia, desde janeiro de 1959 a dezembro de 1963, quando ficou impedido legalmente, face ao exercício mandato de Prefeito.

Durante esse período de exercício profissional, com uma das mais conceituadas bancas da região, advogou em 74 ações cíveis e 523 ações criminais, referendando as mais diversas e complexas teses jurídicas.

Paralelamente, lecionou Latim no Ginásio e, também, Prática Jurídica na Escola de Comércio Santo Inácio, ambos em Campo Mourão.

Cursos de extensão realizados:

Direitos Civil;

Estado Político e Sociais;

Medicina Legal (Prof. Flaminio Fátima);

Medicina Legal (Professor Hélio Gomes);

Estudos Sociológicos;

Utilidade e Conveniência da Pena de Morte;

Estudos Jurídicos;

Normas Básicas para a Higiene Mental da Mocidade;

Direito Civil (Professora Regina Gondim Dias);

Direito Penal (Professor Luiz Jiménez de Asúa);
Direito Penitenciário;
Direito Constitucional;
Extensão Universitária (Natal-RN).
Classificado, em 1º lugar, como o melhor orador universitário do Brasil, durante o "VII Concurso Nacional de Oratória", realizado em Natal.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 59, DE 1967

(Nº 79, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter a egrégio Senado Federal o nome do Bacharel José Cândido de Carvalho Filho, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Bahia.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

JOSÉ CÂNDIDO DE CARVALHO FILHO

Filiação: José Cândido de Carvalho e Maria Emília de Carvalho.

Data do Nascimento: 13 de abril de 1924.

Naturalidade: Boa Viagem, no Estado do Ceará.

Em 1945 e 1946, integrou a equipe de reportagem do diário "O Imparcial", editado em Salvador;

Em 1946 fez parte do corpo redacional do jornal católico "O Mensageiro da Fé", do Convento de São Francisco;

Em 1947 e 1958 lecionou Francês no Colégio Duque de Caxias, em Salvador, Estado da Bahia;

Em 1947 e 1948 lecionou Francês no Colégio "7 de Setembro", em Salvador, Estado da Bahia;

Aprovado no Exame de Licença para a cadeira de História-Geral, na Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia (1949);

Aprovado no concurso para a Cadeira de História-Geral do Instituto Municipal de Educação, em Ilhéus, no Estado da Bahia, tendo apresentado a tese: "A República Romana e a Reforma Social";

1949-1959 — Além da atividade de professor, manteve escritório de Advocacia, em Ilhéus, no Estado da Bahia;

1953-1957 — lecionou na Escola Normal a cadeira de Noções de Direito Civil e Administração Pública.

A partir de 1959 tem exercido advocacia perante o Egrégio Tribunal de Justiça da Bahia;

1931 — fundou em Ilhéus um semimário intitulado "Últimas Notícias", do qual foi o Diretor durante dois anos;

1961 — Integrante da Associação Baiana de Imprensa;

1961-1965 — Fêz o curso de Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, Seção de Direito Penal;

Regente da 2ª Cadeira de Direito Penal na Faculdade Católica de Direito de Ilhéus (1964);

1965 — Publicou o trabalho "A Criminalidade na Região Cacauera";

Pertence ao corpo redacional do "Diário da Tarde", em Ilhéus;

Deputado Estadual. Por três anos consecutivos foi Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa da Bahia, tendo elaborado importantes pareceres sobre diferentes aspectos da Organização Administrativa do Estado.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 60, DE 1967

(Nº 82, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter a egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Celso Dias de Moura, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em São Paulo.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

CELSONO DIAS DE MOURA

Filiação: José Tavares de Moura e Orminda Dia de Moura.

Data do nascimento: 10 de abril de 1916.

Naturalidade: Guaraniésia, Estado de Minas Gerais.

Formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, nº 3629; Integrante da equipe de um dos escritórios de advocacia da Capital do Estado de São Paulo;

Membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, de 1954 a 1963, tendo sido, por vários anos, Diretor Substituto da Presidência;

Foi Presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (1961);

Exerce, atualmente, as funções de Diretor Regional em São Paulo, do Banco Nacional de Habitação; participou, nessa qualidade, do II Seminário de Administração Bancária, realizado pelo Centro de Pesquisas e Publicações da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas;

Emprestou, após o Movimento de 31 de Março de 1964, a sua colaboração profissional junto à Comissão de Investigação Sobre Seguros e ainda junto à Comissão de Inquérito Policial-Militar na Caixa Econômica Federal de São Paulo;

Participou do Ciclo de Estudos das Bases para o Estabelecimento de uma Doutrina de Segurança Nacional, realizado pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, do qual é sócio colaborador na Delegacia de São Paulo.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 61, DE 1967

(Nº 83, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Clovis de Mello, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Mato Grosso.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Clovis de Mello

Filiação: Virgílio Corrêa de Mello e Clotilde de Miranda Mello.

Data do nascimento: 18 de maio de 1933.

Naturalidade: Cuiabá — Mato Grosso.

Estado Civil: Casado.

Bacharel em Direito, tendo colado grau aos 19 do mês de dezembro de 1953, inscrito na O. A. B. — MT., sob o nº 220, em 13 de março de 1956.

Funções:

Chefe de Polícia do Estado de Mato Grosso, no período de 31 de janeiro de 1961 a 10 de janeiro de 1964.

Professor interino da Cadeira de Direito Judiciário Penal do 5º Ano da Faculdade de Direito de Mato Grosso.

Professor da cadeira de Direito Usual da Escola Técnica de Comércio de Cuiabá.

Membro do Conselho da O. A. B. — MT.

Exerce, atualmente, as funções de Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Mato Grosso — IPEMAT.

Aprovado em 1º lugar, no concurso para Juiz de Direito do Estado, realizado em agosto de 1935.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 62, DE 1967

(Nº 85, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Maria Rita Soares de Andrade, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. —
H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Maria Rita Soares de Andrade
Naturalidade: Aracaju — Estado de Sergipe.

Profissão: Advogada.

Graduação: Formada em Direito pela Faculdade da Universidade da Bahia, em 1926.

Profissão: Advogada. Exerceu a profissão em Aracaju, como provisionada, por concurso, pelo Tribunal de Justiça de Sergipe de 1923 a 1925. De 1925 a 1926, em Salvador, Bahia; de 1926 a 1938 em Sergipe; de 1938 até o presente, no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Cargos e funções: Em Sergipe: foi membro do Ministério Público na Capital e do Conselho Penal e Penitenciário.

Procurador Fiscal Interino da Fazenda Nacional.

Funcionou *ad hoc* como Procurador da República e Procurador-Geral do Estado.

Foi professora de Literatura no Atheneu Sergipense por concurso, e de Direito Comercial na Escola de Comércio.

Consultoria Jurídica da Empresa Tracção Elétrica de Aracaju e da Cia. Industrial da Estância.

No Rio de Janeiro: foi professora de literatura no Colégio Pedro II.

Foi professora de Processo Civil da Escola Técnica de Comércio.

Concursos: De Títulos e Provas de Literatura no Atheneu Sergipense — Aracaju — Sergipe (1928).

Para Juiz de Direito da Comarca de Vilanova, em Sergipe, aprovada e incluída na lista triplíce (1934).

De títulos para a Cadeira de Literatura do Colégio Universitário, da Universidade do Brasil (1938).

Congressos e Conferências: Conferência Penal e Penitenciária — Rio de Janeiro, em 1930; apresentou e viu aprovada a tese "Admissão da Mulher no Tribunal do Júri" Segundo Congresso Internacional Feminista, em 1931, no Rio de Janeiro. Teses apresentadas: "Dos crimes contra a Honra"; "Do adultério como crime de ação pública"; "Do Infanticídio —

Extinção da responsabilidade do pai"; "Mulheres Caminhos — Situação no Brasil"; "Reforma do para mulheres"; "Polícia Feminina". Três dessas teses estão consagradas na prática, pela legislação: A mulher partícipe do Tribunal do Juri; foi reformado — para mulheres. Foi criada a Polícia Feminina na Guarnição e em vários Estados.

Primeiro Congresso Feminino Hispano-Americano — Madrid — Tesor. "Situação Jurídica da Mulher — Reindicação" — 1931. Presidiu a primeira sessão de encerramento e foi oradora oficial da de encerramento. Oitava Conferência Inter-Americana de Advogados — São Paulo, em 1954. Relatora, no Conselho de Direito Público do Tema: "Da Legítima Defesa do Regime Democrático contra o Comunismo e o Facismo". Primeiro Congresso do Ministério Público — São Paulo 1954 — observadora.

Última Conferência Inter-Americana de Advogados — Buenos Aires Argentina. Delegada do Instituto dos Advogados Brasileiros. Presidiu a 2ª Comissão — Direito Constitucional — por indicação dos Delegados Argentinos em eleição unânime. Sustentou em plenário as conclusões da mesma, obtendo prioridade para os temas de Direito Público sobre os de Direito Privado. Primeiro Congresso Jurídico Nacional, pelo Centenário de Clóvis Bevilacqua, em Fortaleza, Ceará, em 1959. Apresentou e viu aprovada indicação pela derrogação do inciso II do art. 6º do Código Civil — relativa incapacidade da mulher casada. Segunda Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil — São Paulo — 1960. Defendeu a tese da Derrogação do São Paulo para a criação da Previdência Social para o advogado. Como representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil participou do grupo de trabalho que elaborou o Antiprojeto de Regulamentação da lei 4.103-A, que criou a Comissão de Serviço Social do Advogado, no IPASE.

Instituições: Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros. Foi parte da antepenúltima Diretoria, como 3º V. e Presidente.

A primeira mulher membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, integrando o Conselho da Guanabara, e, por delegação deste, a primeira mulher do Conselho Federal da Ordem dos Advogados.

Atualmente representa o Acre no Conselho Federal. Ex-Presidente da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias e ex-consulora jurídica da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Trabalhos publicados: "A Mulher e a Literatura das Línguas Novelas" — tese para concurso no Alfeuçu Borgeense 1928.

"Da Banca e do Aval no Direito Brasileiro".

"O Posse dos Direitos Pessoais".

"A Preciso admitir a rescisão na Justiça do Trabalho".

"O Crime da Rua de Campo".

"Os Delírios no Maranhão — Crime Político".

Tradução: Fúndos e direitos em Aracaju, Sergipe, a revista "Renovação" de 1931 a 1934. Foi redatora da "Jornal do Brasil" de 1934 a 1963.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 63, DE 1967

(Nº 63, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao

carégio Senado Federal o nome do Bacharel José Anselmo de Figueiredo Santiago cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Pará.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

José Anselmo de Figueiredo Santiago
Filiação: Lyceuro Norbal de Oliveira Santiago e Epenina Ribeiro Santiago.

Data do nascimento: 27 de novembro de 1928.

Naturalidade: Paraense.

Técnico em Contabilidade, diplomado pela Fênix Caixaerial Paraense em data de 14 de janeiro de 1953.

Bacharel em Direito, diplomado pela Faculdade de Direito da Universidade do Pará, em 4 de outubro de 1959.

Juiz de Direito da Comarca de Marabá, Pará, após aprovação em concurso prestado perante o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em setembro de 1962.

Pretor da Capital, 2ª Pretoria Civil, no período de janeiro de 1960 a outubro de 1962.

Escrivão da 3ª Pretoria Criminal, em Belém do Pará, no período de janeiro a agosto de 1951.

Escrivão juramentado e escrivão do cartório do 1º Ofício de Ofícios, Ausentes e Interditos da comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, no período de agosto de 1951 a janeiro de 1960.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 64, DE 1967

(Nº 64, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Sr. Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Excmo. Senado Federal o nome do Bacharel Cleveland Maciel, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Guanabara.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Nome — Cleveland Maciel.
Filiação: Amantino Ferreira Maciel e Regina de Aguiar Maciel.

Naturalidade: Sant'Anna dos Perceiros da Barra do Escalhão (hoje município de Guaraciaba, Estado de Minas Gerais).

Data do nascimento: 16 de agosto de 1908.

Estado Civil: Solteiro — Profissão: Redator da Agência Nacional.

Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, turma de 1929.

Advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção da Guanabara, tendo exercido essa mesma profissão no Estado de Minas Gerais, e, eventualmente, nos de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Juiz da Comarca de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais.

Membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, do Ministério da Justiça.

Oficial de Gabinete do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, na gestão do Ministro Francisco Campos.

Inspetor federal do ensino médio e assistente técnico do Secretário de Educação e Cultura do antigo Distrito Federal.

Quando membro da Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que era, ao mesmo tempo, da natureza jurisdicional, legislativa e administrativa, teve ocasião de proferir pareceres versando as mais diversas matérias de direito, colaborando na revisão e feitura de projetos de lei sobre os assuntos mais variados, bem como na solução de problemas administrativos de todos os Estados e Municípios do Brasil.

Todos esses pareceres se acham no original, recolhidos no arquivo da extinta Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais, depois de terem sido publicados no *Diário Oficial* e também, muitos deles, na revista "Arquivos do Ministério da Justiça". Cópias de alguns desses trabalhos, que ainda se encontram disponíveis, são aqui relacionados:

Trabalhos jurídicos: "A Transação dos Impostos", tese apresentada à Congregação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, para concurso à docência livre da cadeira de Finanças Públicas.

"A Obrigatoriedade da Lei e a Ordem Jurídica", tese sobre a extintividade da lei institucional, sustentada perante o Supremo Tribunal Federal.

"Que tem a ser 'Impedimento'?", sugestão apresentada à Comissão de Juristas de Alto Nível que no momento procede à revisão constitucional.

Pareceres proferidos na Comissão de Estudos dos Negócios Estaduais:

1 — "Eficácia da lei interpretativa no tempo".

2 — "Natureza comunitária da isenção tributária".

3 — "Poder de nomear e direito de escolher".

4 — "Isenção tributária de bens eclesásticos".

5 — "Organização judiciária da Bahia".

6 — "Autonomia Municipal".

7 — "Organização judiciária de Sergipe".

8 — "Distinção entre taxa e imposto".

9 — "Recursos administrativos. Normas processuais".

10 — "Organização Judiciária do Ceará".

11 — "Isenção fiscal de bens eclesásticos".

12 — "Desmembramento de cartório. Não se confunde com desanexação".

13 — "Juiz. Funcionário de classe especial".

14 — "Empréstimos municipais. Autorização federal".

15 — "Desapropriação por utilidade pública".

16 — "Organização judiciária do Rio Grande do Norte".

17 — "Favores fiscais ao capital parassitário".

18 — "Estética urbana. Anúncios comerciais em jardins públicos".

19 — "Juiz em disponibilidade. Contagem de tempo".

20 — "Função extra-fiscal do imposto. Caso em que não é admitida".

21 — "Organização judiciária. Desmembramento de cartório".

22 — "Aposentadoria. Contagem de tempo".

23 — "Contribuição de melhoria. Critério para a divisão do custo da obra pública entre o possuidor e o proprietário beneficiado".

24 — "Desmembramento de cartório. Direito adquirido".

25 — "Empréstimos municipais. Afastamento de intermediários".

26 — "Contribuição de melhoria. Base em que deve ser calculada".

27 — "Caixas Econômicas. Isenção tributária".

28 — "Independência dos Poderes. Comprometimento do Juiz Adelino Nogueira (Bahia) em serviço legislativo".

29 — "Impostos estaduais. União e ação".

30 — "Isenção tributária. Repúdio ao privilégio individual".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 65, DE 1967

(Nº 65, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor

Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Excmo. Senado Federal o nome do Bacharel José Nery da Silveira, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Sul.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

José Nery da Silveira

Filiação: Severino Silveira e Maria Rosa Machado Silveira.

Data do nascimento: 21 de abril de 1932.

Naturalidade: Lavras do Sul, RS, Estado Civil: Casado.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo o colégio grau em dezembro de 1953, com a menção "honrosamente de Aluno Laureado".

Em 1958, concluiu o Curso de Bacharel em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em 1953, através de concurso público, ingressou no serviço público, no cargo de Escrivão do Serviço Público (hoje, Conselho de Serviço Público), onde, até 1957, exerceu, dentre outras, as funções de Técnico de Administração e de Assessoramento ao referido Conselho.

No período de 1 de abril de 1961 a 30 de junho de 1962, desempenhou o cargo de Assistente Jurídico, em comissão, na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

A 1 de julho de 1962, assumiu o cargo de Conselheiro J. J. na Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul, em virtude de aprovação em concurso público, sendo titular efetivo dessa posição.

Foi nomeado Conselheiro, em substituição, do Conselho do Serviço Público, a 1 de fevereiro de 1965, no cargo de Assessoramento ao exercício desse cargo, até 19 de março do mesmo ano, quando o Governador do Estado o nomeou para o cargo de Conselheiro Geral do Estado, cujas funções ora vem desempenhando.

Membro do Conselho Consultivo da Administração do Departamento Estadual de Abastecimento de Leite (DEAL) órgão de deliberação coletiva.

va, no lapso de 14.8.1959 a 19.3.65, do qual, ininterruptamente, ocupou a presidência, por sucessivas recondições de seus pares.

Professor de Direito Civil, desde 1960, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e Assistente da cadeira de Introdução à Ciência do Direito, na Faculdade de Direito de Porto Alegre da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, desde 1963.

Advogado militante, desde 1955.

Possui trabalhos publicados no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. (Vd. dentre-outras, as edições de 20.5.56 — 20.11.56 — 12.3.65 — 19.5.65 — 28.5.65 — 19.6.65 — 20.8.65 — 24.9.65 — 1.12.65 — 6.12.65 — 12.3.65 — 12.3.66 e 13 de maio de 1966.) Tem publicado, outrossim, o discurso pronunciado, em 22.12.65, como paraninfo da turma de Bacharéis em Direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul sob o título "Revolução e a Evolução do Direito", edit. Oficinas Gráficas Dom Bosco, 1966.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 66, DE 1967

(Nº 89, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do § 1º do art. 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Jorge Lafayette Pinto Guimarães, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal na Guanabara.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Jorge Lafayette Pinto Guimarães

Data do nascimento: 8 de setembro de 1917.

Bacharel em Direito, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, tendo colado grau em dezembro de 1938.

Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do antigo Distrito Federal, em 1939, exercendo ininterruptamente, desde então, a advocacia naquela cidade.

Exerce, no momento, o cargo de Consultor Jurídico da Eletrobrás.

Presidente do Conselho da Ordem dos Advogados (Seção do Estado da Guanabara) no biênio 1963/65, sendo atualmente, como ex-Presidente, membro nato do mesmo Conselho.

Integrou, anteriormente, o mesmo Conselho Seccional, então do Distrito Federal, nos biênios de 1955/57, e 1957/59, fazendo parte, nestes períodos, da Comissão de Sindicância.

Membro da Comissão de Assistência Judiciária, da Ordem dos Advogados do Brasil (Seção do Distrito Federal), no biênio 1953/55.

Sócio Efetivo do Instituto dos Advogados Brasileiros, desde 23 de novembro de 1939.

Como representante da Ordem dos Advogados, integrou a Comissão de Inscrição e Títulos, nos concursos para Juiz Substituto, do então Distrito Federal e dos Territórios, realizados nos anos de 1955 e 1959.

Em abril de 1959, foi classificado pelo Tribunal de Justiça na lista triplíce organizada para a nomeação de Desembargador, tendo sido o mais votado.

Em maio de 1965, foi novamente incluído pelo Tribunal de Justiça, na lista triplíce organizada para a nomeação de Desembargador, tendo ob-

tido um voto a menos, do que o 1º colocado.

Foi o 3º Suplente de Preitor (139/40), no antigo Distrito Federal.

Juiz Efetivo do Tribunal Regional Eleitoral, na categoria de juristas, tendo exercido o mandato no biênio 1959/61.

Juiz Suplente, do mesmo Tribunal, no biênio de 1957/59.

Representando a Ordem dos Advogados, integrou a Comissão Examinadora, no Concurso realizado em 1962/63, para Procurador do Estado. Fez parte da Comissão Examinadora, no concurso para Defensor Público, realizado em 1963.

Em 1964, integrou a Comissão Examinadora no Concurso para Professor Catedrático de Direito Processual Civil, na Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, por designação do respectivo Conselho Departamental.

Em março de 1965, foi designado pelo Conselho Departamental da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, para integrar a Comissão Examinadora, do concurso para docência-livre de Direito Comercial.

Sócio Fundador da Seção Brasileira da Associação Internacional de Direito do Seguro, exercendo, no momento, a sua Presidência.

Sócio Fundador da Sociedade Brasileira de Direito Processual Civil, Seção do Estado da Guanabara.

Sócio da Associação de Direito Internacional (Seção Brasileira da International Law Association).

TRABALHOS PUBLICADOS

Apólice de Seguro — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 4, pág. 18/32.

Apuração de Haveres — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 4, pág. 68/79.

Assistência — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 4, pág. 337/355.

Beneficiário — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 5, pág. 370/378.

Bom Fama — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 5, pág. 64/66.

Caução as Custas — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 7, pág. 394/405.

Código de Processo Civil — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 9, pág. 255/261.

Cóisa Julgada — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 9, pág. 281/288.

Conhecimento (Processo Civil) — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 11, pág. 30/43.

Contestação da Lide — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 12, pág. 144/150.

Contumácia — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 3, pág. 28/34.

Cumulação de Ações — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 14, pág. 103/105.

Cumulação de Pedidos — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 14, pág. 106/109.

Delegação de Jurisdição — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 15, pág. 156/157.

Dependência — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 15, pág. 200/201.

Depósito — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 15, pág. 206/209.

Depósito Preparatório de Ação — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 15, pág. 209/212.

Dúvida — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 19, pág. 197/200.

Forma — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 23, pág. 102/103.

Fora Certa (Citação com) — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 25, pág. 137/142.

Incomunicação (no Direito Civil) — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 26, pág. 299/303.

Instrumento — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 27, pág. 291/292.

Interesse — in Repertório Enciclopédico do Direito Brasileiro, Vol. 28, pág. 1/3.

Duplicidade de Transcrição do mesmo Título no Registro de Imóveis — in Revista de Direito Imobiliário, Vol. 26, pág. 207/211.

Cláusula Proibitiva de Segunda Hipoteca — in Revista de Direito Imobiliário, Vol. 29, pág. 173/177.

A Cessão de Grau no Direito Hipotecário Brasileiro — in Revista de Direito Imobiliário Brasileiro, Vol. 28, pág. 3/9.

O Suicídio no Seguro de Vida — Revista do I.R.B. nº 148, pág. 19/27.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 67, DE 1967,

(Nº 90, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Otto Rocha, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto no Distrito Federal.

Brasília, 13 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

OTTO ROCHA

Filiação: Carlos Rocha e Esmeraldina Barroso Rocha.

Data do nascimento: 11 de agosto de 1913.

Naturalidade: São João Nepomuceno, Estado de Minas Gerais.

Estado Civil: Casado.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, turma de 1950.

Nomeado auxiliar de lançamentos da Secretaria de Finanças, em Belo Horizonte, por concurso de provas, em 1937.

Transferido para o extinto Departamento do Serviço do Café do Estado de Minas Gerais, em 1933, para exercer o cargo de graticante.

Promovido a 4.º Oficial, em 1942 e a 3.º Oficial em 1944.

Nomeado Tesoureiro do extinto Departamento da Fazenda de Minas Gerais, no Rio de Janeiro, em 1946.

Designado advogado da Rede de Viiação Paraná — S. Catarina, Escritório do Rio de Janeiro, em março de 1951.

Nomeado Procurador de 3.ª categoria, em 1953, por concurso de títulos (Lei nº 2.123-53).

Requisitado, em 1957, para exercer as funções de Assistente do Consultor Geral da República.

Com a criação da Rede Ferroviária Federal S.A., foi convocado, em outubro de 1957, para Assessor do Diretor Jurídico da Empresa.

Organizado o Departamento Jurídico da Rede, em 1958, foi servir naquele órgão, na qualidade de Procurador.

Em junho de 1960, foi designado, por Decisão da Diretoria, para exercer as funções de Representante Jurídico da Rede Ferroviária Federal S.A., em Brasília.

Por Ofício G-102-63, de 22.11.1963, do Exmo. Senhor Ministro Presidente do Egrégio Supremo Tribunal Federal, foi colocado à disposição daquele Tribunal, para exercer o cargo de Secretário Jurídico.

Pela Resolução nº 9, de maio de 1964, do Senhor Coronel Interventor da Rede Ferroviária Federal S.A., foi designado para responder pela Chefia do Escritório de Representação da Rede Ferroviária Federal S.A., sem prejuízo das funções de Representante Jurídico.

Por decreto do Exmo. Sr. Presidente da República, de 23 de fevereiro de 1965, foi promovido, por merecimento, no Quadro Extinto — Parte XIII — do Ministério da Viação e Obras Públicas, a Procurador de 2.ª categoria.

Exerce, atualmente, as funções cumulativas de Chefe do Escritório de Representação e de Representante Jurídico da Rede Ferroviária Federal S.A., em Brasília.

Carta de Solicitador em 1948 — Inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do antigo Distrito Federal, sob o nº 6.056 — tendo exercido ininterruptamente a advocacia, no fóro do Rio de Janeiro e junto aos Tribunais Superiores desde 1951 até 1960, quando se transferiu para a Capital.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 68, DE 1967

(Nº 113, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Pedro da Rocha Acioli, cujo *curriculum vitae* segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto de Alagoas.

Brasília em 18 de janeiro de 1967. — H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

PEDRO DA ROCHA ACIOLI

Filiação — Ulysses da Rocha Calvalcante e Lina da Rocha Acioli.

Diplomado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de Alagoas, em 1952.

Advogou como solicitador no escritório do Prof. Ciridiano Durval e Silva, em 1951-1952.

Aprovado em concurso de Juiz de Direito perante o Tribunal de Justiça de Alagoas, em 1953, obtendo o 1.º lugar.

Aprovado em concurso para Promotor Público, perante o mesmo Tribunal, em 1953, sendo classificado em 3.º lugar.

Nomeado em 1953, Juiz de Direito da Comarca de Major Izidoro, no Estado de Alagoas.

Foi removido, ainda em 1953, a pedido para a Comarca de Porto de Pedras.

Em 1955, a pedido, foi removido para a Comarca de Quebrângulo.

Ainda em 1955, prestou concurso perante o Tribunal de Justiça de Pernambuco, para Juiz de Direito, obtendo aprovação e nomeação para a Comarca de Parnamirim.

Promovido por merecimento de Quebrângulo para a Comarca de Arapiraca, que passou de 1.ª entrância para a 2.ª, em 1955.

Em 1958 foi removido a pedido, da Comarca de Arapiraca para a de Viçosa, neste Estado, onde exerce as funções judicantes.

Antes da sua diplomação em Direito foi escriturário da Administração do Porto de Maceió, onde chegou a responder pela Secretaria.

Em 1952, auxiliar de biblioteca da Faculdade de Direito de Alagoas.

Professor de História no Ginásio de Pilar.

Professor dos Ginásios de Arepiraca e Viçosa.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 69, DE 1967

(Nº 114, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do Artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Carlos Gomes de Barros, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal de Alagoas.

Brasília, em 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco

CURRICULUM VITAE

Carlos Gomes de Barros

Data do Nascimento — 25 de julho de 1906.

Estado civil — Casado.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife, onde se diplomou em Ciências Jurídicas e Sociais, em 1932.

Exerceu as funções de Promotor de Maceió e de São Miguel dos Campos, na qualidade de adjunto e o cargo de Juiz Municipal, na cidade de Marechal Deodoro.

Iniciou-se na advocacia na cidade de Maceió, sendo inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil em 1932.

Em 1933, nomeado titular da 1ª Delegacia Auxiliar da Capital do Estado, tendo exercido eventualmente a Chefatura de Polícia.

Em 1936, nomeado, mediante concurso, Promotor Público da Comarca de São Luiz de Quitunde, função que exerceu até 1942, renunciando para dedicar-se às atividades de advocacia na capital do Estado.

Em 1946, eleito deputado à Assembleia Constituinte Estadual, tendo seu mandato de deputado estadual renovado por duas legislaturas.

Em 1958, eleito deputado federal, como representante de Alagoas, integrando a Comissão de Constituição e Justiça.

Em 1962, nomeado membro do Conselho Nacional de Telecomunicações, como representante partitório.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 70, DE 1967

(Nº 115, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao Egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Armindo Guedes da Silva, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal no Rio Grande do Norte.

Brasília, em 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

CURRICULUM VITAE

Nome: Armindo Guedes da Silva
Naturalidade: Caicó — Estado do Rio Grande do Norte.

Data do nascimento: 21 de abril de 1927.

Estado civil: Casado.
Curso Superior de Bacharel em Direito.

Diploma de Bacharel em Direito. Registro nº 14. Órgão de expedição Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Classificação: 1º lugar na última série do curso.

Atividades que exerce: Consultor Geral do Estado do Rio Grande do Norte.

Advogado Militante.

Consultor Jurídico do Automóvel Clube do Rio Grande do Norte.

Professor de Instituições de Direito Público — da Faculdade de Ciências Econômicas agregada à Universidade do Rio Grande do Norte.

Atividades exercidas. Ex-Professor de Introdução à Administração da Faculdade de Ciências Econômicas agregada à Universidade do Rio Grande do Norte.

Ex-Professor de Administração da Escola de Serviço Social agregada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Ex-Professor de Direito Administrativo do Centro de Treinamento do Estado do Rio Grande do Norte.

Ex-Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.

Ex-Diretor Geral do Departamento de Administração do Estado do Rio Grande.

Ex-Procurador Substituto Eventual da Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio Grande do Norte.

Concursos Públicos: Concurso de Provas e Títulos realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para provimento em cargo de Promotor de Justiça.

Concurso de Provas e Títulos realizado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para provimento em cargo de Juiz de Direito.

Concurso para o Serviço Público realizado pelo D.A.S.P.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 71, DE 1967

(Nº 116, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Juarez do Nascimento Fernandes Tavora Filho, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco.

Brasília, 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Juarez do Nascimento Fernandes Tavora Filho

Filiação: Juarez do Nascimento Fernandes Tavora e Maria Belisário Tavora.

Data do nascimento: 28 de abril de 1932.

Naturalidade: Rio de Janeiro (GB). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Distrito Federal, turma de 1959.

Doutor em Direito pela mesma Escola, em 1962.

— Estagiou, de junho de 1954 a julho de 1959, no Escritório de Advocacia Saboia de Medeiros, onde teve ampla experiência forense, sobretudo junto ao Egrégio Tribunal Federal de Recursos.

— Além de exercer a advocacia, depois de formado trabalhou, de agosto de 1959 a outubro de 1961, na empresa Shell Brazil Limited e de janeiro-1962 a outubro-1963, na Companhia Siderúrgica da Guanabara (COSIGUA).

— Em abril-1964 foi designado Secretário Particular do Ministro da Viação e Obras Públicas, dispensado, a pedido, em setembro-1965;

— Acompanhou o Ministro da Viação e Obras Públicas à República do Paraguai, na qualidade de Secretário "ad hoc";

— Em setembro de 1964 foi empossado no cargo de Suplente de Representante do Governo, da Junta Interventora no Conselho Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Transportes e Cargas, dispensado, a pedido, em abril de 1966;

— Em 23 de novembro de 1964 foi nomeado Substituto de Procurador do Trabalho Adjunto, cargo em que se empossou aos 24 de fevereiro de 1965.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 72, DE 1967

(Nº 117, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Genival Matias de Oliveira, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto na Paraíba.

Brasília, em 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Genival Matias de Oliveira

Naturalidade: Estado da Paraíba. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife.

Ex-Prefeito do município de Conceição, Estado da Paraíba.

Promotor Público, por concurso. Juiz de Direito, por concurso.

Atualmente é o Juiz de Direito da Comarca de Cuité, Estado da Paraíba.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 73, DE 1967

(Nº 118, DE 1967, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Orlando Cavalcanti Neves, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal em Pernambuco.

Brasília, em 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Orlando Cavalcanti Neves

Filiação: José Neves Filho e Júlia Cavalcanti Neves.

Data do nascimento: 18 de novembro de 1913.

Naturalidade: Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Recife, Turma de 1961;

— Inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco, como solicitador em 7.7.1960 e como advogado em 13.3.62, exercendo a profissão no foro do Recife;

Exerceu os seguintes cargos:

— Fiscal do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes;

— Membro da Junta de Julgamento e Revisão do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos;

— Diretor do Departamento de Administração da Secretaria da Fazenda, em Pernambuco, no início do Governo Paulo Guerra;

— Exerce, atualmente, as funções de Secretário das Finanças da Prefeitura Municipal do Recife;

— Dirigente de equipe no 1º Ciclo de Estudos da Doutrina de Segurança Nacional, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra em Recife, sendo o vice-presidente da Associação Pernambucana de Estudos da Doutrina de Segurança Nacional, colaboradora da ADESG, fundada pelos concluintes desse Ciclo;

— Presidente da Confederação das Famílias Cristãs de Pernambuco (3º mandato) e presidente do Centro de Navegação Marítima de Pernambuco.

— Pertence ao Rotary Club do Recife (Centro), onde ocupa a classificação de "Diretor-Advogado Comercial".

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM

Nº 74, DE 1967

(Nº 119-67, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Na forma do parágrafo 1º do artigo 74 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, tenho a honra de submeter ao egrégio Senado Federal o nome do Bacharel Emerson Câmara Benjamin, cujo curriculum vitae segue anexo, para exercer o cargo de Juiz Federal Substituto em Pernambuco.

Brasília, em 18 de janeiro de 1967.
— H. Castello Branco.

"CURRICULUM VITAE"

Emerson Câmara Benjamin

Filiação: João Emerson Benjamim (falecido) e Laudelina Câmara Benjamim.

Data do Nascimento: 24 de novembro de 1940.

Naturalidade: Recife, no Estado de Pernambuco.

Formação Universitária:

1. Ciências Jurídicas e Sociais — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco — 1963 (5 anos);

2. Ciências Sociais — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco — 1963 (3 anos);

3. Didática — Faculdade de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco — 1963 — (1 ano);

4. Curso de Doutorado (matriculado) Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco.

Extensão Universitária:

1. Curso de Direito Civil, ministrado na Faculdade de Direito da Universidade do Recife;

2. Curso de Conversação em Língua Inglesa (1-5 a 26-11-58);

3. Curso de Introdução ao Estudo de Problema de Relações Interregionais do Brasil — 1960;

4. Curso de Literatura Luso-Brasileira (1960);

5. Curso sobre "O Pensamento Político no Século XVIII" (1961);

6. Curso de Introdução à Sociologia do Direito (1961);

7. Curso de Sociologia do Direito (1963);

8. Curso de Direito Eleitoral (1963).

Outras atividades:

1. Ex-Oficial de Gabinete e Ex-Chefe de Gabinete (interino) do Reitor da Universidade do Recife (1959-1961);

2. Ex-Auxiliar da Procuradoria Judicial da Universidade do Recife (1962-1964) e Secretário dos Conselhos e Geral (1965);

3. Ex-Professor de Cultura Brasileira da Fundação Educacional do

Distrito Federal (Brasília), entre março-1964 e maio-1964;

4. Ex-Professor da Cadeira de Estudos Sociais (Organização Social e Política) da Escola Técnica Federal de Pernambuco, da Rede do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura ago-dez-64;

5. Assistente Jurídico (contratado) da Escola Técnica do Recife (atual Escola Técnica Federal de Pernambuco), em exercício desde janeiro de 1965;

6. Advogado do Sindicato de Transportadores de Cargas de Pernambuco (em exercício);

7. Advogado da Cooperativa dos Transportadores de Açúcar do Recife (em exercício desde agosto de 1965);

8. Advogado no Foro do Recife, inscrito Trabalhista;

9. Promotor Público, Interino, da Comarca de São Vicente Ferrer, desde 30 de julho de 1963, em exercício;

10. Advogado no Estado da Guianabara (1963);

Títulos:

— Bacharel em Direito;
— Bacharel em Ciências Sociais;
— Licenciado (Didática);
— Ex-Professor da Fundação Educacional de Brasília;

— Ex-Professor de Estudos Sociais da Escola Técnica Federal de Pernambuco;

— Professor de Educação Cívica do Ginásio Elias Guedes;

— Promotor Público Interino de São Vicente Ferrer;

— Curso de Doutorado (matriculado) Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco;

— Ex-Secretário dos Conselhos da Universidade Federal de Pernambuco;

— Ex-Secretário-Geral da Universidade Federal de Pernambuco (Interino);

— Inscrito para o Concurso de Juiz de Direito no Estado da Paraíba;

Trabalhos a publicar:

— Ideologia dos Partidos Políticos;
— Notícia Jurídica do Casamento;

— Pareceres.
— A Comissão de Constituição e Justiça.

EXPEDIENTE RECEBIDO

LISTA Nº 1, DE 1967

Sugestões e Observações Sobre a Nova Lei de Imprensa:

Sr. Roberto Brown, Presidente Comitê Executivo Tom Harris — Presidente Comissão Liberdade de Prensa Sociedade Interamericana de Prensa — New York — 29.12.66.

Arcênio Tavoilieri — Presidente Comitê Latino Americano de Imprensa — São Paulo — 6.1.67.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo — São Paulo — 28.12.66.

Associação Cronistas Parlamentares de São Paulo — São Paulo — 29 de dezembro de 1966.

Associação Paulista de Imprensa — São Paulo — 6.1.67.

Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo — São Paulo — 29.12.67.

Sr. João Calmon, Presidente da ABERT — Rio de Janeiro — 5 de Janeiro de 1967.

Clube dos Diretores Listas de Belo Horizonte — Minas Gerais — 7 de Janeiro de 1967.

Sindicato — Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas do Rio Grande do Sul — Porto Alegre — 2.1.67.

O SR. PRESIDENTE:

(Virgílio Lima) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa requerimentos de informações que vão ser lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO

Nº 13, DE 1967

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, informações sobre medidas tomadas em defesa do interesse da indústria pesqueira nacional.

(Do Senador Vasconcelos Torres).

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério das Relações Exteriores as seguintes informações:

1 — Largura, em milhas, da faixa oceânica definida pelo nosso Governo como o mar territorial do Brasil.

2 — Relativamente ao primeiro item, esclarecer as razões que determinaram a adoção pelo Brasil do limite fixado.

3 — Se o Itamarati está ciente de que a Argentina fixou na pesca em 200 milhas a largura da faixa do seu mar territorial.

4 — Se em virtude dos prejuízos causados pela decisão do Governo argentino aos barcos pesqueiros do Brasil que pescavam merluza no largo do estuário do Prata, foram ou vão ser tomadas medidas compensadoras por parte do nosso Governo e quais foram ou serão essas medidas.

Justificação

Nada temo, evidentemente, com as decisões soberanas tomadas pelo Governo argentino desde que essas decisões em nada colidam com o interesse brasileiro.

Acentua-se que a decisão adotada pelo Governo de Buenos Aires, de alargar para 200 milhas a faixa do mar territorial do país, veio impedir a continuidade da pesca da merluza no largo do estuário do Prata, há longo tempo processado por barcos pesqueiros pertencentes a empresas brasileiras sediadas em Porto Alegre.

E a resolução argentina foge ao que sabemos de regras previstas nas convenções internacionais que regulam a pesca.

Queremos saber, assim, se o problema está sendo acompanhado e estudado com a devida atenção pelo nosso Poder Executivo, para que as necessidades brasileiras sejam tomadas com a urgência que os fatos estão a exigir.

Sala das Sessões, em 22 de Janeiro de 1967 — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 14, DE 1967

Solicita informações ao Poder Executivo através do Ministério das Relações Exteriores sobre o Instituto Rio Branco.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

De conformidade com a letra regimental, requeiro informe o Poder Executivo, através do Ministério das Relações Exteriores, o seguinte, relacionado com o Instituto Rio Branco:

1 — Se houve concursos diretos para a carreira diplomática depois de estar em funcionamento o Instituto Rio Branco.

2 — Se houve nomeações para cargo inicial da carreira diplomática, depois de instalado o Instituto de elementos que não cursaram o Instituto e que não passaram o concurso di-

reto de títulos e provas. E, em caso de resposta afirmativa à presente indagação, esclarecer:

— se houve concurso interno e a que critérios obedeceram, inclusive a dispositivo de lei que fundamentou sua realização;

II — se não houve concurso interno, mencionar os dispositivos legais que permitiram as nomeações;

III — quantas pessoas foram nomeadas e os nomes dessas pessoas.

3 — Quantos cargos existem na classe inicial de carreira de Diplomata e quantos deles se encontram vagos.

4 — Duração do curso do Instituto mencionando as sucessivas modificações dessa duração, desde que o órgão foi instalado.

5 — Atuais exigências feitas ao candidato ao Instituto:

I — títulos escolares;

II — limites mínimo e máximo de idade;

III — programas completos exigidos no vestibular.

6 — Atual composição do currículo escolar no Instituto, detalhando:

I — as matérias estudadas em cada série, com o respectivo programa;

II — o sistema de aferição do mérito adotado.

7 — Sobre os professores do Instituto, esclarecer:

I — quais são eles no momento;

II — qual a situação funcional desses professores, no Ministério das Relações Exteriores;

III — motivo da não-realização de concurso público de provas e títulos para esses professores, segundo o que dispõe a respeito a legislação que rege o ensino superior.

Justificação

Tenho, repetidas vezes, insistido na tese de que o Itamarati precisa mudar, capacitando-se com melhor desempenho da missão a ela destinada. A verdade que me parece clara é que uma missão tão tão mal executada.

Uma reforma do Itamarati terá de começar, no meu entender, pela própria modificação da mentalidade de seu pessoal. Terão de ser adotados, basicamente, novos padrões para a formação profissional do diplomata.

Um trabalho racional nesse terreno terá de começar, portanto, pelo Instituto Rio Branco.

A simples existência do Instituto já é um fato auspicioso dentro daquele Ministério sempre tão ligado à tradição e tão indiferente ao desafio com o qual se defronta o país na área externa.

Mas, o Instituto precisa ser transformado quanto antes em instrumento de mudança, de modernização dos métodos utilizados pela nossa diplomacia e nesse sentido pretendo tomar em época oportuna, nesta Casa, a iniciativa cabível.

As informações ora solicitadas constituem, assim, o subsídio de que careço para o futuro trabalho que elaborarei no sentido indicado, tendo em vista o interesse da Pátria.

Sala das Sessões, em 22 de Janeiro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

REQUERIMENTO

Nº 15, DE 1967

Solicita ao Poder Executivo, através do Ministério da Saúde, informações sobre o uso dos dulcificantes químicos.

(DO SENADOR VASCONCELOS TORRES)

Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Ministério da Saúde as seguintes informações:

1 — Se a substituição progressiva do açúcar pelos dulcificantes químicos,

sem controle médico, oferece o risco de determinar no organismo da quem o faz um estado de carência alimentar.

2 — Se existente o perigo mencionado no item primeiro, estão as autoridades sanitárias atentas à propaganda, à venda livre, e ao consumo crescente, dos dulcificantes em questão, através do país.

3 — A providência que foi ou que será tomada em relação ao assunto, em defesa do interesse público.

Justificação

Ao que dizem os textos científicos referentes ao problema da alimentação humana, necessita o nosso organismo, em quantidades adequadas — sem exatidão, mas, também, sem ausência — de variados elementos causados pela ingestão de diferentes produtos alimentares.

O açúcar é um dos produtos que contribuem para o equilíbrio alimentar de que precisamos para sobreviver, em bom nível de saúde e de bem-estar. O açúcar tem, principalmente, a propriedade de economizar proteínas e reduzir a desnutrição das células, compensando outras deficiências da alimentação.

O consumo de açúcar pode, em alguns casos, é verdade, ser desaconselhável e até perigoso. Há doenças que podem agravar-se e levar aos portadores a morte, se os mesmos continuarem a ingerir açúcar.

Mesmo assim, que esse problema, de constituir ou não consumir açúcar, não pode e não deve ser resolvido pelo próprio interessado, em função do que dizem — e em ressumos — os textos científicos — os textos científicos emitidos pelos fabricantes dos adoçantes sintéticos.

O livre comércio desses adoçantes constitui a existência de uma ameaça crescente à saúde da população brasileira, consumidora dos ditos produtos, e a finalidade deste requerimento é fazer com que as autoridades responsáveis pela saúde pública estejam cientes do assunto.

Sala das Sessões, em 22 de Janeiro de 1967. — Senador Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Virgílio Lima) — Os requerimentos não foram publicados e em seguida, despatchados pela Presidência.

O Sr. 1º Secretário vai presidir a leitura do projeto de lei que se acha sobre a mesa.

E lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 1, DE 1967

Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 1.935, de 19 de setembro de 1953.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 2º da Lei nº 1.935, de 19 de setembro de 1953 é acrescido do seguinte parágrafo único:

“Parágrafo único. As sociedades de seguro e cooperativas de funcionários de empregadores a que se refere este artigo gozarão, no tocante ao seguro de acidente do trabalho, das mesmas vantagens e isenções concedidas às instituições previdenciárias”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

O Decreto-lei nº 7.045, de 10 de novembro de 1944 (que reformou a Lei de Acidente do Trabalho), estabeleceu, em seu artigo 112:

“Art. 112. A partir de 1 de janeiro de 1949, as instituições de previdência social, então existentes, e que à data da vigência deste Decreto-lei ainda não possuíam carteiras de ad-

entes do trabalho, providenciarão a criação de órgãos destinados ao seguro de acidentes do trabalho, aos quais passará, paulatinamente, o seguro das responsabilidades atribuídas aos empregadores, de forma que a 31 de dezembro de 1953, cessam definitivamente as operações de seguros contra o risco de acidentes do trabalho, pelas sociedades de seguro de sindicatos.

Parágrafo único. O Serviço Atual do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, determinará a ordem em que as instituições de previdência social devem passar a operar em seguros de acidentes do trabalho e a data do início das operações de cada uma delas.

Dessa forma, foi concedida, às instituições de previdência social, a exclusividade da exploração do seguro de acidentes do trabalho, através de entidades específicas. A fim de que não houvesse solução de continuidade na concessão desse seguro, admitiu-se que as empresas seguradoras particulares que já possuíam permissão para operar nesse ramo, continuassem a funcionar até 31 de dezembro de 1953.

Outras leis posteriores revigoraram tal disposição legal. No entanto, por falta absoluta de condições, os institutos não puderam explorar tal ramo de seguros, cabendo tão-somente ao IAPM, possuir um acarteira especializada.

Por essa razão, a Lei nº 1.985, de 10-9-53, dispôs:

"Art. 2º Assegurada a exclusividade das instituições de previdência social que já a possuem, os riscos de acidentes do trabalho continuarão sendo cobertos por apólices de seguro emitidas indistintamente, por instituições e caixas de aposentadoria e pensões e pelas sociedades de seguro e cooperativas de sindicatos de empregadores, até esta data autorizadas a operar nesse ramo.

Art. 3º A lei concederá exclusividade aos demais institutos e caixas que estiverem em condições de atender perfeitamente aos riscos de acidentes do trabalho em confronto com as entidades privadas".

Assim, foi prorrogada, *sine die*, a permissão para que as empresas particulares continuassem a atender a tal tipo de seguros, o que vem sendo realizado por elas, através dos anos, com reconhecida eficiência.

Agora, no entanto, as instituições de previdência social resolveram entrar em tal campo de atividade. A permissão legal existe, é coerente, mas injusta a situação que se criou, face às isenções e deduções concedidas às mencionadas entidades, que passaram a oferecer às firmas empregadoras as vantagens mais fabulosas possíveis, sem possuírem, no entanto, as condições necessárias ao seu cumprimento.

Os seguros contratados com tais autarquias, segundo vários anúncios publicados nos jornais do país, gozam das seguintes isenções: de taxas locais, de sobretaxas de adicionais de prazo curto, de adicionais de fracionamento e de custo de apólice. Os institutos oferecem, ainda, às empresas industriais, desconto pelo seguro direto, para aquisição de medicamentos, para medidas de prevenção, para prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar etc.

A concorrência feita às empresas particulares chega a ser, assim, em última análise, desleal, uma vez que estas são oneradas com despesas, taxas e tributos os quais variam.

Não se deseja impedir que o Estado, através dos seus órgãos descentralizados, possa intervir e participar em setores tão importantes como o de acidentes do trabalho, muito ao contrário, o que se procura obter é que o maior número possível de entidades

possam funcionar nesse campo, mas, no mesmo pé de igualdade, em benefício da própria coletividade.

Trata-se, portanto, de permitir a continuidade da iniciativa privada, das empresas particulares especializadas, que tantos e relevantes serviços têm prestado, exercendo uma verdadeira função supletiva, complementar, na proteção que o Estado tem o dever de proporcionar aos trabalhadores. Além do mais, cumpre notar que tais empresas estão perfeitamente aparelhadas para o cumprimento dessa missão, o que têm demonstrado através da experiência prática de longos anos de funcionamento.

Colocando-se as empresas seguradoras particulares em pé de igualdade com as instituições de previdência social — que nunca possuem e não possuem ainda condições para atender a esse tipo especialíssimo do seguro — estaremos praticando ato de inteira justiça, em benefício, inclusive, dos próprios acidentados, que poderão ser atendidos em melhores condições, pelos que possuem larga prática e experiência.

Futuramente, quando a Previdência Social tiver tornado praticáveis e executáveis as leis previdenciárias atualmente existentes, para felicidade da grande família brasileira, talvez possa, então, dedicar-se com sucesso a mais esse setor de atividade — o que é, no momento, impossível de sua parte.

Até que isso aconteça, urge que se corrija a situação, adotando-se a medida proposta pelo projeto.

Sala das Sessões, em 22-1-67. — Senador Vivaldo Lima.

As Comissões de Constituição e Justiça; de Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — O projeto de lei que acaba de ser lido será distribuído às Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças. Em seguida, vai à publicação.

O tempo destinado ao expediente é de 30 minutos.

Há oradores inscritos.

O SR. HERIBALDO VIEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra para uma ligeira comunicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — Tem a palavra o nobre Sr. Senador.

O SR. HERIBALDO VIEIRA:

(Para uma comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, devendo chegar a termo o meu mandato no próximo dia 31, que declaro, desta tribuna que ocupo pela última vez, que nenhuma honra, em toda minha carreira pública, foi maior do que a de pertencer a esta augusta Casa como representante do Estado de Sergipe.

O convívio que mantive com os meus companheiros de representação federal encheu-me não somente de grande satisfação mas da maior honra, porque tive assim oportunidade de estar ao lado e de sentir da companhia de homens eminentes, cultos e de grande coração, dos quais me separo com tristeza e, sobretudo, honrado, levando para minha vida particular a reminiscência destes dias aqui vividos e desta feliz e agradável convivência.

Quero marcar minha saída do Senado, Sr. Presidente, encaminhando à Mesa projeto de lei que considero o mais humano, o que mais se inspira nas grandes verdades do Cristianismo. É um projeto de lei que procura amparar os direitos dos filhos de qualquer condição, os quais vêm sendo postergados pelas legislações do nosso País. São direitos sagrados de

réus sem culpa, que vêm pagando, através dos séculos, por um crime que não cometeram, por erros que não são deles, por erros que são dos seus pais, se é que se pode chamar a isso erros e não contingências da vida cotidiana.

Meu projeto, apresentado em consequência de rejeição feita de cambulhada, ao se discutir e votar a Constituição Federal, na noite de anteontem, procura introduzir na legislação ordinária do País normas disciplinadoras desse direito, que é sagrado, porque, quando a Constituição Federal diz que todos são iguais perante a lei não se pode, absolutamente, permitir que filhos de quaisquer condições tenham direitos diferentes. Para uns, tudo; para outros, apenas o amparo social, que é uma migalha humilhante que eles, absolutamente, não podem receber senão se diminuindo perante a sociedade e perante os outros cidadãos brasileiros.

É justamente para restaurar, garantir e assegurar esses direitos, considerados postergados, institucionalmente, pelas leis do País, que apresento meu projeto, neste momento, e o encaminho à Mesa, nestes curtos minutos de que disponho ao pedir a palavra para uma ligeira comunicação.

Tenho dito. (Muito bem. Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — Justificado da tribuna pelo nobre Senador Heribaldo Vieira o projeto por S. Exc. enviado à Mesa, será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1967

Dispõe sobre os direitos, deveres e reconhecimento dos filhos de qualquer condição.

Art. 1º São iguais os direitos e deveres dos filhos de qualquer condição.

Art. 2º Será permitido a qualquer dos cônjuges o reconhecimento do filho havido fora do matrimônio e ao filho a ação para que se lhe declare a filiação.

Art. 3º O reconhecimento voluntário do filho, qualquer que seja a sua condição pode fazer-se ou no próprio termo do nascimento, ou mediante escritura pública, ou por testamento.

Parágrafo único. O reconhecimento pode preceder o nascimento do filho, ou suceder-lhe ao falecimento, se deixar descendentes.

Art. 4º Não será admitida qualquer qualificação sobre a natureza da filiação. Não se registrarão declarações que estabeleça diferença entre os nascimentos ou sobre o estado civil dos pais nos assentos do registro civil de nascimentos, nem qualquer atestado ou certidão mencionará a natureza da filiação.

Parágrafo único. O filho nascido antes da vigência desta lei, independentemente de consentimento da mãe, poderá ratificar o registro do nascimento para que sejam eliminados do assento as qualificações mencionadas neste artigo. Se o filho for maior é necessário o seu consentimento.

Art. 5º Esta lei não altera os Capítulos II, III e IV do Título V, do Livro I, parte especial do Código Civil, salvo no que com ela colidir.

Art. 6º Fica revogada a Lei nº 233, de 21 de outubro de 1949, e todas as outras disposições de lei em contrário.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O Professor Orlando Gomes, da Universidade da Bahia, autor do Pro-

jeto de Reforma do Código Civil, já advertia que "a proteção da família não se exaure nas disposições concernentes ao matrimônio. Pelo casamento, constitui-se a família legítima. Forçoso é reconhecer, porém a existência da família que não se origina do ato solene instituído pelo Estado para legalizar a união conjugal". A objetividade inegável desta verdade obriga o legislador a bem definir os estados de família, quer o do cônjuge, quer o do filho, como esclarece aquele douto jurista.

O direito moderno, inclusive o brasileiro, não desconhece essa família que se constitui a *latere* da família legítima. Assim é que a *companheira* tem direito a parte do patrimônio do concubinário, que ajudou a conservar e aumentar, tem direitos assistenciais e previdenciais, reconhecidos em leis ou pelos tribunais. A prole ilegítima é cercada de proteção na legislação ordinária.

Protegendo a família, a nossa legislação não poderá, pois, permanecer indiferente à sorte da prole oriunda desse casamento de fato, que a nossa legislação ordinária não desconhece. Já é tempo de se libertar os que descerdem desse tipo de união do castigo cruel que persegue, como um estigma, esses réus sem culpa. O tratamento desigual, cruel e desumano que lhe dá a Lei nº 883 não pode perdurar.

Mais do que o vínculo indissolúvel, matéria nitidamente, estritamente de direito civil, deveria ficar, desde logo, inscrita da nossa Lei Maior a proclamação de que o direito brasileiro já não distingue filhos de qualquer condição, nem lhes impõe penas por erros que não cometeram.

As Constituições da Albânia, República Democrática da Alemanha, Estado Livre da Baviera, da Itália, da Iugoslávia, da România, da Tchecoslováquia, da Bolívia, de Costa Rica, da Guatemala, da Nicarágua, do Panamá, de Salvador, do Uruguai e da Venezuela, todas elas dizem nos seus textos que são iguais os direitos dos filhos de qualquer condição. E vão além, declaram que nos registros de nascimento devem ser omitidas declarações que comprometam o respeito à filiação. Já não tem mais razão de ser o silêncio da legislação brasileira, já não pode mais ela calar em nome de falsos e sedícios preconceitos éticos. Terá ela de se inspirar no exemplo de outros povos, de se submeter à lição de um mundo novo em que a emancipação da mulher e a maior independência dos filhos imulsionados por evidências de ordem econômica fazem, hoje, parte da própria estrutura democrática da família.

Urge que enfrentemos o problema da prole nascida fora do casamento, considerando iguais os direitos dos filhos de qualquer condição, não distinguindo os legítimos dos ilegítimos e adulterinos, incestuosos e sacrílegos. Vê-se que a idéia, hoje, quase universalmente aceita, não pode deixar de medrar e florescer na consciência jurídica brasileira, para que ela, afinal se redima de um erro e uma injustiça seculares.

Do ponto de vista constitucional o Projeto nada tem em seu desfavor de modo a impossibilitar a sua tramitação. A Carta de 1966, como a que vigorará a partir de março deste ano, ambas estabelecem que "todos são iguais perante a lei". O Projeto tem por escopo justamente assegurar essa igualdade de direitos entre os filhos, qualquer que seja a sua condição. Quando a Lei Maior garante esse direito individual o faz de maneira ampla e absoluta, sem admitir qualquer discriminação ou distinção entre os indivíduos, que possa concorrer para inferiorizar ou amesquinhar a dignidade da pessoa humana de uns diante de outros.

Por outro lado, é desumano que continuem os filhos pagando pelos erros dos pais. Eles não pediram nem

concorreram para ser espúrios. A Constituição vigente como a que se vêm de elaborar, asseguram que "nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente". A legislação vigente, tanto a codificada como a que emerge da Lei nº 883, violam os citados textos constitucionais.

A aprovação do Projeto não só coloca a matéria dentro da ordem constitucional, como repara um erro e uma injustiça desumana e anti-cristã. Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Senador Heribaldo Vieira.

A Comissões de Constituição e Justiça, Legislação Social e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — O projeto que acaba de ser lido será publicado e, em seguida, encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — Tem a palavra o Sr. Senador Pedro Ludovico, em permuta com o Sr. Senador Silvestre Pérciles.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

(Lê o seguinte discurso) Sr. Presidente, Senhores Senadores, Goethe dizia que era preciso escolher entre a injustiça e a desordem e que, em um sentido lato, preferia a primeira. Claro está que, assim pensando, ele repudia o uso não raro de só com a violência impor-se a justiça.

Claro está que, nesses casos, a desordem é a ordem, pois visa ao restabelecimento desta, no sentido jurídico, social e humano.

A inversão jurídica é o apanágio de todos os governos prepotentes, que se atacam do povo, que temem as suas manifestações de qualquer forma que se apresentem.

A desordem jurídica se irmana com a desordem política e social.

O governo despótico as cria e vê-se por elas envolvido, de forma a não mais poder delas se libertar, tendo que agravá-las em face dos problemas cada vez mais graves por elas provocados.

A violência de fundo legal é a pior delas, pois os que a praticam acham que estão certos e que estão aplicando um direito, dentro do seu ponto de vista, para o bem da coletividade que dirige, mesmo a contragosto desta.

Pensam que a humanidade é e será sempre a mesma, vivendo entre fortes e fracos, devendo estes obediência aos primeiros.

Ovidam, entretanto, os exemplos da História: a violência gera a violência e a injustiça é, muitas vezes, punida com violência ou com excesso de justiça.

São raros os homens que não se deixam dominar pela paixão, pelos caprichos, pelo ódio, pelo desejo de vingança.

Na sua revolta pensam menos na construção e mais na destruição dos que lhes fizeram mal. Os homens são cínicos de sua liberdade, rebelam-se contra as injustiças que se lhes fazem, mas não têm o senso da medida, da sensatez na punição dos liberticidas e dos injustos.

A animalidade surge nessas horas e ninguém pode contê-la, já que representa a maioria.

A experiência de séculos e séculos não tem modificado muito os homens.

Quando querem corrigir os erros, os abusos, as vilanias, acabam cometendo excessos condenáveis.

Quando desejam edificar um mundo novo, cometem toda espécie de arbitrariedades, de desrespeito aos direitos individuais, perdendo todo escrúpulo de consciência quanto ao valor da vida humana.

Por isso é que os que estão com o poder nas mãos devem pensar só nos dias vindouros.

Assim pensando, eu me refiro ao governo do Marechal Castelo Branco. Nunca fui inimigo de ninguém, nunca consegui odiar qualquer pessoa, mesmo aqueles que me fizeram mal, que me caluniaram, que me injustificaram. Jamais alimentei o ódio e faço justiça aos meus próprios inimigos.

O atual Presidente da República tem praticado vários atos bons, eliminando certos privilégios indefensáveis, defendendo os interesses públicos.

(Lendo)

Pode-se citar mesmo o caso das passagens gratuitas dos parlamentares, que fardamente, teve a sua reclusão.

Infelizmente, voltou atrás, modificando a sua decisão, ainda permitindo uma liberalidade excessiva aos aproveitadores.

A maior falta dos responsáveis pela Revolução de 31 de março foi a de se dominarem pelo sentimento mesquinho, baixo, desumano de perseguição às pessoas que nenhum crime praticaram.

Não estou defendendo os que lesaram o patrimônio público, os que enriqueceram por meios ilícitos, os que se locupletaram com a posição política, administrativa para cometerem atos indignos e desonestos.

Estou defendendo aqueles que caíram com a Revolução, ou que eram amigos dos dirigentes afastados por ela e que sofreram penas, castigos, exclusivamente por fal amizade ou por qualquer colaboração.

Estou defendendo aqueles que por serem socialistas ou terem ideias de esquerda foram estupidamente, ininteligentemente punidos com atos arbitrários, violentos e descabidos.

Jovens de 18 a 22 anos foram condenados a 8 e 10 anos de reclusão por serem tidos como comunistas.

E' o cúmulo! Na terra onde reside o Papa, que é o Chefe do Catolicismo, que combate a extrema-esquerda, o comunismo tem mais de uma centena de representantes no Parlamento.

Na França, o comunismo tem existência legal. Em outros países, o mesmo fato se verifica.

Aqui, no Brasil, que se diz civilizado, não se admite, ao menos, que se tenham ideias socialistas.

O Sr. Carlos Lacerda, de quem sempre divergi, mas em quem reconheço qualidades de coragem cívica, de patriotismo, e de ânimo forte, viril, para enfrentar os dominantes despóticos, pensou muito bem quando afirma que a Frente Ampla devia ser um partido de Centro para a Esquerda.

Inteligente, como é, sabe que o mundo moderno não pode prescindir do apoio das massas proletárias e, ademais, reconhece que é esse o caminho certo, humano, cristão, em que se deve colocar o homem idealista e de consciência. Tudo na vida é efêmero, passageiro e não devemos deixar-nos levar por paixões, por caprichos mesquinhos, que nada valm quando bem examinados por uma consciência superior.

Na política, como em tudo em nossa existência, os preconceitos, os ressentimentos, os choques provocados por divergências de opiniões são esquecidos, a não ser quando a sua gravidade ultrapassa os limites do normal.

O nosso povo já está muito politizado e se mantém sempre calmo nas lutas políticas. Não lhe falta nunca, porém, calor nas suas convicções cívicas, principalmente na hora em que vivemos e em que as coletividades se sentem constrangidas nas suas liberdades políticas, que de fato, muitas se restringiram na vigência do atual governo revolucionário.

E não havia motivo para sofrermos tais restrições.

Não se justificam essas pressões de um governo que se diz forte.

Esse governo, logo após a revolução de março e mesmo meses depois, tinha tudo nas mãos, para resolver os principais problemas do Brasil, sem usar constrangimentos físicos ou morais, ou qualquer espécie de violência. Estava forte política e militarmente. Continuava contando com a simpatia do povo, tendo tudo nas mãos. Devia ter produzido muito mais do que tem conseguido. Devia ter encarado com mais precisão, com mais energia, o problema do custo de vida, que se torna, dia a dia, mais angustiante. Devia ter combatido com mais severidade a especulação e a ganância que são fatores também no aumento do custo de vida.

Incentivar a produção, sem combatê-los, pode dar resultado, mas a prazo muito longo não pode mitigar a fome, sendo indispensável, que a miséria que consome as nossas classes humildes seja combatida com mais intensidade e com presteza. Refiro-me a esse estado de coisas, não com intuito de deprimir, de ofender o governo federal, mas apenas no intuito de colaboração e ainda porque isso está se transformando em completa calamidade.

O SR. ARGEMIRO FIGUEIREDO:

Permite V. Exª um aparte? (Assentimento do orador) — V. Exª, nobre Senador Pedro Ludovico, está pronunciando, na sessão de hoje, discurso da maior importância, não só sob o ponto de vista político como, sobretudo, sob o ponto de vista jurídico-constitucional e, ao mesmo tempo, filosófico. Ainda há pouco, ouvi com admiração, V. Exª declarar que a violência legal era mais perniciosa a vida social do que a violência bruta, a violência lançada ou provocada pelas Forças Armadas, sem nenhuma restrição de caráter legal. Realmente, quando a violência é apoiada em lei, é mais nociva à vida social e tem significado filosófico mais trágico do que a violência promovida pela força bruta, porque, a violência legal, a violência apoiada em lei exprime não apenas o ponto de vista do Poder Executivo, mas afeta aos poderes incumbidos de promover a legislação do País. Quando se articula a violência a que V. Exª chama de "caráter legal", os dois poderes — Executivo e Legislativo — não têm mais o que esperar. É o sinal de uma sociedade amolecida, enfraquecida, incapaz de reações cívicas. V. Exª, agora, se refere à ausência de uma política de produção. Tenho ouvido os discursos anteriores, de V. Exª, nesta Casa, e todos eles obedecem, na verdade, à linha retilínea, inflexível, que reflete as suas convicções. Exatamente, demonstram que sem uma política de produção intensiva, bem orientada, bem planejada, é impossível sustar elevação brutal do custo de vida que se vem verificando. Este o erro do nosso esquecido Presidente Juscelino Kubitschek que se preocupou, fundamentalmente, com a expansão do parque industrial, esquecendo-se do problema da economia agrícola, da economia do custeio de vida, do aumento de produção, das utilidades essenciais à vida. Foi o pecado daquele grande Presidente, na verdade, dos maiores da nossa vida político-administrativa. De modo que a iniciativa, a preocupação do Governo atual e dos anteriores em querer baixar o custo de vida diminuindo o sofrimento das massas populares, das classes menos favorecidas, é uma política contra o bom-senso, contra a razão, porque o que pode baixar o custo de vida não é o decreto-lei ou a lei elaborada nos gabinetes. É o campo, é a produção, é o aumento da produção, é a lei irrevogável da oferta e da procura. Se há uma produção maior, se os mercados se enchem de produtos consumíveis, na verdade, fatalmente a produção terá que ter um valor menor. De modo que não é a lei que baixa o custo de vida: é a política econômica.

ca, é a política agrícola, é uma política que aumente o volume dos cereais, das utilidades essenciais à vida e propicie abundância nos mercados, forçando a baixa do custo de vida. De forma que esta deverá ser a meta de todos os governos que ocuparem a Chefia desta Nação sofrida.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Muito obrigado pelo aparte de V. Exª, que muito enaltece o meu discurso.

Aliás, no último ano do governo do Sr. Juscelino Kubitschek, eu alertei para a necessidade de adotar medida enérgica com relação à situação econômico-financeira do Brasil, principalmente no que dizia respeito ao custo de vida. Propus que congelasse os salários, congelasse os preços das mercadorias. No entanto, julgou o Presidente que a medida seria muito drástica e talvez não desse resultado. (Retomando a leitura.)

Mas como afirmava, linhas atrás, não se pode e não se deve descurar o bem-estar das coletividades humildes que vivem do seu trabalho modesto e penoso.

Não é justo que vivam maltrapilhas mal alimentadas, quando os afortunados vivem se banqueteadando, gastando largamente nas boites e em reuniões faustosas, onde se exibem vestidos de 3, 5 e 10 milhões de cruzeiros.

Nunca vi uma época, em que se regissem tantos banquetes como a que atravessamos. É uma febre de banquete, uma festa e quase sempre banquete.

Os banquetes se sucedem para o Presidente da República, para Ministros, para Governadores de Estado, para deputados e senadores, para Chefes de Departamentos Públicos, para dirigentes de Bancos, enfim uma orgia de dinheiro mal gasto, mal empregado, quando os lares humildes não podem comer um pedaço de carne bovina ou suína, vez que as suas bolsinhas não comportam a aquisição de um alimento mais caro.

Pode ser taxado de comunista quem censura este estado de coisas, essa aberração da vida social, esse desnível que se torna grave e o fator principal dos extremismos políticos?

Só os egoístas, os exploradores, os homens sem alma não se incomodam com esse sensível com essa desigualdade, com essa iniquidade social.

Nos governos em que o espírito revolucionário, o espírito de revanche, o espírito de conservadorismo às vezes odioso e anacrônico nunca termina, é difícil promover o bem-estar social, é difícil defender ou amparar os interesses do proletariado, pois os que fazem são tidos como subversivos.

O trabalho precisa ser dignificado, ser protegido, a fim de que o trabalhador e sua família possam levar uma vida mais decente, mais digna, mais tranquila.

Oxalá dias melhores se apresentem ao nosso país no ano corrente e no que se lhe seguir.

O General Costa e Silva tem dois caminhos na sua frente: o em que possa melhorar as nossas condições financeiras e econômicas, combatendo o custo exagerado da vida, ampliando racionalmente a possibilidade de crédito aos que produzem, sem aumento de impostos, porquanto a capacidade do povo em pagá-los está esgotada, não permitindo perseguições mesquinhinhas e desnecessárias como têm havido, ou então, um caminho diverso, que seria a continuação do que existe, que lhe trará intranquilidade atormentamentos e dias, talvez, tormentosos. É possível que as minhas ideias sejam deturpadas, mal interpretadas, mas sempre as tive e elas não têm um caráter estritamente político. Sempre fui filiado a partidos havidos e conservadores.

Elas são fruto de convicções profundas, lógicas, humanas, onde a razão predomina acima de quaisquer

aveniências de ordem pessoal ou geológica. Destarte, não posso silenciá-las, não me repeti-las, quando me me. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM OS SRS. SENADORES:

José Guilomard
Arthur Virgílio
Joaquim Parente
Dix-Huit Rosado
Nogueira da Gama
José Feliciano
Adolpho Franco
Mem de Sá

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — O segundo orador inscrito é o nobre Senador Jefferson de Aguiar, a quem dou a palavra.

SENHOR SENADOR JEFFERSON DE AGUIAR PRONUNCIA DISCURSO QUE ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Sobre a mesa projeto de Resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 16, DE 1967

Vomeia, para o cargo de Oficial da Ata, PL-3, Francisco Stivalet Finamor.

O Senado Federal Resolve:

Artigo único — É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial da Ata, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Francisco Stivalet Finamor.

Justificação

Visa o presente Projeto de Resolução a preencher uma vaga aberta no Quadro da Secretaria desta Casa do Legislativo.

Face ao exposto, propomos a consideração do Plenário o nome de Francisco Stivalet Finamor, que já exerce o cargo de Oficial Auxiliar de Ata. Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Vivaldo Lima. Dinarte Mariz — Cattete Pinheiro. — Joaquim Parente. Sebastião Archer.

O SR. MEM DE SÁ:

(Peia ordem) — Sr. Presidente a minha questão de ordem é no sentido de dirigir um apelo, — que, sei, encontrará ressonância e, mais do que ressonância, apoio entusiástico junto à Mesa do Senado — a fim de que, em sua primeira reunião, ou mesmo fora de reunião, da forma mais expedita e rápida, a Comissão Diretora faça justiça ao grupo de funcionários desta Casa que tornou possível a aprovação da nova Constituição brasileira e da Lei de Imprensa. (Muito bem!)

O trabalho desempenhado por esse grupo merece, sem nenhuma retórica, sem nenhum esforço de eloquência, o adjetivo de sobre-humano.

Esses funcionários trabalharam de forma excepcional, desde o dia 12 de dezembro, cerca de 40 dias, dormindo poucas horas por noite, alimentando-se quando podiam alimentar, com sanduíches e copos de leite. No fim dos últimos dias, a sensação que se tinha era de um grupo que se estava exaurindo.

O Sr. Arthur Virgílio — Permite V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — E' oportuno o pronunciamento de V. Exa., porque, em verdade, todos nós acompanhamos o esforço

inaudito desses servidores do Senado, na fase do atropelo e sem descanso que vivemos. Eu pretendia, hoje, falar ao Presidente do Senado sobre este assunto, sobretudo, porque, além do reconhecimento desse trabalho e desse esforço, é de justiça que recebiam a justa paga pelo seu trabalho, pois o contrário, não se justifica. Esses servidores, realmente ficaram dias e dias quase sem descanso.

O SR. MEM DE SÁ — Exatamente. Quero ser breve, porque a hora está adiantada. Mas a verdade é esta: se há pessoa que tenha autoridade para falar, em matéria de gratificação, de vantagens a funcionários sou eu, porque me caracterizo pela rigidez, em matéria de concessão de direitos e vantagens, a começar pela aposentadoria, que entendo deva ser após 35 anos de serviço. Mas, no caso, há uma exceção, e as exceções merecem tratamento excepcional.

O Sr. Oscar Passos — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Pois não.

O Sr. Oscar Passos — Acho que é inteiramente justo o apelo que V. Exa. faz à Mesa Diretora, no sentido de premiar esses funcionários que bem o merecem. E' inteiramente justo. Poucas vezes, ter-se-á visto esforço e esforço tão grande, tão continuado, tão prolongado como o que realizaram esses funcionários que passaram, como V. Exa. frisou, mais de quarenta dias praticamente sem dormir e se alimentando muito pouco. E' justo, portanto, o que V. Exa. pleiteia da Comissão Diretora. Desejo manifestar a V. Exa. como também a própria Comissão Diretora, o inteiro apoio que o meu Partido, o MDB, dá à iniciativa de V. Exa.

O SR. MEM DE SÁ — Fico muito confortado com o apoio do MDB.

O Sr. Manoel Vilça — V. Exa. trata de assunto com conteúdo humano muito forte: o trabalho e a justa remuneração daqueles que deram todo o apoio à ação dos parlamentares que tomaram parte na tarefa de elaborar a nova Constituição. Tendo integrado a Comissão Especial para exame do projeto constitucional, quero dar meu apoio às palavras de V. Exa., e o meu testemunho da dedicação inextinguível de todos, os que prestaram serviço àquela Comissão, desde o mais simples motorista até o mais categorizado funcionário, pois todos eles o fizeram com entusiasmo, com dedicação, sem se deixarem vencer pelo cansaço, sem se deixarem diminuir pela estafa, sempre prontos a cooperar com aqueles encarregados da maior tarefa. Daí por que, em nome de todos os Membros da ARENA que integraram a Comissão Mista Especial, declaro que mereço V. Exa. todo o apoio da nossa parte.

O SR. MEM DE SÁ — Fico agradecido a V. Exa. pelo aparte.

O Sr. Dinarte Mariz — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ — Com todo o prazer.

O Sr. Dinarte Mariz — Como 1º Secretário da Mesa posso assegurar a V. Exa. que o apelo que, em boa hora, está fazendo, no plenário desta Casa, será levado ao conhecimento da Mesa, e manifesto, de antemão, minha confiança em que ela o acolherá com simpatia e ponderado espírito de justiça.

O SR. MEM DE SÁ — Tenho certeza disso. A intenção de minhas palavras era presenciar antecipadamente a Mesa, para ela não ter o menor constrangimento em ser largamente generosa, pois, como disse, para situações excepcionais, soluções excepcionais. Sem esse grupo, não teria sido possível fazer o que fizemos, isto é, teríamos ficado com aquele Projeto monstruoso de Constituição que, apesar

de ainda ter ficado mau, ficou bastante melhorado, e teríamos ficado com um Projeto de Lei de Imprensa que seria um opróbrio para o Brasil. Mas que tendo ficado mau, ainda ficou bastante aceitável, por outra sofiável.

De modo que esse grupo merece esse tratamento.

E' preciso contudo que a Mesa distinga no sentido de só dar a quem tiver participado do batalhão de abnegados — taquígrafos que trabalharam no plenário e nas comissões o pessoal das Diretorias das Comissões e da Taquígrafia e os motoristas que serviram — em suma, os que efetivamente, contribuíram para que o trabalho fosse ultimado até com sacrifício de sua saúde.

Era o que queria dizer, Sr. Presidente. (Muito bem; Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa tem pleno conhecimento do esforço e da dedicação dos funcionários a que se referiu o nobre Senador Mem de Sá.

Assim, o apelo formulado por S. Exa., que é plenamente justo, é acolhido para entendimento oportuno.

Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Presentes na Casa 44 Srs. Senadores, passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a Mesa requerimento solicitando alteração da Ordem do Dia que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário

E' lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 16, DE 1967

Nos termos do art. 212, letra g, do Regimento Interno, requero alteração da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 14 seja submetida ao Plenário em primeiro lugar.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência da aprovação do requerimento, passa-se à imediata apreciação do item 14:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 283, de 1966, (nº 3.950-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.027.673.000 (quatorze bilhões vinte e sete milhões seiscentos e setenta e três mil cruzeiros) para indenização à Companhia Port of Pará, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 49 e 67, de 1967 das Comissões de: Finanças, com voto vencido do Sr. Senador Lino de Mattos e Projetos do Executivo. Em discussão o projeto.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — (Para uma questão de ordem — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, no conjunto de avulsos que tenho em mãos e que encontro na bancada, não consta nem o avulso do projeto, aliás já do nosso conhecimento porque foi objeto de apreciação em sessão passada, nem, principalmente, o parecer da Comissão de Projetos do Executivo. Como V. Exa. deve estar lembrado, naquela sessão o pedido do Líder do Governo, foi adiado a votação do projeto para o fim

de sobre ele se pronunciar a Comissão de Projetos do Executivo. Sei que esta Comissão, através de parecer, já se pronunciou, mas não conheço o parecer, não o vi publicado e não o encontro no avulso respectivo.

Desejaria que V. Exa., em que pesa a altura já da hora dos nossos trabalhos, depois de tantas questões de ordem que podiam ficar para depois de promulgada a Constituição providenciasse a distribuição do parecer sobretudo porque não podemos votar matéria dessa importância sem ter pleno conhecimento do seu teor. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Informo ao nobre Senador Aloysio de Carvalho que o parecer consta dos avulsos mimeografados que foram distribuídos no plenário. Desses avulsos constam o projeto e pareceres.

Continua a discussão da matéria.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente a matéria foi adiada em virtude de pronunciamentos cautelares dos eminentes Senadores Josaphat Marinho e Aurélio Vianna.

Desses pronunciamentos resultou a iniciativa do Líder do Governo de procrastinar a decisão quanto ao projeto de abertura do crédito. Voltou o projeto à Comissão de Projetos do Executivo e lá recebeu parecer favorável, depois de haver a Liderança do Governo solicitado as informações necessárias ao esclarecimento do pedido de abertura de crédito e de autorização de pagamento.

O Ministério da Fazenda remeteu à Liderança do Governo cópia de ofício de 6 de abril de 1966, dirigido ao titular daquela Pasta pela Comissão designada pelo Decreto nº 56.968, de 1965. Essa Comissão teve como meta dos seus trabalhos submeter ao Ministro da Fazenda relatório final sobre o Processo SC. 418.109-64, e negociar com a Companhia Port of Pará, nas bases determinadas pelo Ministro da Fazenda, a liquidação final das questões relativas àquela Companhia.

A Comissão foi integrada pelos seguintes servidores: Edmundo Penha Barbosa da Silva, Domingos Marcos Grêlo, Jorge Lafaiete Pinto Guimarães, José Olímpio Rache de Almeida, Maria do Carmo dos Santos Dias, José Maria Vilar de Queiroz, Alceu Mafias, Raposo Filho, Sebastião José França dos Anjos e Francisca dos Santos Furtado Nunes.

Trata-se do relatório daquela Comissão, que tem como conclusão o seguinte inciso:

(Lê)

SUGESTÕES FINAIS

a) Composição amigável na hipótese de feliz conclusão das negociações por acordo. Caberá ao Governo solicitar crédito especial ao Congresso Nacional, a fim de proporcionar os meios de liquidação, obrigando-se as partes à desistência da ação ajuizada em 47 e ainda pendentes.

b) Medidas unilaterais. — Caso, entretanto, as negociações não se conclua por entendimento entre as partes, deverá o Governo brasileiro adotar as seguintes medidas: mover ação judicial com vistas à repetição do indébito da empresa, caso assim se tenha pronunciado o Consultor-Geral da República.

Então, verifica-se que a matéria foi amplamente estudada. O Relatório da

Comissão ofereceu duas alternativas e o Governo brasileiro adotou a primeira, que foi a composição amigável. Por via de consequência, foi remetido o projeto de lei a esta Casa pedindo abertura de crédito e a autorização para o pagamento.

Vê-se pois que agiu bem a liderança do Governo e, atendendo aos razoáveis escrúpulos da honrada Oposição, obteve todos os esclarecimentos.

Requeiro, assim, a V. Exa. a juntada desta peça ao processo ora em discussão.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (*Assentimento do orador*) Mas com a simples juntada não ficaremos conhecendo o documento para votarmos a matéria nesta mesma sessão.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, proporia a V. Exa. examinasse a possibilidade regimental de deixarmos esta matéria para mais adiante, no escalonamento da pauta, para que se desse oportunidade ao eminente Senador Aloysio de Carvalho de estudar o assunto.

O Sr. Aloysio de Carvalho — A oportunidade não é para mim, mas para o Plenário. Entendo que o Plenário do Senado não pode votar uma matéria como essa sem pleno conhecimento de causa. Outro dia, o Plenário se manifestou, por alguns dos seus elementos, satisfeito com a exposição do Senador Mem de Sá. Em cima dessa exposição do Senador Mem de Sá, o Líder do Governo pede o adiamento da matéria, para o Governo dar explicações. Agora, as explicações do Governo chegam, mas ninguém pode ter conhecimento delas. O retardamento da matéria, nesta sessão, não é mais possível, porque o Plenário já concedeu preferência, e o Senador Arthur Virgílio já está pedindo a palavra para se manifestar sobre ela. Eu perguntaria a V. Exa. se as informações são longas.

O SR. EURICO REZENDE — As informações estão cifradas no relatório e no parecer da Comissão designada.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Então são longas.

O SR. EURICO REZENDE — Devo salientar que a liderança do Governo não deseja, de modo algum, que essa matéria seja votada havendo qualquer dúvida no Plenário.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Sobre essa matéria persistem muitas dúvidas e suspeitas, mas a verdade é que há um pronunciamento, de ordem geral, que foi até repetido pelo Senador Mem de Sá, de que precisamos limpar o caminho desse lixo. Essa foi a expressão usada pelo Ministro Heráclito Lima quando atendeu à convocação do Senado, na qualidade de Primeiro Ministro se bem me lembro, para falar quanto às negociações que estavam quase ultimadas. O Governo brasileiro não saberá nunca se está pagando mais ou menos. Agora, se vêm informações que me parecem não são novas, se é o relatório que veio, já é do conhecimento nosso, não são informações atualizadas essas que o Governo manda.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, verificando-se que o Plenário tem dúvidas a respeito da matéria, eu consultaria V. Exa. se poderia pedir adiamento da discussão, porque a Liderança do governo não deseja de modo algum se colocar em termos de resistência ou de ofensiva perante o Plenário, em matéria dessa natureza.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. um aparte? (*Assentimento do orador*) — Entendo que poderíamos chegar a um meio termo, poderíamos fazer a discussão e não

fazer a votação. Afinal o que importa, realmente, é a votação. Tenho conhecimento pessoal de que o Senador Arthur Virgílio quer discutir o projeto e tem elementos para discuti-lo. Eu, então, não quero, por iniciativa minha, impedir que S. Exa. se manifeste nesta sessão sobre o projeto. Então admitindo a discussão, não estaria impedindo que S. Exa. se manifestasse.

O Sr. Mem de Sá — Creio que, havendo um requerimento de adiamento da discussão, o Senador Arthur Virgílio não se manifestará contra.

O SR. EURICO REZENDE — De-sejo deixar claro que a Liderança do Governo adotará medidas regimentais para que a votação dessa matéria não se verifique hoje, prosseguindo-se a discussão, para que o eminente Senador Arthur Virgílio possa apresentar o seu ponto de vista sobre o projeto.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Tenho conhecimento, embora não seguro, apenas de ouvir dizer, que será apresentada emenda ao projeto, o que determina, evidentemente, a sua volta às duas Comissões para opinarem sobre ela. Em consequência, a votação ficará adiada.

O SR. EURICO REZENDE — Eram essas as palavras que desejava dizer, salientando, mais uma vez, que a Liderança do Governo deseja que o Plenário vote a matéria sem constrangimento de qualquer espécie. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A questão de ordem do Senador Eurico Rezende acarretará sérios embaraços ao andamento normal da matéria. Como o Plenário sabe, houve um pedido de preferência para a discussão e votação deste projeto.

A preferência foi aprovada e a Mesa não tem poderes, não tem competência para retirá-la do seu curso preferencial.

O nobre Senador Eurico Rezende não se limitou a ler o documento, ou pedir sua transcrição para apenas consultar do seu discurso. S. Exa. pediu francamente, diretamente a juntada do documento ao projeto.

O SR. EURICO REZENDE — V. Exa. determine então, a publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Mesa não pode ser interrompida neste momento. V. Exa. aguarde minha explicação e depois, então, adicionará a sua.

Nessas condições, em virtude dos debates havidos, do requerimento formulado pelo nobre Senador Eurico Rezende e das observações procedidas pelo Senador Aloysio de Carvalho, debates dos quais teria resultado o último requerimento do Senador espírito-santense no sentido de se adiar a votação, a única solução viável e possível seria a do adiamento da votação da matéria mas não para outro dia, porque teria que ser em outra sessão a ser convocada ainda no dia de hoje, de vez que dispomos de apenas quatro dias para o término da tramitação desse projeto, no Senado.

Levando em consideração os recessos que vão ocorrer e a próxima legislação que se aproxima, não haverá tempo para a conclusão do estudo dessa matéria senão iniciando a votação no dia de hoje. De modo que a discussão pode ser encerrada, mas a votação, para ser adiada, só poderá ser no dia de hoje, para se realizar em outra sessão a ser convocada.

Se o nobre Senador Eurico Rezende autor do requerimento, estiver de acordo, como Líder do Governo, em que isso se faça, a Mesa poderá adotar esta providência, desde que haja, por parte dos Srs. Senadores, um acordo de comparecimento à sessão a ser convocada, porque, sem isso, a matéria não irá à votação e ficaremos na situação delicada de ver este Projeto

atravessar os prazos regimentais ou os prazos do Ato Institucional, sem que o Senado possa exercer o seu direito de examiná-lo até o final. Esta, a solução proposta pela Mesa. Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende, para se manifestar de novo, sobre a matéria.

O SR. EURICO REZENDE — Sr. Presidente, agradeço o esclarecimento de V. Exa. mas desejo, a esta altura das observações feitas pelo eminente Senador Aloysio de Carvalho, usar de todos os recursos regimentais para que esta matéria não seja votada. Então, irei apresentar emenda porque apresentada emenda e não havendo pedido de urgência urgentíssima — que não haverá — a matéria não sofrerá deliberação nesta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — V. Exa. poderá usar do seu direito, já anunciando, de adiar a votação. Mas, a Mesa do Senado convocará a Casa para nova sessão, hoje ainda, porque é a nossa obrigação executar toda diligência possível para que o prazo não termine em nossas mãos, dentro do Senado.

A Mesa não assume a responsabilidade de deixar o prazo transcorrer sem que, da parte dela, tenham sido tomadas as providências para a tramitação regular desse ou de qualquer outro projeto.

Se V. Exa. apresentar emenda, ela terá o transcurso necessário, mas a Casa será convocada para outra sessão, hoje.

Continua a matéria em discussão.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO:

(*Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, no atropelo das que vivemos ultimamente, foi materialmente impossível para mim, colher os elementos de convicção de que necessário para um pronunciamento seguido a respeito dessa matéria.

Quero alertar o Senado que se trata de uma pendência de mais alta importância, quer do ponto de vista da repercussão financeira no erário, quer do ponto de vista das circunstâncias morais que a cercam.

Recordo-me dos debates que se travaram na Câmara dos Deputados e, respeito, dos comentários que a imprensa fez na época em que o assunto foi posto novamente em debate, e quero alertar o Senado e ao Governo para manobras sub-reptícias que envolveram a administração Juscelino Kubitschek, fazendo, inclusive, com que abdicássemos, naquela oportunidade, de um princípio de soberania aceitando a arrogância para matéria de Direito privado, de estrita competência dos nossos tribunais. Não fora a vigilância do Deputado José Bonifácio, que apresentou projeto de resolução à Câmara, revogando medida anterior já aprovada pelas duas Casas do Congresso, e um assunto de estrita competência e soberania do nosso País teria sido resolvido por dois juizes estrangeiros integrando um tribunal arbitral.

Não faço a injustiça, Sr. Presidente, de acusar o Governo Juscelino Kubitschek de participação direta, ou de interesse direto na solução desse problema que envolve — isto é sabido, isto é público, isto é notório — que envolve apetites de grupos brasileiros e de grupos franceses. Quem assinou a proposta que o Congresso apreciou e que depois foi transformado em lei, foi o então Ministro das Relações Exteriores, Sr. Francisco Negrão de Lima, homem de pro-

bidade acima de qualquer suspeição. Mas como o Sr. Juscelino Kubitschek foi envolvido, como o Ministro Negrão de Lima foi envolvido, também o atual Governo pode ter sido envolvido. E para isto é que quero chamar a atenção de sua liderança e do próprio Governo.

Oportunamente, depois de consultados os arquivos do Supremo Tribunal Federal para complementar os dados que aqui hoje apresentarei ao Senado, voltarei ao assunto tomorrow a debatê-lo, contando que haja uma medida, uma providência no sentido de que ele o projeto não se transforme em lei, impedindo que possamos defender o erário público, o interesse de nosso País.

Sr. Presidente, essa pendência tem a "Port of Pará" que já tem 40 milhões anos e da qual tivemos, uma idéia a pela exposição feita neste Plenário, pelo Senador Mem de Sá, chegou, pela primeira vez, ao Supremo Tribunal Federal em 1912, quando (*lendo*)

"A Cia. Port of Pará interpus ação contra a União a fim de ser esta condenada a pagar-lhe a garantia de juros e rendas do seu capital, assegurados pela cláusula XXVIII do contrato celebrado em 15 de setembro de 1911, sem limitação ou dependência alguma de maior ou menor rendimento da taxa de 2% ouro, que ali se acha referido, desde o último pagamento efetuado pelo governo nas mesmas condições até o presente, como se liquidar sua execução, com os respectivos juros de mora, trato sucessivo e custas."

A União contestou a ação e o Supremo Tribunal Federal decidiu na seguinte forma: (*le*)

"Considerando-se que à vista do exposto, por serem nulos os contratos celebrados em 1914 e 1916, o primeiro sem autorização alguma e o segundo contra letra expressa de autorização legislativa, assim como os acordãos do Tribunal de Contas de 1914 e 1931 aos mesmos referentes, o que subsiste é o contrato de 1901, para a integridade de suas cláusulas sem alterações indevidas e esvaziadas, regular as relações entre as partes, deste modo ao ponto questionado nos limites da taxa de 2% ouro, no porto de Belém."

Arrastou-se a pendência depois desta autorização e tornou a ser apreciada pelo Supremo Tribunal Federal — se não estou enganado em 1947 — e é este o acordão que não pude trazer, por falta de tempo, mas oportunamente apresentarei ao Senado.

Nesta decisão do Supremo Tribunal Federal verifica-se que a Companhia perdeu a questão e uma das alegações fundamentais é a de que elarecubera indevidamente a quantia de trezentos e cinquenta e quatro milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e vinte cruzeiros de taxas, de juros e de dividendo, o que não recolheu aos cofres públicos, apesar de aí isso haver sido intimada, por decreto que data de 1940.

Essa devolução que não foi feita até hoje, mereceu referência do então Procurador-Geral da República, atual Ministro Gonçalves de Oliveira, um parecer, datado de 1960, e no qual S. Exa. assim se expressa:

"Essa empresa recebeu, por longos anos juros indevidos e o Governo tomou posse de sua administração porque não resistiu a tais juros e dividendos indevidamente percebidos, no valor igual

Notem bem, Srs. Senadores —

... ao de seu aparelhamento no País. Ver, a propósito, o Decreto-lei n.º 2.142, de 1940."

Artigo Único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regulamento Interno, como novo com o art. 75, item IV alínea f, da Resolução nº 6 de 1960 para o cargo isolado de Diretor, PL-1 de promoção efetiva de Quadros de 2º

cretaria do Senado Federal, o Oficial da Ata, PL-3, Edson Ferreira Affonso

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 6, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, concede aposentadoria a Antenor Ferreira Gomes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, dou como encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi aprovado. Irá à Comissão Diretora para a Redação Final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 6, DE 1967

Concede aposentadoria a Antenor Ferreira Gomes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' concedida aposentadoria, nos termos do art. 1.º da Resolução nº 37, de 23 de novembro de 1962, combinado com o art. 5.º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1946, com os proventos correspondentes ao cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, mais a vantagem constante do item II do art. 345, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Antenor Ferreira Gomes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 3.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 7, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem deseje fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Foi aprovado o projeto. Irá à Comissão Diretora para Redação Final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 7, DE 1967

Aposenta José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' aposentado, de acordo com o art. 191, item I, § 3.º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 341, item III, e 349, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Assessor Legislativo, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Vicente de Oliveira Martins.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 8, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Myrthes Nogueira para o cargo de Taquígrafo-Revisor, PL-2.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 8, DE 1967

Nomeia Myrthes Nogueira para o cargo de Taquígrafo-Revisor, PL-2.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Taquígrafo-Revisor, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Myrthes Nogueira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) —

Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 9, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Luiz Paulo Garcia Parente, para o cargo de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Nº 9, DE 1967

Nomeia Luiz Paulo Garcia Parente para o cargo de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Luiz Paulo Garcia Parente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama)

Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia René Nunes, para o cargo de Oficial da Ata, PL-3.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Resolução nº 10 de 1967

Nomeia René Nunes para o cargo de Oficial da Ata, PL-3.

O Senado Federal Resolve:

Artigo único — E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial da Ata, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, René Nunes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Neuza Joana Orlando Verissimo, para o cargo de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão. Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado.

Projeto de Resolução nº 11, de 1967

Nomeia Neuza Joana Orlando Verissimo, para o cargo de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal Resolve:

Artigo único — E' nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Neuza Joana Orlando Verissimo.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 12, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem queira fazer uso da palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto voltará à Comissão Diretora para redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado.

Projeto de Resolução nº 12, de 1967

Nomeia Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-3.

O Senado Federal Resolve:

Art. único — E' nomeado de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do R-

gimento Interno combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Arquivologista, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Marcos Vieira.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 9:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 13, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Edilys Boker Snitcovsky, para o cargo de Oficial Arquivologista, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Resolução nº 13, de 1967

Nomeia Edilys Boker Snitcovsky, para o cargo de Oficial Arquivologista, PL-4.

O Senado Federal Resolve:

Art. único — E' nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Arquivologista, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Edilys Boker Snitcovsky.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 10:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 14, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Adelino Almeida Fontes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queira permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para a redação final.

E' o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Resolução nº 14, de 1967

Aposenta Adelino Almeida Fontes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal Resolve:

Artigo único — E' aposentado, de acordo com o art. 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com os arts. 1º da Resolução nº 16, de 1963, e 345, item IV, da Resolução nº 6, de 1960 e a gratificação adicional a que faz jus, com os proventos do cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, o Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Adelino Almeida Fontes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 11:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 15, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Geraldo José Coelho Galvão para o cargo de Oficial Auxiliar de Ala, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Esta aprovado.

O projeto volta à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

Projeto de Resolução nº 15, de 1967

Nomeia Geraldo José Coelho Galvão para o cargo de Oficial Auxiliar de Ala, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal Resolve:

Art. único. É nomeado, de acordo com o art. 65, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Auxiliar da Ala, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Geraldo José Coelho Galvão.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 12:

“Discussão, em turno único, do Parecer nº 878, de 1966, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 1, de 1966, do Sr. Paulo da Cunha Rabello, solicitando pronunciamento do Senado Federal sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17 de 1962, que registra o termo assinado em 13.2.1959, de unificação, constituição, regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha e acrescidos, situados na Avenida Brigadeiro Trompowsky, na cidade do Rio de Janeiro, GB, outorgados pela União Federal ao espólio de Joaquim Vieira Ferreira (Parecer no sentido da remessa do PDL-17-66 à Comissão de Redação para elaborar texto mantendo o ato denegatório, em virtude de ser necessária deliberação expressa do Congresso sobre a matéria).”

Em discussão o parecer. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O parecer foi aprovado, nas suas conclusões, e, assim, a matéria irá à Comissão de Redação para cumprimento do vencido.

É o seguinte o parecer aprovado:

PARECER Nº 878, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Requerimento nº 1, de 1966, do Sr. Paulo da Cunha Rabello, solicitando pronunciamento do Senado Federal sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1962, que registra o termo assinado em 13.2.1959, de unificação, constituição, regularização e transfe-

rência de aforamento dos terrenos de marinha e acrescidos, situados na Av. Brigadeiro Trompowsky, na cidade do Rio de Janeiro, GB, outorgados pela União Federal ao espólio de Joaquim Vieira Ferreira.

Relator: Sr. Jefferson de Aguiar.

O espólio de Joaquim Vieira Ferreira requer revisão de decisão do Senado Federal ocorrida em sessão realizada em 8 de junho deste ano, quando foi rejeitado o Projeto de Decreto Legislativo nº 17 de 1962, originário da Câmara dos Deputados (nº 130-A, de 1962).

O projeto versa sobre registro de termo de aforamento, assinado em 13 de fevereiro de 1959, que o Tribunal de Contas recusou.

A Câmara dos Deputados elaborou e aprovou projeto, determinando o registro, com fundamento em argumentos perflhados pela Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira e no exercício de prerrogativa assegurada pela Constituição Federal art. 77, III.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças opinaram pela aprovação do projeto, com as ressalvas e restrições, de direito, especialmente de competência, que os pareceres denunciavam. Foram votos vencidos os Senadores Domício Gondim e Adolpho Franco, que opinaram pela aprovação de emenda substitutiva, mantendo o ato denegatório.

A discussão foi encerrada na sessão de 1º de junho e a votação se operou na sessão de 8 daquele mês, quando o projeto foi rejeitado, equivocadamente, sem qualquer explicação ou argumento em contrário (D.C.N., ... 1.6.66, pág. 1.442; 9.6.66, pág. 1.559), data rênica.

Não vem à colação, nesta oportunidade, a questão de mérito: a matéria controvertida e discutida cinge-se à legitimidade da decisão do Senado Federal, em recusando sumariamente o projeto de decreto legislativo elaborado e aprovado pela Câmara dos Deputados, em questão relacionada com registro de contrato pelo Tribunal de Contas, cuja decisão obriga si et in quantum, desde que não tem a força e o poder do veto (v. Themistocles Cavalcanti, A Constituição Federal Comentada, vol. II, pág. 224).

No voto do Senador Domício Gondim consta substitutivo, que deveria ser aprovado, caso se pretendesse recusar o projeto e manter o ato do Tribunal de Contas.

Trata-se de ato de exclusiva competência do Congresso Nacional (Constituição, art. 77, § 1º, in fine). Por isso, exerce a sua função judicante através de decretos legislativos (Regimento Interno, art. 207, letra b), confirmando ou recusando os atos deliberatórios do Tribunal de Contas, que é seu órgão auxiliar (Constituição, art. 22), agindo, no exercício de sua missão, em nome e por conta do legislador, na expressão de BESSON (Le Contrôle des Budgets en France et à l'Etranger, pág. 286 e 436; v. Pontes de Miranda, Comentários à Constituição de 1946, vol. II, pág. 91 e 93).

Eduardo Espinola informa que “é atribuição própria do Congresso, embora não especificada no art. 66, resolver se procede, ou não a recusa do registro. No caso de negativa o Tribunal terá de fazê-lo”. (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, vol. 1, pág. 389).

Com o procedimento do Senado, a decisão do Tribunal de Contas ficou em aberto, sem recusa e sem aprovação.

Quando da discussão, deveria ter sido renovada a emenda substitutiva do Senador Domício Gondim (Re-

gimento, art. 227), que suscitaria nova deliberação válida desta Casa, na apreciação legítima da controvérsia oriunda da decisão do Tribunal de Contas.

E' inquestionável:

a) que a iniciativa das leis cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, “reservados os casos de competência exclusiva” — (Constituição, art. 67);

b) que o projeto de lei adotado numa das Câmaras será revisto pela outra (Constituição, art. 68), que, se o emendar, devolvê-lo-á à primeira para que se pronuncie acerca da modificação, aprovando-a ou não (Constituição, art. 69).

Na elaboração legislativa, o projeto rejeitado só poderá ser renovado, na mesma sessão legislativa, se proposto por maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras (art. 72 da Constituição).

No caso particular, o Congresso Nacional decide matéria da sua exclusiva competência. Não pode a Câmara Revisora rejeitar o projeto, mas alterá-lo fundamentalmente, aprovando ou recusando o ato do Tribunal de Contas. E o fará, emendando o projeto de decreto legislativo, que se origina necessariamente na Câmara dos Deputados. A promulgação é da competência do Presidente (Regimento, art. 16, nº 16), caso mereça aprovação o decreto legislativo.

O Regimento Interno autoriza a reabertura da discussão (art. 275-C), desde que o requerimento seja subscrito por 44 Senadores ou por líderes que os representem.

Ora, se a intenção do Plenário era a de rejeitar o projeto de decreto legislativo, só poderia fazê-lo, como foi demonstrado, com a aprovação de emenda substitutiva (apresentada com o voto vencido do Senador Domício Gondim). E só com a reabertura ade discussão liberalmente, poderá ser admitida a sua apresentação, discussão e votação. Se aprovada, a Câmara dos Deputados decidirá afim, mantendo ou recusando o ato denegatório.

Os erros e equívocos não podem prevalecer. O Regimento autoriza a sua revisão, em vários casos (art. 318, 319 e 319-A), opinando a Comissão competente a respeito da orientação a seguir para a retificação do erro (art. 318, letra a).

Não seria possível reabrir-se a discussão após a votação (Reg., art. 275-C), para que a emenda substitutiva fosse renovada e pudesse ser considerada aprovada.

Mas, na conciliação dos preceitos regimentais e com o propósito de, atendendo ao deliberado definitivamente pelo Senado e obediente aos preceitos e argumentos invocados, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela remessa do Projeto de Decreto Legislativo nº 17 à douta Comissão de Redação para elaborar o texto do decreto legislativo, nos termos do vencido, isto é, mantendo-se o ato denegatório.

Assim procede, por se tratar de matéria da exclusiva competência do Congresso Nacional, não podendo ocorrer omissão, mas deliberação expressa. Não se poderia proceder de igual modo, no que concerne à elaboração das leis em face e em obediência da norma expressa contida no art. 72 da Constituição Federal.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1966. — Milton Campos, Presidente — Jefferson de Aguiar, Relator — Afonso Arinos — Menezes Pimentel — Antônio Carlos — Heriberto Vieira — Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE:

(Vivaldo Lima) — Item 13:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 185, de 1966, nº 4.760-B-62, na Casa de origem, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença salarial devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro, tendo pareceres, sob os números 59 e 60, de 1967, da Comissão de nãças; 1º pronunciamento, solicitando audiência do Ministério da Viação e Obras Públicas; 2º pronunciamento, favorável.

Em discussão. (Pausa.).

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 185, DE 1966

(Nº 4.760-B-62, na Casa de Origem)

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, do crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), para atender ao pagamento da diferença salarial devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 450.000.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de cruzeiros), destinado a atender ao pagamento da diferença salarial, devida a servidores da Administração do Porto do Rio de Janeiro, referente ao período de 1º de julho de 1960 a 31 de março de 1962, que tiveram seus enquadramentos alterados pelo Decreto nº 51.460, de 4 de abril de 1962.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 13.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 299, nº 4.907-A-63, na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul — o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil trezentos e trinta cruzeiros), para os fins que especifica, tendo parecer favorável, sob nº 68, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 293, DE 1966

(Nº 4907-A-63, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil, trezentos e trinta cruzeiros), para os fins que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 31.330 (trinta e um mil, trezentos e trinta cruzeiros), para atender despesas realizadas no exercício de 1960, com a seguinte discriminação:

Subconsignação 1.1.08

Auxílio-doença — Cr\$ 31.330.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 16.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 294, de 1966 (nº 1.422-B-63, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões, setecentos e trinta e sete mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização de adiantamento ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, tendo parecer favorável, sob nº 75, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o Projeto. (Pausa.). Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o Projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.).

O Projeto foi aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 294, DE 1966

(Nº 1.422-B-63, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, através do Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões, setecentos e trinta e sete mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização de adiantamentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 715.773.407,70 (setecentos e quinze milhões, setecentos e trinta e sete mil quatrocentos e sete cruzeiros e setenta centavos), para atender à regularização dos adiantamentos ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, por conta dos processos de habilitação daquela entidade, para recuperação de pagamentos

efetuados nos termos do Decreto-lei nº 3.769 de 28 de outubro de 1941.

Art. 2º A regularização será realizada com base nos referidos processos, devidamente conferidos e liquidados pelos órgãos competentes do Ministério da Fazenda.

Art. 3º O referido crédito especial terá a vigência de cinco exercícios e será automaticamente registrado e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 17.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 295, de 1966 (nº 44-B-63, na Casa de origem), que autoriza o Poder

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 295, DE 1966

(Nº 44-B-63, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais, no montante de Cr\$ 3.190.666.338,20 (três bilhões, cento e noventa milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos), para atender a despesas de diversos Ministérios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelos Ministérios a seguir indicados, os créditos especiais no total de Cr\$ 3.190.666.338,20 (três bilhões, cento e noventa milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos), assim discriminados:

Ministério da Agricultura:

Destinado ao programa de assistência à lavoura cacaueira no Estado da Bahia, mediante convênio firmado com o Escritório Técnico de Agricultura — Projeto número 35 — e a ser movimentado pelo regime da Lei nº 1.489-51 — Processo MF 68.323-62 3.000.000,00

Ministério da Fazenda:

Destinado ao pagamento a I.B.M. do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda., concernente aos alugueis das máquinas instaladas neste Ministério relativos ao exercício de 1961 — Processo MF 695-62 23.425.938,20

Ministério do Trabalho e Previdência Social:

Para regularizar despesas já realizadas e escrituradas à conta de "Diversos Responsáveis — Despesas a Regularizar", em face da cobertura do déficit de assistência médica hospitalar do exercício de 1961, IPASE, encargos da União Federal, de acordo com o art. 1º do Decreto-lei nº 8.450, de 26-12-45, conforme Processo MF 42.621-62 2.664.240.400,00
Subtotal 2.666.666.338,20

Ministério da Viação e Obras Públicas:

Para cobrir despesas com a reparação de obras de arte e trechos de linha nos ramais de Dom Pedrito e Livramento e de Jaguarí a Santiago, na Rede Viação Férrea do Rio Grande do Sul, danificados por violentos temporais que atingiram diversas regiões desse Estado — Processo MF 253.782-62 500.000.000,00

Total Geral 3.190.666.338,20

Art. 2º Os créditos especiais de que trata a presente lei serão automaticamente registrados e distribuídos ao Tesouro Nacional, pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 18:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 296, de 1966 (nº 4.764-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República o crédito especial de Cr\$ 32.874.000 (trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros), para ocorrer a despesas com os próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis, tendo parecer favorável, sob o nº 65, de 1967, da Comissão de Finanças.

Executivo a abrir créditos especiais no montante de Cr\$...

3.190.666.338,20 (três bilhões, cento e noventa milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, trezentos e trinta e oito cruzeiros e vinte centavos), para atender a despesas de diversos Ministérios, tendo parecer favorável, sob nº 61, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.).

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado e irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 296, DE 1966

(Nº 4.764-B-62, na Casa de origem)
Autoriza o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 32.874.000 (trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros), para ocorrer a despesas com os próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, à Presidência da República, o crédito especial de Cr\$ 32.874.000 (trinta e dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil cruzeiros), destinado à regularização de despesas já efetuadas, com a recuperação, substituição e complementação de móveis e utensílios dos próprios presidenciais em Brasília, Rio de Janeiro e Petrópolis, em 1962.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 19.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 298, de 1966, (nº 3.909-B-62, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440,80 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil quatrocentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre, tendo parecer favorável, sob o nº 68, de 1967, da Comissão de Finanças, com a emenda que oferece, sob nº 1-CF.

Em discussão o projeto com a emenda.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrada discussão. (Pausa.).

Está encerrada.

Em votação o projeto sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.).

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 298, DE 1966

(Nº 3.909-B-62, na Casa de origem)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440,80 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440,80 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea, em virtude de decisão proferida pela 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, nos Processos JCI 440 a 510-60, reconhecendo

sendo-lhes o direito ao abono de 30% (trinta por cento) concedido pela Lei nº 3.581, de 1 de janeiro de 1959, e Cr\$ 44.190,80 (quarenta e quatro mil, cento e noventa cruzeiros e oitenta centavos), correspondentes às custas processuais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

E a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CF

Onde se lê:

Art. 1º

a) Cr\$ 2.227.440,80 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros e oitenta centavos);

b) Cr\$ 44.190,80 (quarenta e quatro mil, cento e noventa cruzeiros e oitenta centavos).

Leia-se:

Art. 1º

a) Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros);

b) Cr\$ 44.190 (quarenta e quatro mil, cento e noventa cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A matéria irá a Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 20.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 321, de 1966 (nº 3.993-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 659.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões oitocentos e oitenta mil cruzeiros), para atender, no corrente ano, às despesas com o aumento de salários do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana, tendo parecer favorável, sob nº 69, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 321, DE 1966

(Nº 3.993-A-66 na Casa de origem) Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 659.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros), para atender, no corrente ano, às despesas com o aumento de salários do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 659.880.000 (seiscentos e cinquenta e nove milhões, oitocentos e oitenta mil cruzeiros), para atender, no corrente ano, às despesas com o aumento de salários do pessoal da Companhia de Navegação Bahiana.

soal da Companhia de Navegação Bahiana.

Art. 2º O crédito especial de que trata o artigo anterior será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 21:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1966 (3.984-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que isenta do imposto de importação e do imposto de consumo, ou daquele que a este vier substituir, e da taxa de despacho aduaneiro equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira, tendo parecer favorável, sob nº 70, de 1967, da Comissão de Finanças, com emenda que apresenta sob nº 1-CF.

Em discussão o projeto e a emenda.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 325, DE 1966

(Nº 3.984-A-66, NA CASA DE ORIGEM)

Isenta do imposto de importação e do imposto de consumo, ou daquele que a este vier substituir, e da taxa de despacho aduaneiro, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' concedida isenção do imposto de importação e do imposto de consumo, ou daquele que a este vier substituir, e da taxa de despacho aduaneiro, para os equipamentos amparados pelas Licenças ns. DG-66/4.537-3.951 e DG-66 4.536-3.950, emitidas pela Carteira do Comércio Exterior, importados pela Eucetex S. A. — Indústria e Comércio, São Paulo (SP), para a ampliação de sua fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

Art. 2º A isenção concedida não abrange o material com similar nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto irá à Comissão de Redação.

E' a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1 C. E. nº art. 1º

Onde se lê:

"imposto de consumo, ou daquele que a este vier a substituir".

Leia-se:

"imposto sobre produtos industrializados".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 22:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 326, de 1966 (nº 3.989-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que fixa em 10% (dez por cento) "o valor" e a alíquota incidentes sobre películas destinadas à fabricação de filmes fotossensíveis, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 63 e 64, de 1967, das Comissões de Projetos do Executivo e Finanças.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 326, DE 1966

(Nº 3.989-A-66, NA CASA DE ORIGEM)

Fixa em 10% (dez por cento) "o valor" a alíquota incidente sobre películas destinadas à fabricação de filmes fotossensíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' fixada em 10% (dez por cento) ad valorem a alíquota incidente sobre películas de poliéster e de triacetato de celulose, com camada anti-halo e substratada, destinadas à fabricação de filmes fotossensíveis, classificadas, respectivamente, nos itens 39-03-003 e 39-08-003, da Tarifa das Alfândegas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 23:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 327, de 1966 (nº 3.992-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que abre ao Ministério da Saúde o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para atender aos encargos do ano de 1966 da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, destinando-se Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) à regularização de despesa já realizada, tendo parecer favorável, sob nº 62, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 237, DE 1966

(Nº 3.992-A-66, NA CASA DE ORIGEM)

Abre ao Ministério da Saúde, o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), para atender aos encargos do ano de 1966 da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, destinando-se Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) à regularização de despesa já realizada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Ministério da Saúde, para a Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, o crédito especial de Cr\$ 8.700.000.000 (oito bilhões e setecentos milhões de cruzeiros), destinados a atender aos encargos do ano de 1966.

Art. 2º Do crédito de que trata o artigo anterior, a parcela de Cr\$ 3.500.000.000 (três bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) destinase a regularizar igual despesa já realizada.

Art. 3º O crédito especial de que trata o art. 1º será automaticamente registrado pelo Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE

(Nogueira da Gama) — Item 24:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 3, de 1967 (nº 3.988-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre a regularização de emissões ilegais de títulos e correção monetária na hipótese de morte do devedor, tendo pareceres sob ns. 73 e 74 de 1966, das Comissões de Projetos do Executivo, favorável, com emendas que apresenta sob ns. 1-CPE — 2-CPE — 3-CPE — 4-CPE e 5-CPE, tendo votos: com restrições, dos Senhores Senadores Bezerra Neto, José Guimard Ruy Carneiro, Wilson Gonçalves, quanto às emendas, do Senhor Senador Mem de Sá e sem prejuízo das emendas, do Senador Lino de Matos, Finanças, favorável ao projeto.

Sobre a mesa duas emendas que não serão lidas.

São lidas as seguintes.

EMENDA Nº 3

Substitui o

Art. 1º As empresas que tenham em circulo títulos emitidos de sua responsabilidade em condições proibidas pelo artigo 17 da Lei número 4.726 de 14 de julho de 1965 fica assegurado o prazo de 30 (trinta) dias, para apresentarem ao que proutua o parágrafo 2º do mencionado artigo 17, sob pena de serem sujeitas, ao final desse prazo, a multa cominada no parágrafo 1º do mencionado artigo 17.

Parágrafo único. Não se aplica a penalidade que se refere este artigo, a empresa que tenha sido decretada sua falência ou concordata, nem aos portadores de títulos de responsabilidade da mesma que os tenham habilitado no competente processo.

Art. 2º Findo o prazo fixado no artigo 1º, sem que a empresa tenha tomado a providência no mesmo pre-

vista, os portadores de seus títulos, que, nos 30 (trinta) dias subsequentes, promoverem o respectivo registro no Banco Central da República do Brasil, ficarão isentos da penalidade cominada no parágrafo 4.º, do artigo 17 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965.

Parágrafo único. A penalidade a que alude este artigo, não será imposta nos casos de títulos cambiários já registrados no Banco Central da República do Brasil, pelos portadores, na forma autorizada pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 3.º Considera-se, para todos os efeitos, como não tendo valido da faculdade assegurada pelo artigo 1.º, a empresa que deixar de resgatar os títulos de sua responsabilidade nos prazos e forma aprovados pelo Banco Central da República do Brasil.

Art. 4.º As empresas que não se utilizarem da prerrogativa conferida pelo artigo 1.º e as que, tendo-se utilizado, não resfatarem os títulos de sua responsabilidade na forma do estatuído no artigo 3.º ficarão sujeitas, além da multa prevista no parágrafo 4.º do artigo 17 da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, ao pagamento cumulado de juros moratórios e correção monetária, que serão acrescidos ao valor nominal dos títulos por ocasião de sua liquidação.

Parágrafo único. Os índices de correção monetária previstos neste artigo, obedecerão aos mesmos critérios estabelecidos para os créditos fiscais da Fazenda Pública Federal, em face de cobrança administrativa ou judicial.

Art. 5.º A penalidade prevista no artigo 17, parágrafo 4.º, da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, será imposta pelo Banco Central da República do Brasil e cobrança pela Fazenda Nacional.

Art. 6.º O Banco Central da República do Brasil fornecerá aos interessados nos títulos cambiários de que trata esta Lei, que se propuserem a ingressar em Juízo, as certidões que lhe forem justificadamente solicitadas, mórmente quanto à utilização da faculdade referida no artigo 1.º e aos registros mencionados no artigo 2.º.

Art. 7.º A partir da publicação desta Lei, a obrigação atribuída a pessoa física ou jurídica de pagar os títulos cambiários de que tratam os artigos precedentes, ou de ressarcir prejuízo oriundo de juros moratórios e correção monetária igual à dos créditos fiscais da União.

Parágrafo único. Quando o vencimento de títulos, ou a ocorrência do prejuízo, se tiver verificado anteriormente à publicação desta Lei, os juros moratórios e a correção monetária se contarão da data de sua publicação.

Art. 8.º A partir da publicação da presente Lei, ficarão sujeitos à correção monetária prevista no artigo anterior os débitos de empresas que impetrarem concordata.

Art. 9.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende.

EMENDA Nº 7

Projeto nº 2-67 (3.988 na Câmara)

Emenda

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao artigo 2º:

Art. 2º

§ ... Nenhum registro efetuado no Banco Central da República do Brasil excluirá da aplicação da penalidade cominada no § 4º do art. 17 da Lei nº 4.728, de 14 de janeiro de 1965, o portador de títulos viciados por falsidade material ou ideológica em sendo constatada sua participação na emissão ou venda ao público de tais

títulos, próprios ou de terceiros, ou em qualquer ato ilícito conexo, ou, ainda, se estiver servindo como interposta pessoa a quem tenha tido tal participação.

Sala das Sessões em 21 de janeiro de 1967. — Lino de Mattos.

Justificação

Não se concede que se releve a multa de 50% do valor do título, fixada no § 4º do artigo 17 da Lei de Mercado de Capitais em que tenham incorrido os emitentes, coobrigados ou portadores de títulos cambiários, colocados no mercado paralelo, em se tratando de títulos falsificados, apresentados por quem participou na emissão criminosa ou do derrame. A relevação deve beneficiar portadores de boa fé e nunca criminosos e seus cúmplices.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

O Projeto volta às Comissões para se pronunciarem sobre as emendas.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1967 (nº 3.861-B-66, na Casa de origem), que abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 34.446.000, para atender ao pagamento de vantagens incorporadas a juizes e funcionários aposentados do seu Quadro de Pessoal, tendo parecer favorável, sob nº 15, de 1966, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 1967

(Nº 3.861-B, DE 1966, NA CASA DE ORIGEM)

Abre ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho — 1.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 24.446.000 para atender ao pagamento de vantagens incorporadas a juizes e funcionários aposentados do seu Quadro de Pessoal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 34.446.000 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil cruzeiros), para atender ao pagamento de vantagens incorporadas aos

Art. 2.º O crédito de que trata a presente lei será registrado no Tribunal de Contas da União.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 28:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 5, de 1967 (nº 3.862-B, de 1966, na Casa de origem), que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região — para atender a despesa com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal, tendo parecer favorável, sob número 71, da Comissão de Finanças.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto. Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O Projeto foi aprovado. Irá à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 1967

(Nº 3.862-B, DE 1966, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.000.000 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, para atender a despesa com o pagamento de salário-família a juizes e funcionários aposentados daquele Tribunal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região, o crédito suplementar de Cr\$ 2.000.000 (dois milhões de cruzeiros) à conta da verba seguinte:

Poder Judiciário — Anexo 5
5.05 — Justiça do Trabalho
0.1.02 — Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento
05.02.01 — Primeira Região
3.0.00 — Despesas Correntes
3.2.503 — Salário-Família

ANEXO: 3 — Poder Judiciário
05 — Justiça do Trabalho

06 — Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região.

Cat. Econ.

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

3.2.0.0 — Transferências Correntes

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

3.2.5.0 — Salário-Família

Art. 2.º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 27:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1967 (nº 3.876-B-66, na Casa de origem), que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 442.486.900 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho — 5.ª Região — destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica consideradas insuficientes, tendo parecer favorável, sob nº 72, de 1967, da Comissão de Finanças.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 1967

(Nº 3.876-B, DE 1966, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 442.486.900 ao Poder Judiciário — Tribunal Regional do Trabalho — 5.ª Região, destinado a atender, no corrente exercício, a dotações orçamentárias que especifica, consideradas insuficientes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região — o crédito suplementar de Cr\$ 442.486.900 (quatrocentos e quarenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil e novecentos cruzeiros) em reforço às dotações orçamentárias vigentes (Lei nº 4.900, de 10.12.66) com a seguinte classificação:

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado. Vai à Sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 1967

(Nº 3.879-B, DE 1966, NA CASA DE ORIGEM)

Retifica, sem ônus para a União, Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965, que estima a Receita e a Despesa da União para o exercício de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica retificada a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965,

que estima a Receita e a Despesa da União para o exercício de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica retificada a Lei nº 4.900, de 10 de dezembro de 1965,

que estima a Receita e a Despesa da União para o exercício de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1966, na forma abaixo:

4.06.00 — Ministério da Educação e Cultura
4.13.06 — Conselho Nacional do Serviço Social
Adendo B — Subvenções Ordinárias 06 — Ceará

Onde se lê:

Caucaia
Escola de Iniciação Profissional Cordimariana 100
Patronato Santa Maria 200
Fortaleza
Fundação John Sanford 18.000

Leia-se:

Caucaia
Escola de Iniciação Profissional Cordimariana 9.100
Patronato Santa Maria 9.200

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrário, esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 29:

Discussão, e em turno único do Projeto de Lei da Câmara, nº 9, de 1967 (nº 3.991-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a transferir recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dá outras providências, tendo parecer favorável da Comissão Mista do Distrito Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 9, DE 1967

(Nº 3.991-A, DE 1966, NA CASA DE ORIGEM)

Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal a transferir recursos para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Prefeitura do Distrito Federal a transferir ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 50% (cinquenta por cento) da receita derivada, proveniente da arrecadação, no presente exercício, do Imposto de Diversões Públicas na forma do art. 207 da Lei nº 4.191, de 24 de dezembro de 1962.

Art. 2.º A transferência de recursos mencionada no artigo anterior, destina-se a atender às obrigações decorrentes do Convênio de Estatística, celebrado, em 26 de julho de 1961, entre a Prefeitura do Distrito Federal e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e devidamente registrado pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Art. 3.º Fica o Senhor Prefeito do Distrito Federal autorizado a abrir, a Secretaria de Finanças, no corrente exercício, crédito especial até o limite de Cr\$ 130.000.000 (cento e trinta milhões de cruzeiros) para o atendimento do disposto na presente lei.

Art. 4.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 30:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1966, originário da Câmara dos Deputados (nº 296-A-66, na Casa de origem), que aprova o texto de Instrumento de emenda (nº 3), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 50 e 51, de 1967, das Comissões de Relações Exteriores, e Legislação Social.

Em discussão o projeto. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação (Pausa.)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovado. Vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 53, DE 1966

(Nº 296-A, na Casa de origem)

Aprova o texto de Instrumento de Emenda (nº 3), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovada o Texto de Instrumento de Emenda (nº 3), de 1964, da Constituição da Organização Internacional do Trabalho, adotado em Genebra, em 9 de julho de 1964, o qual acrescenta ao art. 1.º da Constituição um novo parágrafo, de teor seguinte:

"6. A Conferência-Geral da Organização Internacional do Trabalho pode, durante qualquer sessão em cuja ordem do dia a questão tenha sido inscrita, e por maioria de dois terços dos delegados presentes à sessão, inclusive os dois terços dos delegados governamentais presentes com direito a voto, excluir da Organização Internacional do Trabalho todo membro que tenha sido excluído das Nações Unidas, ou suspender do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro da Organização Internacional do Trabalho todo membro que tenha sido suspenso do exercício dos direitos e privilégios inerentes à qualidade de membro das Nações Unidas; a suspensão não afetará a validade das obrigações do membro resultantes da Constituição e das convenções das quais seja parte."

Art. 2.º Este Decreto-Legislativo em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 31:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 1966 (nº 297-A-66, na Casa de origem), que aprova o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 52, 53 e 54, de 1967, das Comissões de Relações Exteriores, de Constituição e Justiça, e de Finanças.

Em discussão o projeto.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado. Vai à Comissão de Redação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 54, DE 1966

(Nº 297-A-66, na Casa de origem) Aprova o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovado o texto da Convenção de Viena sobre Relações Consulares, assinada em 24 de abril de 1963.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para outra extraordinária, a realizar-se às 13 horas e quarenta minutos, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 283, de 1966, (nº 3.950-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros) para indenização à Companhia Port of Pará, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 49 e 67, de 1967, das Comissões de Finanças, com voto vencido do Sr. Senador Lino de Mattos e Projetos do Executivo.

II

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 16, de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Francisco Stivalet Finamor, para o cargo de Oficial de Ata, PL-3. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 30 minutos.)

ATA DA 18ª SESSÃO, EM 22 DE JANEIRO DE 1967

6ª Sessão Legislativa Extraordinária da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 13 horas e 40 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
José Guimard
Oscar Passos
Vivaldo Lima
Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Cattete Pinheiro
Lobão da Silveira
Eugenio Barros
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Menezes Pimental
Wilson Gonçalves
Dix-Huit Rosado
Dinarte Mariz
Manoel Vilaga
Argemiro de Figueiredo
Domicio Gondim

Pessoa de Queiroz

Silvestre Péricles
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Jefferson de Aguiar
Eurico Rezende
Raul Giuberti
Vasconcelos Torres
Milton Campos
Benedicto Valadares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Adolpho Franco
Mello Braga
Irmên Bornhausen
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim — (44.) —

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 44 Srs. Senadores. Havendo número legal declarado aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A Presidência deferiu, hoje, os Requerimentos de Informações apresentados pelo Senhor Senador Vasconcelos Torres, a saber:

— Nº 12-67 — ao Ministro das Relações Exteriores;
— Nº 14-67 — ao Ministro das Relações Exteriores;

— Nº 15-67 — ao Ministro da Saúde. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há expediente para leitura e nem oradores inscritos. (Pausa.)

Acha-se sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação que será lido pelo Senhor Primeiro Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 18, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requer dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966. Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

B' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 80, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966, que suspende a execução da Lei nº 20, de 27 de outubro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 80, DE 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 75, de 1966

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 64 da Constituição Federal, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

Suspensão a execução da Lei número 20, de 27 de outubro de 1953, do Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 1º E' suspensão, nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida na Representação nº 281, a vigência da Lei nº 20, de 27 de outubro de 1953, do Rio Grande do Norte, por oposição ao artigo 71 da Constituição Estadual.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa, há outro requerimento pedindo dispensa de publicação, e que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 19, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência passa-se à discussão da redação final do Projeto de Lei nº 168, de 1966.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

E' designado para acompanhar o projeto na Câmara dos Deputados o Sr. Senador Melo Braga, que foi seu Relator na Comissão de Economia.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 81, de 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 168, de 1966 (nº 3.513-C-66, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 168, de 1966 (nº 3.513-C-66, na Casa de origem) que dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV, da

Tarifa que acompanha a Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 81, DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 168, de 1966 (nº 3.513-C-66, na Casa de origem), que dá nova redação ao item 79-01, alíneas 001 e 002, da Seção XV, da Tarifa que acompanha a Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda nº 1-CE) Ao Projeto.

Onde se lê:

"50 %";

Leia-se:

"25 %".

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa outro requerimento de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 20, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 79 de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se à discussão da redação final do Projeto de Lei nº 79, de 1966.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-seja fazer uso da palavra, encerrarei a discussão.

(Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada

O projeto volta à Câmara dos Deputados.

E' designado o Senador Jose Feliciano, relator da matéria na Comissão de Economia, para acompanhar o projeto na Câmara dos Deputados.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 82, de 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1966

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1966 (número 3.263-B-65, na Casa de origem), que concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radionavegação.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 82, DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 79, de 1966, que concede isenção de tributos a equipamentos importados para instalação, ampliação e manutenção de estações e aparelhos de radionavegação.

EMENDA Nº 1

(Corresponde à emenda 1-CE) Ao "caput" do art. 2º.

Dê-se a seguinte redação:

"Art. 2º O benefício constante da presente Lei só será concedido ao equipamento, sem similar produzido no Brasil, importado por intermédio da LABRE (Liga de Amadores Brasileiros de Radioemissão), por radio-amador prefixado e associado dessa entidade."

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Outro pedido de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final, vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

Requerimento nº 21, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se, em consequência, a discussão da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 217-66.

(Pausa.)

Em discussão.

Não havendo quem queira a palavra, para discussão, com a mesa encerrada.

Em votação a Redação Final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

A Redação Final foi aprovada. O projeto de lei vai à sanção.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 83, de 1967

PARECER Nº 83, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 217, de 1966 (nº 1.202-B, de 1963, na Casa de origem.) Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara número 217, de 1966 (nº 1.202-B-63, na Casa de origem), que concede a isenção prevista na alínea "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, a equipamentos importados, para execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 83, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara número 217, de 1966 (número 1.202-B-63, na Casa de origem), que concede a isenção prevista na alínea "c" do item I do art. 1º da Lei nº 4.622, de 3 de maio de 1965, a equipamentos importados, para execução de projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A isenção prevista na alínea "c" do item I do art. 1º da Lei

nº 4.622, de 3 de maio de 1965, também se aplica aos equipamentos importados, para execução dos projetos industriais aprovados pelo Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas, desembarraçados com esse benefício mediante assinatura de Termo de Responsabilidade, de acordo com o que faculta o art. 42 da Lei número 3.244, de 14 de agosto de 1957 (Lei de Tarifas).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa mais um requerimento de dispensa de publicação que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 22, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requer-se dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto Legislativo nº 25, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência, passa-se imediatamente à discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 25, de 1966.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo que peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 84, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1966 (número 253-B-66, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1966 (nº 253-B-66, na Casa de origem), que torna definitivo o registro feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Eurico Rezende, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Bezerra Neto.

ANEXO AO PARECER Nº 84 DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1966 (número 253-B-66, na Casa de origem.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, nº III, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1967

Torna definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É tornado definitivo o registro, feito sob reserva pelo Tribunal de Contas, conforme decisão de 14 de dezembro de 1965, da concessão de reforma ao ex-Cabo do Exército José Francisco de Araújo.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de dispensa de publicação.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 23 de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 10, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência passa-se à imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1966.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a redação final queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 85, de 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1966 (nº 29-A de 1959, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1966 (nº 29-A/59, na Casa de origem), que determina o registro, pelo Tribunal de Contas, de contrato — escritura de compra e venda, de 31 de agosto de 1953, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, firmado entre Verônica Carlini e outros e a União Federal.

Sala das Sessões 22 de janeiro de 1967. — *Eurico Rezende, Presidente.* — *Edmundo Levi, Relator.* — *Bezerra Neto.*

ANEXO AO PARECER Nº 85, DE 1967

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 10 de 1966 (nº 29-A de 1959, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1967

Determina o registro pelo Tribunal de Contas, de contrato — escritura de compra e venda, de 31 de agosto de 1953, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná, firmado entre Verônica Carlini e outros e a União Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal de Contas registrará o contrato — escritura de compra e venda, celebrado em 31 de agosto de 1953, entre Verônica Carlini e outros e a União Federal, para efetivação de desapropriação de lotes de terrenos e benfeitorias localizados na cidade de Rio Negro, Estado do Paraná.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Outro pedido de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação de redação final, que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 24, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1966.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se, em consequência, à discussão da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 298-66. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, para discussão, dou-a como encerrada.

Em votação a Redação Final.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Redação Final foi aprovada. O projeto vai à sanção.

É a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 86, de 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1966 (nº 3.909-B de 1962, na Casa de origem).

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1966 (nº 3.909-B/62), na Casa de origem, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre.

Sala das Sessões 22 de janeiro de 1967. — *Eurico Rezende, Presidente.* — *Edmundo Levi, Relator.* — *Bezerra Neto.*

ANEXO AO PARECER Nº 86, DE 1967

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 298, de 1966 (nº 3.909-B de 1962, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), para pagamento de sentença judicial proferida em favor de diaristas de obras da 5ª Zona Aérea — Porto Alegre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Aeronáutica, o crédito especial de Cr\$ 2.227.440 (dois milhões, duzentos e vinte e sete mil, quatrocentos e quarenta cruzeiros), sendo Cr\$ 2.183.250 (dois milhões, cento e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta cruzeiros) para pagamento de Theodorico Piedade e outros, diaristas de obras da 5ª Zona Aérea em virtude de decisão proferida pela 6ª Junta de Conciliação e Julgamento de Porto Alegre, Rio Grande do Sul nos Processos JCI nº 449 a 514-63, reconhecendo-lhes o direito ao abono de 30% (trinta por cento) concedido pela Lei nº 3.531 de 19 de janeiro de 1939, e Cr\$ 44.190 (quarenta e quatro mil, cento e noventa cruzeiros), correspondentes às custas processuais.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Outro pedido de dispensa de publicação, para imediata discussão e votação de redação final, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 25, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1966.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Passa-se, em consequência, à discussão com redação final do Projeto de lei da Câmara nº 325-66.

Se nenhum Sr. Senador desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

O S. S. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Está aprovada.

O projeto volta à Câmara dos Deputados, sendo designado o Sr. Senador Bezerra Neto que foi relator da matéria na Comissão de Finanças para acompanhar o projeto naquela Casa do Congresso Nacional.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 87, de 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara número 325, de 1966 (nº 3.984-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1966 (nº 3.984-A-66, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República que isenta do imposto de importação e do imposto de consumo ou daquele que a este vier substituir, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Eurico Rezende, Presidente.* — *Edmundo Levi, Relator.* — *Bezerra Neto.*

ANEXO AO PARECER Nº 87 DE 1967

Redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 325, de 1966 (nº 3.984-A-66, na Casa de origem), que isenta do imposto de importação e do imposto de consumo, ou daquele que a este vier substituir, equipamentos destinados à ampliação de uma fábrica de prensados duros de fibras de madeira.

EMENDA Nº 1

(corresponde à emenda nº 1-CF)

I — Ao art. 1º

Onde se lê:

“... imposto de consumo, ou daquele que a este vier a substituir...”

Leia-se:

“... imposto sobre produtos industrializados...”

II — Altera-se, em consequência, a emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa há outro requerimento de pedido de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 26

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requiro dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1962.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin.*

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se, em consequência, à discussão da redação final do Projeto de Lei do Legislativo nº 17, de 1962.

Se nenhum Sr. Senador desejar usar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação a redação final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto volta à Câmara dos Deputados. É designado para acompanhar a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados o Sr. Senador Wilson Gonçalves, que já foi o seu relator na Comissão de Constituição e Justiça.

É a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 88, de 1967

Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1962 (nº 130-A, de 1962, na Casa de origem.)

Relator: Sr. Edmundo Levi.

A Comissão apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1962 (nº 130-A-62, na Casa de origem), que mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 13 de fevereiro de 1959, de unificação, constituição regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha situados na Cidade do Rio de Janeiro, que a União Federal outorga ao Espolio de Joaquim Vieira Ferreira, proposta pela Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer nº 87, de 1966, sobre o requerimento nº 1, de 1936, aprovado em Plenário na Sessão Extraordinária de 22 de janeiro de 1967.

Sala das Sessões em 22 de janeiro de 1967. — *Eurico Rezende, Presidente.* — *Edmundo Levi, Relator.* — *Bezerra Neto.*

ANEXO AO PARECER Nº 88, DE 1967

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1962, (nº 130-A, de 1962, na Casa de origem.)

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 1º da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1967

Mantém o ato do Tribunal de Contas denegatório de registro a termo, de 13 de fevereiro de 1959, de unificação, constituição, regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha, situados na Cidade do Rio de Janeiro, que a União Federal outorga ao Espolio de Joaquim Vieira Ferreira.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É mantido o ato do Tribunal de Contas, de 9 de agosto de 1960, denegatório de registro ao ter-

mo, de 13 de fevereiro de 1959, de unificação, constituição, regularização e transferência de aforamento dos terrenos de marinha situados na Av. Brigadeiro Trompowsky, sem número, lado par, confluência da Avenida Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro que a União Federal outorga ao Espólio de Joaquim Vieira Ferreira.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. Primeiro Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 27, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1967, que concede aposentadoria a Antenor Ferreira Gomes, Guarda de Segurança PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em virtude da deliberação do Plenário, passa-se à imediata discussão e votação da Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1967.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo que peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação a redação-final. (Pausa.)

Os Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

E a seguinte redação-final aprovada:

Parecer nº 89, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1967, que concede aposentadoria a Antenor Ferreira Gomes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 6, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal Resolve:
Artigo único — É concedida aposentadoria, nos termos do art. 1º da Resolução nº 37, de 23 de novembro de 1962, combinado com o art. 5º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1946, com os proventos correspondentes ao cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, mais a vantagem constante do item II do art. 345, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Antenor Ferreira Gomes.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Auro Moura Andrade. — Vivaldo Lima. — Cattete Pinheiro. — Joaquim Parente. — Guido Mondin. — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 28, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio

dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1967, que nomeia Geraldo José Coelho Gaião para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência passa-se à imediata discussão e votação da redação-final do Projeto de Resolução nº 15, de 1967.

Em discussão a redação-final (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

Em votação a redação-final.

Os Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada. O Projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação-final aprovada:

Parecer nº 90, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1967, que nomeia Geraldo José Coelho Gaião para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 15, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal Resolve:

Artigo único — É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno combinado com o art. 7, item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Auxiliar da Ata, PL-4 do Quadro da Secretaria do Senado, Geraldo José Coelho Gaião.

Sala da Comissão Diretora 22 de janeiro de 1967. — Dinarte Mariz — Cattete Pinheiro. — Joaquim Parente. — Sebastião Archer — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário outro pedido de dispensa de publicação.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 29, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio de publicação, para imediata e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1967, que concede aposentadoria a José Vicente de Oliveira Martins, Assessor Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Em consequência passa-se à discussão da Redação final do Projeto de Resolução nº 7 de 1967.

Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 91, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1967, que concede a José Vicente de Oliveira Martins Assessor Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 7, de 1967 nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal Resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o art. 101, tem I, parágrafo 3º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 341, item III, e 349, da Resolução nº 6, de 1960, e a gratificação adicional a que faz jus, o Assessor Legislativo, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, José Vicente de Oliveira Martins.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Auro Moura Andrade — Vivaldo Lima — Cattete Pinheiro — Joaquim Parente — Raul Giuberti — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 30, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1967, que nomeia Myrthes Nogueira, para o cargo de Taquígrafo Revisor, PL-2.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

Em consequência passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução nº 8 de 1967.

Não havendo quem peça a palavra declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Está aprovada.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 92, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1967, que nomeia Myrthes Nogueira, para o cargo de Taquígrafo-Revisor, PL-2.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 8, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Taquígrafo-Revisor, PL-2 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Myrthes Nogueira.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Auro Moura Andrade — Vivaldo Lima — Cattete Pinheiro — Sebastião Archer — Joaquim Parente — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de

publicação que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 31, de 1967

Nos termos dos arts. 211 letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1967, que nomeia Luiz Paulo Garcia Parente, para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em consequência passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução nº 9-67.

Em discussão. (Pausa)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação a Redação Final.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 93, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1967, que nomeia Luiz Paulo Garcia Parente, para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 9, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71 item I, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Luiz Paulo Garcia Parente.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Auro Moura Andrade — Vivaldo Lima — Dinarte Mariz — Cattete Pinheiro — Sebastião Archer — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 32, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra "p", e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1967, que nomeia Renê Nunes, para o cargo de Oficial da Ata, PL-3.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

Parecer nº 94, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 10, de 1967, que nomeia Renê Nunes, para o cargo de Oficial da Ata, PL-3.

RESOLUÇÃO Nº DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea "c", item

do Regimento Interno, combinado com o art. 71 item I, da Resolução nº 6, de 1966 para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial da Ata PL-4 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Rene Nunes.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Camillo Nogueira da Gama* — *Dinarte Mariz* — *Gilberto Marinho* — *Guido Mondin* — *Raul Giuberti* — *Sebastião Archer*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em consequência da aprovação do Requerimento passa-se à discussão da Redação Final do Projeto de Resolução nº 10-67.

Em discussão a Redação Final. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, dou por encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Redação Final. O Projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa outro requerimento de dispensa de publicação, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 33 de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 11, de 1967 que nomeia Neuza Joana Orlando Veríssimo, para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em consequência, passa-se à discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 11, de 1967.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada.

O Projeto vai à promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 95, de 1967

Redação Final do Projeto de Resolução nº 11, de 1967, que nomeia Neuza Joana Orlando Veríssimo, para o cargo de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 11, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6, de 1966 para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Auxiliar de Ata, PL-4, do Quadro da Secretaria

do Senado Federal, Neuza Joana Orlando Veríssimo.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Vivaldo Lima* — *Catete Pinheiro* — *Jaquim Parente* — *Guido Mondin* — *Sebastião Archer*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 34, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315 do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução número 12, de 1967, que nomeia Marcos Vieira, Oficial Arquivologista, PL-3.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em consequência passa-se à discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 12, de 1967.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315 do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução número 12 de 1967.

Está aprovada. O Projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 96, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 12, de 1967, que nomeia Marcos Vieira — Oficial Arquivologista, PL-3.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 12, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o artigo 85, alínea s, item 2 do Regimento Interno, combinado com o artigo 71, item I, da Resolução nº 6, de 1966 para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Arquivologista, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal — Marcos Vieira.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Camillo Nogueira da Gama* — *Vivaldo Lima* — *Dinarte Mariz* — *Gilberto Marinho* — *Raul Giuberti* — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação que vai ser lido pelo Senhor 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 35, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução número 13, de 1967, que nomeia Edilys

Boker Snitcovsky, para o cargo de Oficial Arquivologista, PL-4.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em discussão a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1967.

Em discussão.

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 97, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1967, que nomeia Edilys Boker Snitcovsky, para o cargo de Oficial Arquivologista, PL-4.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 13, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeada, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71 item I, da Resolução nº 6, de 1966, para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial Arquivologista, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Edilys Boker Snitcovsky.

Sala da Comissão Diretora em 22 de janeiro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Camillo Nogueira da Gama* — *Vivaldo Lima* — *Dinarte Mariz* — *Gilberto Marinho* — *Raul Giuberti* — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — O Senhor 1º Secretário vai proceder à leitura de requerimento de dispensa de publicação.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 36, de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315, do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução número 14, de 1967, que aposenta Adelino Almeida Pontes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Passa-se, em consequência, à discussão da redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1967.

Em discussão.

Se nenhum Senhor Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovada. O projeto vai à promulgação.

E a seguinte a redação final aprovada:

Parecer nº 98, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1967, que aposenta Adelino Almeida Pontes, Guarda de Segurança, PL-9, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 14, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É aposentado, de acordo com o artigo 191, § 1º da Constituição Federal, combinado com os artigos 1º da Resolução nº 10 de 1963 e 345 item IV da Resolução nº 6 de 1966 e a gratificação anual a que faz jus, com os proventos do cargo de Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro de Segurança, PL-8 do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Adelino Almeida Pontes.

Sala da Comissão Diretora em 22 de janeiro de 1967. — *Auro Moura Andrade* — *Camillo Nogueira da Gama* — *Vivaldo Lima* — *Dinarte Mariz* — *Guido Mondin* — *Sebastião Archer* — *Raul Giuberti*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Não há expediente a ser lido.

Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação para imediata discussão e votação de Redação final que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E lido e aprovado o seguinte

Requerimento nº 37 de 1967

Nos termos dos arts. 211, letra p, e 315 do Regimento Interno, requerio dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 5 de 1967 que nomeia para o cargo de Diretor, PL-1, Edson Ferreira Afonso.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — *Guido Mondin*.

O SR. PRESIDENTE:

(*Nogueira da Gama*) — Em consequência, passa-se à imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Resolução nº 5, de 1967, que nomeia para o cargo de Diretor PL-1, o Oficial da Ata PL-3, Edson Ferreira Afonso.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo que peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa.)

Está aprovada. Vai a promulgação.

E a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 99, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1967, que nomeia, para o cargo de Diretor, PL-1, Edson Ferreira Afonso.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 5, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº , DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2, do Regimento Interno, combinado com o

art. 75, item IV, alínea f, da Resolução nº 6, de 1960, para o cargo isolado, de Diretor, PL-1 de provimento efetivo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Oficial de Ata, PL-3 Edson Ferreira Affonso.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Auro Moura Andrade. — Vivaldo Lima. — Cattete Pinheiro. — Joaquim Parente. — Guido Mondin. — Sebastião Archer.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) Passa-se à Em discussão. (Pausa).

Discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 16 de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia Francisco Stivalet Finamor, Oficial da Ata PL-3.

Em discussão. (Pausa).

Não havendo quem peça a palavra, declarou-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovado:

O projeto volta a Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprovado o seguinte:

Requerimento nº 38, de 1967

Nos termos dos arts. 211, para p. 315, do Regimento Interno, o requerimento dispensa de publicação para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1967, que nomeia para o cargo de Oficial de Ata, PL-3, Francisco Stivalet Finamor.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em 1ª sequência, passa-se à discussão e votação da redação final do Projeto de Resolução nº 16 de 1967.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, declarou-a encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovada.

Vai à promulgação.

E' a seguinte a Redação Final aprovada:

Parecer nº 100, de 1967

Redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1967, que nomeia para o cargo de Oficial da Ata, PL-3, Francisco Stivalet Finamor.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 16, de 1967, nos seguintes termos:

RESOLUÇÃO Nº ..., DE 1967

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, de acordo com o art. 85, alínea c, item 2 do Regimento Interno, combinado com o art. 71, item I, da Resolução nº 6 de 1960 para o cargo isolado, de provimento efetivo, de Oficial da Ata, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Francisco Stivalet Finamor.

Sala da Comissão Diretora, em 22 de janeiro de 1967. — Vivaldo Lima — Dinarte Mariz — Guido Mondin — Raul Giuberti — Joaquim Parente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se à votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 283, de 1967,

que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 14.027.673.000, para indenização à Companhia Port of Pará, tendo pareceres favoráveis das Comissões de Finanças, com voto vencido do Senador Lino de Mattos, e de Projetos do Executivo.

A discussão do projeto foi encerrada na sessão anterior.

Em votação o projeto

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. — (Pausa):

Aprovado o Projeto.

O SR. ARTHUR VIRGILIO:

Sr. Presidente, peço conste de Ata meu voto contrário.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Vai-se proceder à verificação de votação requerida pelo Sr. Senador Eurico Rezende.

O Sr. Secretário procederá à chamada. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, responderão sim; os que o rejeitam, dirão não.

(Procede-se à verificação)

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES

José Guimard.

Vivaldo Lima.

Joaquim Parente.

Menezes Pimentel.

Dinarte Mariz.

Jefferson de Aguiar.

Attilio Fontana.

Guido Mondin (8).

RESPONDEM A CHAMADA E VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Edmundo Levi.

Arthur Virgílio.

Cattete Pinheiro

Sebastião Archer.

Josaphat Marinho.

João Abraão.

Bezerra Neto (7).

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Votação "sim" 8 Srs. Senadores, e "não" 7. Não há quorum. Em consequência, a matéria fica adiada para a sessão para a qual convoco os Srs. Senadores, no dia 24 do corrente, às 10 horas da manhã, com a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO DE 24 DE JANEIRO DE 1967

(Terça-feira)

Extraordinária, às 10 horas

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 283, de 1966, (nº 3.950-A-66 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$.. 14.027.673.000 (quatorze bilhões, vinte e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil cruzeiros) para indenização à Companhia Port of Pará, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 49 e 67, de 1967 das Comissões de Finanças, com voto vencido do Sr. Senador Lino de Mattos e Projetos do Executivo.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 2º Vice-Presidente — Vivaldo Lima
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cartete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Glubert

Liderança**DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger

DA ARENA

Líder — Flinto Müller

Vice-Líderes

Rui Palmeira — Antonio Carlos — Wilson Gonçalves

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna

Vice-Líderes — Bezerra Neto — João Abrahão

COMISSÃO DE AGRICULTURA**(11 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA**TITULARES**

Eugênio Barros
 José Falciano
 Lopes da Costa
 Antonio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atílio Fontana
 Dix-Huil Rosado
 Adolpho Franco
 Zacharias de Assumpção

M D B

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 14:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**(11 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA**TITULARES**

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Meribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Flinto Müller
 José Falciano
 Daniel Krieger
 Menezes Pimentel
 Benedito Valadarez
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

M D B

Antonio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josephat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Senna
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-9.
 Reuniões: 4ªs-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Silvestre Pereira

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
 Meribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Falciano
 Flinto Müller
 Zacharias de Assumpção
 Benedito Valadarez
 Vasconcelos Torres

M D B

Aurélio Vianna
 Silvestre Pereira

Oscar Passos
 Adalberto Senna

Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras às 14 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA**(9 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA**TITULARES**

Atílio Fontana
 José Falciano
 Melo Braga
 Domicio Gondim
 Adolpho Franco

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacharias de Assumpção
 Dix-Huil Rosado
 Gay da Fonseca

M D B

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

José Ermírio
 João Abrahão
 Josephat Marinho

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 16,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**(7 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA**TITULARES**

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnob de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedito Valadarez
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antonio Carlos

M D B

Antonio Balbino
 Josephat Marinho
 Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 16,30 horas

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

COMISSÃO DE FINANÇAS**(15 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaca
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atílio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antonio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Flinto Müller

M D B

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josephat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Pereira

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**(1 MEMBROS)****COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senador José Falciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Falciano
 Atílio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
 Vivaldo Lima
 Lopes da Costa
 Eurico Rezende
 Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
 Nelson Maculan
 Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-3.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

Aarão Steinbruch
 Pessoa de Queiroz

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Heribaldo Vieira

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Atilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Gutomard
José Leite
Lopes da Costa
Eugenio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaga

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaga.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaga
Eugenio Pacheco
Heribaldo Vieira
José Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**SUPLENTE**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Gutomard

TITULARES

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermirio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares do Oliveira Filho.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Falcões

Secretaria: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
José Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Gutomard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnob de Melo
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Vice-Presidente: Manoel Villaga

Presidente: Sigefredo Pacheco

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugenio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Pericles

Secretaria: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assumpção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Victorino Freire
Zacarias de Assumpção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Pericles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretaria: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnold de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Macchiai

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretaria: J. Nei Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnold de Melo
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jetterson de Aguiar
José Guilomard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretaria: Carmelita do Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZONIA

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guilomard

ARENA**TITULARES**

José Guilomard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assumpção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretaria: Neuza Joanna Oriando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.